



Faculdade de Educação

Projeto Político Pedagógico do
Curso de Pedagogia
Modalidade a Distância

Novembro/2019

Reitora

Márcia Abrahão Moura

Vice-reitor

Enrique Huelva Unternbäumen

Decano de Ensino de Graduação

Sérgio Antônio Andrade de Freitas

Diretora da Faculdade de Educação

Liliane Campos Machado

Vice-diretora da Faculdade de Educação

José Luiz Villar Mella

Coordenadores do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação

Ireuda Costa Mourão (Pedagogia diurno)

Paulo Sérgio de Andrade Bareicha (Pedagogia noturno)

Tel Amiel (Pedagogia a distância)

Coordenação de Extensão

Rita Silvana Santana dos Santos

Chefes Departamentos da Faculdade de Educação

Departamento de Métodos e Técnicas

Maria Emilia Gonzaga de Souza (Chefe)

Renísia Cristina Garcia Filice (Subchefe)

Departamento de Teoria e Fundamentos

Liége Gemeli Kuchenbecher (Chefe)

Juarez José Tuchinski dos Anjos (Subchefe)

Departamento de Planejamento e Administração

Ana Maria de Albuquerque Moreira (Chefe)

Danielle Xabregas Pamplona Nogueira (Subchefe)

Comissão de Estágio

Francisco Thiago Silva (Presidente)

Ireuda da Costa Mourão

Liliane Campos Machado

Paulo Sérgio de Andrade Bareicha

Rosana César de Arruda Fernandes

Tel Amiel

Diretor Técnico de Graduação

Wilson Roberto Theodoro Filho

Diretora do Centro de Educação a Distância

Letícia Lopes Leite

Conteúdos

Conteúdos.....	3
1 Apresentação.....	6
1.1 Identificação do Curso.....	8
1.2 Instrução do Processo.....	9
1.3 Contexto Histórico Acadêmico.....	12
1.3.1 Da UnB.....	12
1.3.2 Da Faculdade de Educação.....	14
1.3.2.1 O que queremos ser.....	15
1.3.2.1.1 Missão e princípios.....	15
1.3.2.1.2 Organização e estão.....	17
1.3.3 Do Curso de Pedagogia a Distância.....	19
2 Organização Didático-Pedagógica.....	21
2.1 Contexto educacional.....	21
2.1.1 Processo Seletivo e número de vagas.....	22
2.2 Políticas Institucionais.....	23
2.2.1 Extensão.....	25
2.2.2 Iniciação Científica.....	26
2.2.3 Internacionalização.....	27
2.2.4 Cooperação interinstitucional.....	28
2.2.5 Políticas de Apoio ao Discente.....	28
2.2.5.1 Assistência Estudantil.....	30
2.3 Objetivos do Curso.....	30
2.3.1 Objetivo geral.....	31
2.3.2 Objetivos específicos.....	31
2.4 Perfil profissional do egresso.....	32
2.4.1 As Áreas de atuação do egresso.....	33
2.4.2 Inserção social do egresso no mercado de trabalho.....	34

2.5 Estrutura curricular.....	35
2.5.1 Estrutura do Currículo.....	36
2.5.1.1 Carga horária.....	42
2.5.1.2 Cumprimento às normas internas.....	43
2.5.1.3 Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório e não Obrigatório.....	46
2.5.1.4 Atividades práticas de ensino.....	49
2.5.1.5 Atividades Complementares.....	50
2.5.1.6 Trabalho de Conclusão de Curso.....	51
2.5.1.7 Procedimento de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem.....	51
2.5.1.8 Percorso Formativo do Estudante.....	52
2.5.1.9 Quadro demonstrativo com as principais diferenças entre o currículo atual e o proposto.....	55
2.5.1.10 Quadro de Equivalência entre disciplinas.....	56
2.5.2 Conteúdos Curriculares.....	57
2.5.2.1 Políticas de educação ambiental.....	58
2.5.2.2 Educação em direitos humanos.....	59
2.5.2.3 Educação das relações étnico-raciais.....	60
2.5.3 Metodologia.....	61
2.5.3.1 Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs – no processo ensino-aprendizagem.....	63
2.5.3.2 Atividades de Tutoria.....	65
2.5.3.3 Material Didático.....	66
2.6 Gestão do Curso e os processos de avaliação interna e externa.....	67
2.6.1 Ações decorrentes do processo de avaliação do curso.....	69
3 Corpo Docente e Tutorial.....	70
3.1 Atuação do Núcleo Docente Estruturante.....	70
3.2 Equipe do curso.....	70
3.2.1 Coordenador de Curso.....	70

3.2.2 Professores.....	71
3.2.2.1 Dados do Corpo Docente do Curso.....	72
3.2.2.2 Tutores a distância.....	74
3.2.2.3 Coordenador de Polo.....	75
3.3 Colegiado do Curso.....	75
3.4 Equipe Multidisciplinar.....	76
3.5 Interação entre Tutores, docentes e coordenador do curso a distância.....	77
4 Infraestrutura.....	77
4.1 Espaços de Trabalho.....	77
4.1.1 Gabinete de trabalho para professores Tempo Integral – TI.....	77
4.1.2 Espaço de trabalho do Coordenador do Curso.....	77
4.1.3 Sala coletiva de professores.....	78
4.1.4 Salas de aula.....	78
4.1.5 Acesso dos alunos a equipamentos de informática.....	78
4.2 Biblioteca.....	78
4.3 Serviços Especializados.....	78
Anexos.....	80
Anexo A – Resolução 002/2018 FE-UnB (Ações de Extensão).....	80
Anexo B – Ementas das disciplinas da matriz curricular.....	83
Anexo C – Resolução 01/2019 FE-UnB (Estágios).....	112
Anexo D – Resolução 01/2020/ FE-UnB (Atividades Complementares).....	118
Anexo E – Resolução 05/2017 FE-UnB (Atividades e/ou estudos em disciplinas com créditos teórico-práticos).....	121
Anexo F – Resolução 01/2016 FE-UnB (Trabalho de Conclusão de Curso).....	124
Anexo G – Ato de Criação do NDE.....	128
Anexo H – Regimento do NDE.....	129
Anexo I – Ato de Nomeação dos Membros do NDE.....	133
Anexo J - Regulamento do Curso de Graduação Pedagogia a Distância.....	135

1 Apresentação

O Projeto Político Pedagógico do Curso (PPPC) de Pedagogia a Distância da Faculdade de Educação (FE), unidade acadêmica da Universidade de Brasília (UnB) localizada no Campus Universitário Darcy Ribeiro, foi elaborado a partir da análise da legislação em vigor e de discussão democrática realizada com os diversos segmentos da FE com o objetivo de atualizar e adequar o Projeto Pedagógico vigente às novas demandas educacionais da sociedade.

Este projeto reflete o esforço da comunidade acadêmica da FE para cumprir o estabelecido no Estatuto e no Regimento Geral da Universidade de Brasília de 2011. Assim como atender o disposto na Resolução CNE/CP N° 1, de 15 de maio de 2006 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia (Licenciatura); na Resolução CNE/CP n° 02 de 01 de julho de 2015, que instituiu as Diretrizes nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada; na Resolução CNE/CES 01/2016 que estabelece as diretrizes e normas nacionais para a oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância; e no Decreto 9.057/2017, que regulamenta o Art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

A responsabilidade na proposição deste documento é do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Pedagogia que foi instituído em 2013, tendo como fundamento o Regimento do Núcleo Docente Estruturante, aprovado pelo Conselho da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. No Regimento consta em seu Art. 2º que o NDE é um “órgão consultivo e de assessoramento responsável pela concepção do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia presencial e a distância da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília”.

Durante o ano de 2019, o NDE adequou a proposta de reformulação do curso de Pedagogia a Distância considerando a legislação, as discussões e encaminhamentos dos professores dos três departamentos da FE e as orientações contidas no Instrumento para criação/reformulação do projeto político pedagógico dos cursos de graduação da Universidade de Brasília. Este Instrumento foi elaborado, em 2019, pela Coordenação Pedagógica de Projeto de Cursos (CPPC), vinculada à Diretoria Técnica de Graduação (DTG), do Decanato de Graduação (DEG), amplamente divulgado e encaminhado ao NDE e as coordenações de Curso da UnB.

O Conselho da Faculdade de Educação deliberou sobre várias proposições referentes ao Projeto encaminhado pelo NDE e, na 663ª Reunião, realizada no dia 14/11/2019, aprovou a versão final do Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia a Distância.

O objetivo do curso, conforme o PPPC é formar o profissional para a docência na educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental em suas diversas modalidades e nos cursos de formação que exijam conhecimentos pedagógicos, para atuar na gestão escolar e em espaços

educativos não escolares, e para o campo teórico-investigativo da educação, com compromisso ético e inclusivo, responsabilidade social e histórica, reconhecedor da diversidade humana, cultural, política, religiosa, étnico-racial e de gênero.

O PPPC aprovado apresenta o contexto histórico acadêmico da Universidade de Brasília, da Faculdade de Educação e do Curso de Pedagogia a Distância, a missão, os princípios, o corpo docente, a organização administrativa e de gestão e a estrutura física da Faculdade de Educação, os elementos que lastreiam a concepção e a operacionalização do curso de pedagogia a Distância, como: o público alvo, os estudantes de diversos polos e o campo de trabalho, as políticas institucionais no âmbito do curso, a integração interinstitucional com Secretarias Municipais de Educação, a acessibilidade educacional, a matriz e a estrutura curricular com detalhamento dos conteúdos curriculares em suas três dimensões formativas, a articulação teoria e prática, a articulação ensino, pesquisa e extensão e os processos de avaliação entre outros.

Além disso, apresenta um quadro demonstrativo com as diferenças entre o currículo atual e o proposto, mostra nos anexos as ementas, as bibliografias, os formulários de criação das novas disciplinas, o Regulamento do Curso de Pedagogia a Distância, as Resoluções aprovadas na FE-UnB, o fluxo do currículo, bem como outras informações e publicações normativas que respaldam o funcionamento do presente curso.

Este PPPC de Pedagogia a Distância propõe o grau de licenciado com titulação de pedagogo ao egresso que integralize o curso em quatro anos e meio, organizados em nove (9) semestres letivos (limite mínimo de permanência de 8 semestres e máximo de 14 semestres), com 222 créditos e carga horária de 3.300 horas, incluindo as disciplinas obrigatórias e optativas, as práticas como componente curricular, os estágios supervisionados e as atividades complementares. E o estudante ainda pode integralizar até 24 (vinte e quatro) créditos de módulo livre.

O perfil profissional do egresso do curso de pedagogia é de professores formados para o exercício da docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, para os diferentes sujeitos da aprendizagem, bem como para exercerem atividades de planejamento, implantação e avaliação de programas e projetos educativos em espaços organizacionais onde a atuação profissional do pedagogo seja demandada.

1.1 Identificação do Curso

Quadro 1 – Síntese de Identificação do Curso

Curso de Pedagogia	
Nome/Sigla da IES	Universidade de Brasília – UnB
Endereço da IES	58774 – Campus Universitário Darcy Ribeiro – Campus Universitário Darcy Ribeiro, s/n – Asa Norte – Brasília – DF CEP:70910-900
Unidade Acadêmica	Faculdade de Educação
Curso/Opção no Sigr	Pedagogia/1180/9296
Área de Conhecimento	Educação
Código EMEC	112170
Grau/Nível	Licenciado/Graduação
Modalidade	A distância
Turno	Horário livre
Titulação conferida	Pedagogo
Duração	4 anos e meio
Carga Horária	3.330h
Regime Escolar	Créditos – Semestral
Total de Créditos	222
Créditos das disciplinas Obrigatórias	150 créditos – 2.250h
Créditos de Estágio	30 créditos - 450h
Créditos de TCC	8 créditos – 120h
Créditos das disciplinas Optativas	56 créditos – 840h
Modulo Livre	Até 24 créditos – 360h
Atividades Complementares	16 créditos – 240h
Formas de Ingresso	Vestibular (Sistema Universal e Sistema de Cotas para Negros), Programa de Avaliação Seriada - PAS, Transferência Facultativa, Transferência Obrigatória, Aluno Estrangeiro e Mudança de Curso.
Vagas por oferta UAB	150
Limite Máximo de permanência	14 semestres
Limite Mínimo de permanência	8 semestres
Mínimo de Créditos por semestre	16 créditos
Máximo de Créditos por semestre	28 créditos
Início de Funcionamento	2007
Situação Legal de Reconhecimento	Autorizado pela Portaria MEC n. 1.060, de 08/05/2003, publicada no DOU de 09/05/2003.

	Reconhecimento do Curso: Portaria MEC/SERES n. 227, de 22/05/2013. Renovação de reconhecimento de Curso EAD: Portaria MEC n. 913, de 27/12/2018, publicada no DOU de 28/12/2018.
--	---

Fonte: NDE 2019

1.2 Instrução do Processo

O Curso de Pedagogia a Distância teve sua primeira oferta em 2007, quando da implementação da Universidade Aberta do Brasil na UnB. O Projeto do Curso teve como referência a reforma curricular para a oferta presencial, realizada em 2002, com ampla discussão interna. Para a oferta a distância, foram feitos alguns ajustes para atender às especificidades dessa modalidade.

Assim, o Projeto Acadêmico do Curso de Pedagogia a distância (UAB/UnB) tramitou internamente pela FE, tendo sido encaminhado ao Decanato de Graduação da Universidade. Contudo, não chegou a tramitar em outros âmbitos, como ocorreu com outros cursos, considerando o entendimento, à ocasião, de que a Faculdade havia optado por seguir o mesmo projeto acadêmico já tramitado e aprovado nos competentes âmbitos institucionais.

A partir da publicação da Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia (Licenciatura), foram realizadas, na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE-UnB)¹, discussões sobre a necessidade de reformulação do currículo de pedagogia, com o objetivo de proporcionar uma formação voltada “para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental [...] e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos”, e ainda uma compreensão da docência “como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo” (BRASIL, CNE, 2006, p. 1).

Dada a necessidade de atualização curricular, em razão das novas diretrizes, desde 2006, ocorreram diversos eventos para avaliação do currículo no âmbito da FE-UnB. Paralelo a isso, foi

1

Doravante utilizaremos a sigla FE-UnB.

iniciado o processo de reconhecimento do Curso de Pedagogia a Distância, tendo sido aprovado o Projeto Acadêmico de Curso no âmbito do Conselho da Faculdade de Educação, em 2011.

No “I Encontro da Comunidade da Faculdade de Educação – resignificando o projeto pedagógico do curso de pedagogia”, realizado entre 18 e 21 de maio de 2011², os participantes apontaram duas ações centrais para a discussão do currículo: a constituição de um fórum permanente e a criação de uma comissão interdepartamental para avaliar o currículo e os estágios. Neste sentido, em 15 de setembro de 2011 o conselho da FE-UnB instituiu uma comissão³ para estudar e apresentar proposta para o estágio curricular. Essa comissão encaminhou um relatório para a câmara setorial de graduação e para a direção da FE-UnB. Também foi instituída uma comissão de avaliação do currículo (Ato da Direção/FE-UnB 070/2012⁴), que elaborou o relatório do I Encontro ocorrido em maio de 2011 e produziu uma avaliação do curso a partir do estudo de monografias, dissertações e teses defendidas na FE-UnB sobre o tema, bem como de um questionário que foi preenchido por professores e estudantes em 2011. Nos anos 2012 e 2013 também foram realizados vários debates no âmbito da FE-UnB para discussão das propostas da mudança curricular.

Em 18 de julho de 2013 foi instituído o Núcleo Docente Estruturante (NDE) da FE-UnB (Ato da Direção AD/FE/071/2013), atendendo assim a Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010, da Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior que normatizou o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante no âmbito das universidades. Em 09 de outubro de 2014 o Conselho da FE-UnB aprovou o regimento do Núcleo Docente Estruturante, que em seu Art. 2º o define como um “órgão consultivo e de assessoramento responsável pela concepção do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia presencial e a distância da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília”. Assim, o NDE realizou diversas reuniões com vistas a analisar os documentos normativos e sistematizar as contribuições da comunidade acadêmica para a construção do novo projeto político pedagógico do curso de Pedagogia. Como primeiro passo, buscou-se que os cursos de pedagogia presencial e a distância mantivessem as mesmas diretrizes de formação do Pedagogo, sem perder de vista a necessidade de adequação metodológica (práticas didáticas, avaliativas, de comunicação, etc.) inerente aos dois modelos de oferta, tal qual se encontram organizados no momento. Nos dias 13 e 14 de maio de 2014 foi realizado o II Encontro da Comunidade da Faculdade de Educação, que deu continuidade aos

²

Informações dos registros do NDE.

³

A comissão foi composta pelos professores: Lívia Freitas Fonseca Borges (Presidente), Maria Emilia Gonzaga de Souza (MTC), Sandra Ferraz de Castillo Dourado Freire (TEF) e Shirleide Pereira da Silva Cruz (PAD), e pela técnica administrativa Mônica da Costa Braga.

⁴

A comissão foi composta pelos seguintes professores: Antônio Fávero Sobrinho (presidente-MTC), Cristina Maria Costa Leite (MTC), Maria Emília Gonzaga de Souza (MTC), José Vieira de Sousa (PAD), Girlene Ribeiro de Jesus (PAD), Lívia Freitas Fonseca Borges (TEF), Cristina Massot Madeira Coelho (TEF), Cleyton Hércules Gontijo (PAD) e Ruth Gonçalves de Faria Lopes (PAD).

debates sobre a reformulação do currículo, no qual foi discutida a primeira versão da matriz curricular.

No ano de 2015 o Conselho Nacional de Educação aprovou a Resolução CNE/CP nº 02 de 01 de julho de 2015, que instituiu as Diretrizes nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, estipulando o prazo de 02 (dois) anos, a contar da data de sua publicação, para a sua implementação. Nesse sentido, o NDE adequou a proposta de reformulação do curso de pedagogia que estava sendo discutida no âmbito da FE-UnB a fim de atender a referida Resolução.

O trabalho de reformulação curricular que fundamenta o presente projeto político pedagógico de curso foi o resultado de um amplo processo de discussão e consulta aos diferentes segmentos da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. No ano de 2015 e 2016 este processo se intensificou além do debate e da consulta permanente aos colegiados departamentais. Em 2017, o Conselho da Faculdade de Educação, em suas reuniões com a participação da comunidade acadêmica, deliberou sobre várias proposições referentes à matriz curricular, sendo que a versão final dos Projetos Políticos Pedagógicos do Curso de Pedagogia Diurno e do Curso de Pedagogia Noturno foi aprovada em sua 599ª Reunião do dia 07/12/2017. Atendendo à orientação do Decanato de Graduação, o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia a Distância foi desmembrado dessa versão aprovada pelo Conselho da FE, a fim de serem atendidas as peculiaridades da modalidade.

Em 2019, o Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia a Distância foi criado a partir das discussões do PPPC dos Cursos de Pedagogia Diurno e Noturno, (aprovados em outubro de 2018, pela Câmara de Ensino de Graduação da UnB), do Projeto Acadêmico do Curso de Pedagogia a Distância (aprovado no Conselho da Faculdade de Educação em julho de 2011) e das atualizações das normativas referentes à modalidade, a saber Resolução CNE 01/2016 e Decreto 9.057/2017.

Seguindo as orientações do Decanato de Graduação da UnB, por meio do "instrumento para criação/reformulação do projeto político pedagógico dos cursos de graduação da Universidade de Brasília (Licenciatura - EaD)" os projetos aprovados foram discutidos com o Coordenador do Curso de Pedagogia a Distância e, em reunião do NDE, foram feitas as alterações para adequação desses projetos ao projeto do curso de pedagogia, na modalidade a distância. Após as adequações pertinentes, houve nova consulta aos colegiados departamentais e sistematização, pelo NDE, das sugestões apresentadas pelos departamentos.

O texto reformulado foi discutido nas reuniões do Núcleo Docente Estruturante e aprovado pelo Conselho da Faculdade de Educação em sua 663ª Reunião, realizada em 14/11/2019.

1.3 Contexto Histórico Acadêmico

1.3.1 Da UnB

A Universidade de Brasília (UnB) foi fundada com a promessa de reinventar a educação superior, relacionar as diversas formas de saber e formar profissionais engajados na transformação do nosso país. A construção do campus foi o resultado do encontro de mentes geniais. O antropólogo Darcy Ribeiro definiu as bases da instituição. O educador Anísio Teixeira planejou o modelo pedagógico. O arquiteto Oscar Niemeyer transformou as ideias em prédios. Desejavam criar uma experiência educadora a partir da reunião do que havia de mais moderno em pesquisas tecnológicas com uma produção acadêmica capaz de melhorar a realidade brasileira.

As regras, a estrutura e concepção da UnB foram definidas pelo Plano Orientador, uma espécie de Carta Magna, datada de 1962, e ainda hoje em vigor. O Plano foi a primeira publicação da Editora UnB e mostrava o espírito inovador da instituição. “Só uma universidade nova, inteiramente planejada, estruturada em bases mais flexíveis, poderá abrir perspectivas de pronta renovação do nosso ensino superior”, diz o Plano Orientador. Trilhar esse caminho, no entanto, exigiu esforços. Apesar do projeto original de Brasília já prever um espaço para a UnB, foi preciso lutar para garantir sua construção. Tudo por causa da proximidade com a Esplanada dos Ministérios. Algumas autoridades não queriam que estudantes interferissem na vida política da cidade. Finalmente, em 15 de dezembro de 1961, o então presidente da República João Goulart sancionou a Lei n. 3.998/1961, que autorizou a criação da Universidade.

Darcy e Anísio convidaram cientistas, artistas e professores das mais tradicionais faculdades brasileiras para assumir o comando das salas de aula da jovem UnB. “Eram mais de duzentos sábios e aprendizes, selecionados por seu talento para plantar aqui a sabedoria humana”, escreveu Darcy Ribeiro, em “A Invenção da Universidade de Brasília” (1995). A estrutura administrativa e financeira era amparada por um conceito novo nos anos 1960 e até hoje menina dos olhos dos gestores universitários: a autonomia. “A UnB foi organizada como uma Fundação, a fim de libertá-la da opressão que o burocratismo ministerial exerce sobre as universidades federais. Ela deveria reger a si própria, livre e responsavelmente, não como uma empresa, mas como um serviço público e autônomo”, escreveu Darcy, em UnB, Invenção e Descaminho (1978).

A inauguração da UnB assemelhou-se com a construção da capital federal. Quase tudo era canteiro de obras, poucos prédios estavam prontos. O Auditório Dois Candangos, onde ocorreu a cerimônia de inauguração, foi finalizado 20 minutos antes do evento, marcado para as 10 horas. O nome do espaço homenageia os pedreiros Expedito Xavier Gomes e Gedelmar Marques, que morreram soterrados em um acidente durante as obras. O campus Universitário Darcy Ribeiro, no Plano Piloto, é a unidade central da UnB e ocupa uma área de aproximadamente 4 km² na Asa

Norte de Brasília. É composto por 12 institutos e 14 faculdades e 21 centros de pesquisa. Hoje o campus conta com cerca de 440 laboratórios, 21 centros, oito decanatos, seis órgãos complementares (Biblioteca Central, Centro de Informática, Editora Universidade de Brasília, Fazenda Água Limpa, UnBTV e Hospital Universitário de Brasília) e seis secretarias.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), vigente para o ciclo 2018-2022 a UnB reafirma o compromisso da Universidade no âmbito cultural e social com os diversos contextos com os quais mantêm interlocução: com a cidade em que está localizada; com o Distrito Federal - capital do país; com o bioma cerrado, fortemente ameaçado e com o desenvolvimento agrícola; com a difusão de conhecimento em âmbito nacional; com a internacionalização constitutiva da experiência universitária contemporânea.

A fim de contemplar seu propósito de democratização da educação superior, a UnB, em 2006, aderiu ao Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), com a oferta do curso Piloto de Administração a distância. Em 2007, foi realizado o primeiro vestibular destinado a selecionar candidatos para ingresso em outros cursos na modalidade a distância. Nesse ingresso de 2007, foram ofertadas 1.080 vagas distribuídas em seis cursos (Artes Visuais, Música, Teatro, Letras/Português, Pedagogia e Educação Física) em municípios de seis estados brasileiros. No segundo semestre de 2007, foi realizado o vestibular para os cursos de Biologia a distância do Programa Pró-Licenciatura. Os quatro cursos oferecidos – Artes Visuais, Biologia (fase 1 e fase 2), Teatro e Educação Física – totalizaram a oferta de 1.311 vagas, destinadas à formação superior de professores em exercício no Ensino Fundamental (séries finais) e Ensino Médio do sistema público de ensino, que não possuíam a habilitação legal exigida para o exercício da licenciatura.

Em 2008, teve início a primeira turma do curso de Especialização em Educação Continuada e a Distância com 107 alunos matriculados. No final do ano de 2008, a UnB abriu oferta para dois novos cursos: Licenciatura em Biologia e em Geografia. No ano de 2009, foram lançados os cursos de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar e Especialização em Educação de Jovens e Adultos na Diversidade e Cidadania. Em 2010, iniciaram-se na UAB/UnB novos cursos aprovados pelo MEC. Um curso de graduação em Administração Pública, com vestibular previsto para o segundo semestre de 2009, e dois cursos de pós-graduação lato sensu – Especialização em Gestão Pública e Especialização em Gestão em saúde.

De 2011 a 2014, no âmbito da UAB, a UnB ofertou oito cursos de licenciaturas e um bacharelado, além de um curso de especialização. São eles: Administração Pública (Bacharelado); Artes Visuais (Licenciatura); Biologia (Licenciatura); Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar (Especialização); Educação Física (Licenciatura); Geografia

(Licenciatura); Letras Português (Licenciatura); Música (Licenciatura); Pedagogia (Licenciatura); Teatro (Licenciatura).

1.3.2 Da Faculdade de Educação

Em 12 de abril de 1966, por meio do Ato da Reitoria nº 163/1966, a professora Lady Lina Traldi foi nomeada diretora responsável pela implementação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE-UnB). Assim surgiu a primeira Faculdade de Educação do Brasil⁵. Até então existiam somente departamentos de educação vinculados a Institutos de Filosofia e Ciências Humanas nas universidades públicas do país. Nossa faculdade também ocupou lugar de destaque no plano original da UnB, inclusive numa concepção de educação que envolve as tecnologias de comunicação e informação. Segundo Moraes et al (2018), as tecnologias tinham um lugar de destaque na concepção de Anísio Teixeira na idealização da UnB, junto com Darcy Ribeiro.

Nessa direção, o projeto da Faculdade de Educação, em 1963, indicava o compromisso com a formação para o magistério em relação direta, articulando Rádio, TV e educação a distância. Em 1974, implementou-se na FE a área de tecnologia educacional. Sendo princípio fundante da FE, as tecnologias e a educação a distância sempre se fizeram presentes no desenvolvimento da Faculdade, assumindo protagonismo em ações como: criação do Centro de Produção Cultural e Educativa (CPCE - 1986), Centro de Educação Aberta, Continuada e a Distância (Cead – 1988), Cátedra Unesco de Educação a Distância (1994), Criação do Grupo Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede (CTAR – 1994), Consórcio Interuniversitário de Educação Continuada e a Distância (Brasilead -1994), Centro de Informática Educativa no Ensino Superior (1996), Consórcio Universidade Virtual Pública do Brasil (UniRede – 2000), Curso de aperfeiçoamento de professores TV na escola e os desafios de hoje (2000).

Na graduação, destacam-se as experiências de formação de pedagogo, por meio de cursos de licenciatura a distância, a saber: Curso Pedagogia para Professor em exercício no início de escolarização (PIE – 1998 a 2002), Curso de licenciatura em Pedagogia a Distância no Acre (PEDEaD – 2007 a 2011), Curso de licenciatura em Pedagogia a distância UnB/UAB (2007 à atualidade).

A FE-UnB ostenta, ainda, um vínculo fundamental com a história desta universidade: ocupa os três primeiros prédios construídos em 1962 no campus, FE-1, FE-3 e FE-5, onde funcionaram os primeiros cursos, o auditório destinado às solenidades acadêmicas (Dois Candangos) e a própria Reitoria⁶. Ao mesmo tempo em que busca manter sua identidade com o projeto original

⁵

Saviani, 2019- Aula Magna

⁶

O complexo arquitetônico e artístico da Faculdade de Educação – formado pelas unidades FE1, FE3, FE5, pelo Auditório Dois Candangos, um dos primeiros de Brasília, pelas Esculturas “Bartira” de Victor Brecheret e “Monumento a cultura” de Bruno Giorgi – representa a primazia e a inovação em diversos aspectos. Foram as primeiras construções erguidas com objetivo educacional no campus da Universidade de Brasília,

da UnB e com sua formulação no conjunto dos ideais expressados por Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e tantos outros educadores, a Faculdade de Educação tenta integrar-se à realidade tecnológica e cultural de uma sociedade que cada vez mais se define pelo conhecimento. O desafio é fazê-lo sem abdicar do senso crítico, da vanguarda acadêmica e de uma ampla percepção de seu papel na formação dos profissionais da educação.

Na pós-graduação, destacam-se os cursos de especialização Projeto o professor em construção (1993 a 1996), Curso de Especialização em Educação Continuada e a Distância (1994 a 2010), Curso de Especialização em Educação na diversidade e cidadania com ênfase em EJA (2009). Na modalidade *stricto sensu*, registra-se a área de convergência em Tecnologias na educação (1996) e a área de Educação e Comunicação (2004).

1.3.2.1 O que queremos ser

1.3.2.1.1 Missão e princípios

A missão a que a FE-UnB propõe-se a realizar para a sociedade brasileira, os princípios nos quais baseiam-se suas atividades e os objetivos que esta intenta alcançar coadunam-se aos princípios constitucionais da soberania do Estado brasileiro, da cidadania, da dignidade da pessoa humana, dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e do pluralismo político ideológico.⁷

A missão, os princípios e os objetivos da FE-UnB reafirmam os compromissos estatutários originais da Universidade de Brasília (UnB) com a natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade do Estado; com a liberdade de ensino, pesquisa e extensão e de difusão e socialização do saber, sem discriminação de qualquer natureza; com a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão; com a universalidade do conhecimento e fomento à interdisciplinaridade; com a garantia de qualidade; com a orientação humanística da formação artística, literária, científica e técnica; com o intercâmbio permanente com instituições nacionais e internacionais; com o incentivo ao interesse pelas diferentes formas de expressão do conhecimento popular; com o compromisso com a democracia social, cultural, política e econômica; com o compromisso com a democratização da educação no que concerne à gestão, à igualdade de oportunidade de acesso, e com a socialização de seus benefícios; com o compromisso com o desenvolvimento cultural, artístico, científico, tecnológico e socioeconômico do País; e com o compromisso com a paz, com a defesa dos direitos humanos e com a preservação do meio ambiente⁸.

uma vez que as construções anteriores, as instalações do Oca 1 e Oca 2 foram construídas para abrigar atividades administrativas (cf. ROCHA, VILLAR 2016).

⁷

Conforme art. 1º da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988.

Missão. A FE-UnB tem por missão a produção de conhecimentos inovadores na área da Educação, a disseminação desses saberes em ensino, extensão, nas múltiplas formas de difusão científica e na gestão e a formação de profissionais da educação.

Princípios. As atividades de ensino, pesquisa, extensão, administração e representação desenvolvidas pela e na FE-UnB devem obedecer aos seguintes princípios:

Autonomia. A produção, a sistematização e a socialização dos conhecimentos da área da educação estão alicerçados na autonomia institucional.

Diversidade. As atividades desenvolvidas na e FE-UnB devem observar o respeito à diversidade cultural, linguística, étnico-racial, de gênero e político-ideológica.

Gratuidade. O ensino, a pesquisa, a extensão e quaisquer outros tipos de atividades acadêmicas desenvolvidas na e pela FE-UnB devem ser gratuitos. (CF 88, art. 206 e LDB, art. 3º)

Igualdade. As atividades desenvolvidas na e pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília devem pautar-se no princípio constitucional e legal de igualdade de direitos e deveres entre pares. (CF 88, art. 206 e LDB, art. 3º), considerando as produções científicas e atualizações legais que oferecem subsídios para operacionalizar, de forma concreta, esta orientação jurídica.

Indissociabilidade. As atividades de ensino, pesquisa e extensão terão interligação, no âmbito da FE-UnB, de forma que não possam ser dissociadas.

Interdisciplinaridade. A produção, a sistematização e a socialização dos conhecimentos da área da educação serão empreendidos com vistas a promover a interdisciplinaridade entre as subáreas da educação, o campo educacional e outras áreas do conhecimento.

Liberdade. As atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas na e pela FE-UnB devem assegurar a liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar e de divulgar o pensamento, a arte e o saber por parte da comunidade acadêmica. (CF 88, art. 206 e LDB, art. 3º). Deverá estimular a criatividade e originalidade na resolução de problemas no amplo campo da educação.

⁸

De acordo com art. 4º do Estatuto da Universidade de Brasília, aprovado pela Resolução do Conselho Diretor nº 13/93, de 19/10/93 e publicado no DOU nº 7, de 11/1/94. Com alterações no art. 28 aprovadas pelo Conselho Diretor da FUB por intermédio da Resolução do Conselho Diretor nº 19/2001, de 21 de setembro de 2001, publicada no DOU nº 183, de 24/9/2001, Seção 1.

Qualidade. A busca da excelência acadêmica e do respeito aos cânones científicos deve ser constante, articulados ao estímulo à produção de novos conhecimentos que atentem para as problemáticas sociais atuais.

Pluralidade. O desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão terá por pilar o reconhecimento da diversidade e da autodeterminação dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica, garantindo-se o pluralismo de ideias, de saberes, de metodologias e de concepções pedagógicas.

Valorização. As atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas na e pela FE-UnB devem ocorrer de modo a promover a valorização dos profissionais da educação e dos discentes, harmonizados com as atividades meio, desenvolvidas pelos técnico-administrativos. (CF 88, art. 206, LDB, art. 3º).

Vinculação. As atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas na e pela FE-UnB devem dar-se de modo a propiciar a contínua e indissociável vinculação entre a educação escolar e não-escolar, o trabalho e as práticas sociais. (CF 88, art. 206 e LDB, art. 3º)

1.3.2.1.2 Organização e estão

Modelo de Gestão

A Faculdade de Educação “[...] constitui unidade de tanta importância quanto as Faculdades Centrais. Na verdade ela é o complemento indispensável dos Institutos, a conferir ao conjunto universitário o sentido integrativo necessário.” (RIBEIRO, 1991, p. 218). A concepção de gestão da FE-UnB da Universidade de Brasília, em todas as instâncias, órgãos e unidades é a gestão democrática. A gestão democrática é colegiada e descentralizada. Os colegiados, órgãos deliberativos apresentam a seguinte composição:

Membros Natos. É a totalidade dos docentes do quadro permanente da FUB em efetivo exercício da FE-UnB de uma subárea de conhecimento estruturada em qualquer modelo organizacional;

Membros Representantes. São os discentes de graduação, os discentes de pós-graduação e os servidores técnico-administrativos do quadro efetivo da FUB em efetivo exercício na FE-UnB na composição de 1/4 (um quarto) da totalidade dos docentes da subárea de conhecimento para cada categoria de representante⁹;

⁹

O GT Organização e Gestão NÃO desconhece que esta proporção contraria os incisos X e XI do art. 13, o inciso VII do art. 16, os incisos IX e X do art. 18 e o parágrafo único do art. 38 do atual

Membros Consultivos. Em situações extraordinárias, cada colegiado pode convidar participantes que terão direito à voz, mas não ao voto.

Membros Assistentes. As reuniões dos colegiados de todas as instâncias da Faculdade de Educação (FE) são públicas, com direito à voz por parte dos assistentes, mas não ao voto.

Princípios de Gestão

A realização das atividades de ensino, pesquisa, extensão, administração e representação desenvolvidas pela FE-UnB devem ser administrativas de acordo com os seguintes princípios:

Descentralização. A estrutura administrativa, política, pedagógica e orçamentária da FE-UnB é descentralizada em todas as instâncias, órgãos, ações e atividades.

Transparência. A transparência dos atos administrativos é pré-condição de uma organização e de uma gestão democrática. A transparência é calcada em critérios impessoais e previamente definidos de forma coletiva. Transparência é o livre acesso da comunidade da FE-UnB da comunidade universitária e da sociedade à informação e aos procedimentos políticos, pedagógicos, administrativos e orçamentários internos FE-UnB. Amplo conhecimento e divulgação dos critérios de decisão políticos, pedagógicos, administrativos e orçamentários. A transparência no gerenciar da instituição deve acontecer antes e durante os procedimentos.

Legitimidade. A fonte da legitimidade das ações administrativas e orçamentárias internas da FE-UnB calca-se nas decisões colegiadas e no mecanismo da representação dos três segmentos da comunidade universitária: docentes, discentes e técnico-administrativos e, quando couber, a representação da sociedade.

Legalidade. A estrutura, o funcionamento, as ações e as atividades dos órgãos deliberativos e executivos devem observar os dispositivos constitucionais da República Federativa do Brasil; os dispositivos legais nacionais e internacionais gerais e segundo a área de atuação; os dispositivos estatutários, regimentais e normativos da Universidade de Brasília.

Estatuto da UnB. Assim como sabe que contraria também os incisos X e XI do art. 5º, o inciso VII do art. 9º, os incisos IX e X do art. 13, o § 2º do art. 30 e o parágrafo único do art. 35 do Regimento Geral do UnB vigente. Entretanto, o GT propõe a representação igualitária de ¼ para todos os demais segmentos da comunidade universitária, que não os docentes. O GT entende que a estatuinte deve atentar para este dispositivo, caso essa proposta seja aprovada no PPP. Entretanto, se o estatuto e o regimento da UnB não forem modificados, é preciso considerar que normas conflitantes geram instabilidade institucional.

Impessoalidade. Os órgãos deliberativos e executivos, em sua estrutura e funcionamento, bem como em todas as instâncias, ações e atividades, devem atender à missão, aos fins e aos objetivos da Universidade.

Publicização. Os órgãos deliberativos e executivos devem dar publicidade aos seus atos e atividades por todos os meios disponíveis. Os atos e atividades dos órgãos deliberativos e executivos devem ser tornados públicos para a comunidade universitária, para o Estado e para a sociedade. A publicização das ações deliberativas e executivas implica a prestação de contas do proceder administrativo. As prestações de contas devem abranger todos os tipos de atividades desenvolvidas pelos e nos órgãos deliberativos e executivos de todos os órgãos da FE-UnB. As prestações de contas devem ser periódicas. A periodicidade das prestações de contas deve observar os prazos dos mandatos eletivos das representações e dos cargos executivos, assim como dos cargos representativos e executivos de indicação e/ou de aclamação e/ou de nomeação. As prestações de contas devem ocorrer, no máximo, em até trinta dias depois de findo o mandato eletivo representativo e executivo, bem como dos cargos representativos e executivos de indicação e/ou de aclamação e/ou de nomeação. As prestações de contas devem ser apresentadas por meio impresso, digital e oral, acompanhadas dos devidos comprovantes, pelos representantes e executivos nas instâncias colegiadas. As instâncias colegiadas tornarão a prestação de contas públicas à comunidade da FE-UnB à comunidade universitária e à sociedade por todos os meios disponíveis.

Probidade. A probidade administrativa advém da observância aos seis princípios anteriores. Os órgãos deliberativos e executivos devem ser probos em sua estrutura, funcionamento, organização, gestão, ações e atividades, de qualquer natureza, desenvolvidos. As ações administrativas que não observarem os princípios da descentralização, transparência, legitimidade, legalidade, impessoalidade e publicização são nulas e devem ser tornadas inválidas pelas instâncias colegiadas e executivas. A improbidade administrativa, quando comprovada, implicará a perda do mandato eletivo representativo e executivo e também dos cargos representativos e executivos de indicação e/ou de aclamação e/ou de nomeação.

1.3.3 Do Curso de Pedagogia a Distância

Com o intuito de expandir o atendimento a alunos de outros municípios/estados, em 2005, a FE aderiu ao Edital de Seleção nº 01/2005 SEED/MEC e, a partir do segundo semestre de 2007, iniciou a oferta do Curso de Pedagogia a Distância no âmbito do Programa Universidade Aberta do Brasil – UAB para alunos nos Polos de Alexânia e Alto Paraíso, em Goiás, e Carinhanha, na

Bahia. Essa primeira oferta (UAB 1) possibilitou o ingresso de 135 alunos no Curso, sendo 50 em Alexânia, 35 em Alto Paraíso e 50 em Carinhanha, oportunizando a esse contingente o acesso à universidade.

Em 2009, a FE ampliou a oferta nesses Polos e abriu vagas para alunos nos Polos de Águas Lindas e Cidade de Goiás, ambos no Estado de Goiás. Ingressaram, nessa segunda oferta (UAB 2), 205 alunos, 42 em Alexânia, 40 em Alto Paraíso, 41 em Carinhanha, 41 em Águas Lindas e 41 em Goiás.

Em 2011, incrementou em 75 vagas a oferta nos Polos de Alexânia e Cidade de Goiás, para a entrada, no 1/2011 (UAB 3), de 150 novos alunos. Chama a atenção a significativa demanda pelo Curso de Pedagogia a distância nesses municípios, representada na inscrição ao vestibular realizado em dezembro de 2010 de 582 candidatos em Alexânia e 392 em Goiás, numa proporção, respectivamente, de 7,76 e 5,23 alunos por vaga.

Em 2013, a oferta foi expandida para o ingresso de 270 novos estudantes no primeiro semestre de 2014, vinculados a sete polos de apoio presencial. Além dos polos de Goiás e Alto Paraíso, ambos em Goiás, e de Carinhanha, na Bahia, outros quatro polos iniciaram a oferta do curso nos municípios correspondentes. São eles: Cavalcante, em Goiás, e Acrelândia, Brasiléia e Xapuri, no Acre.

Em 2018, a Faculdade aderiu ao Edital DEG/DPG/CEAD Nº 05/2018, referente ao Edital CAPES Nº 05/2018, para abertura de nova turma com início programado para 2020/1. Com vestibular realizado no segundo semestre de 2019, uma nova turma será composta com 150 vagas. A oferta será concentrada em polos do estado de Goiás, de forma a regionalizar a oferta, promover maior integração e comunicação com os polos e facilitar a interação entre todos os atores. Continuaremos a nossa atuação com os polos de Alto Paraíso de Goiás, Goiás e Cavalcante que contam com um histórico consistente de cooperação nas ofertas do curso de Pedagogia a Distância, e teremos nova atuação nos polos de Cezarina e Anápolis.

Dessa forma, considerando a peculiaridade da oferta assumida pela Universidade de Brasília, em parceria com o Ministério da Educação, prefeituras municipais e os governos estaduais, a Faculdade de Educação, até o momento abriu as portas para a formação superior a 755 candidatos aprovados e que se dispuseram a cursar Pedagogia por essa modalidade e ampliou mais 150 vagas para o ano de 2020.

O quadro a seguir, apresenta uma breve trajetória do curso de Pedagogia a Distância da FE-UnB:

Quadro 2 – Histórico do Curso de Pedagogia a distância

Ano	Acontecimentos/Mudanças
2007	Implementação do curso de Pedagogia a Distância

2011	Aprovação do Projeto Acadêmico do Curso de Pedagogia a Distância no Conselho da FE
2011	Início da terceira reforma curricular do curso de pedagogia presencial e a distância.
2013	Reconhecimento do Curso de Pedagogia a Distância. Portaria MEC/SERES n. 227, de 22 de maio de 2013.
2019	Aprovação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia a Distância no Conselho da FE

Fonte: Núcleo Docente Estruturante da FE-UnB, 2019

2 Organização Didático-Pedagógica

2.1 Contexto educacional

O crescente interesse pelo curso pode ser explicado em função do aumento da demanda por pedagogos para atuar na rede pública de ensino, decorrente da implantação da Emenda Constitucional nº 59, que estendeu o período de escolaridade obrigatória para todos os brasileiros a partir de 2016, que devem frequentar a escola dos 4 aos 17 anos de idade. Essa nova realidade mostra um mercado de trabalho promissor para pedagogos, especialmente no setor público.

No Plano Nacional de Educação (PNE 2014 – 2024), o alcance da obrigatoriedade está expresso na Meta 1 (Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos, até o final da vigência deste PNE), e na Meta 2 (Universalizar o ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE). Tais metas corroboram a necessidade de profissionais com formação em Pedagogia para atuarem na universalização da educação obrigatória.

Além disso, a Meta 15 do PNE tem por objetivo assegurar que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, por meio de uma política nacional de formação dos profissionais da educação em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. De acordo com o Relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) – 2018, a região Centro-Oeste, mais especificamente, o Distrito Federal e Goiás, unidades nas quais estão alocadas os polos do curso de Pedagogia a Distância

da UnB, têm carência de professores com formação adequada para atuar na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Tabela 1 - Percentual de docências de professores com formação superior adequada à área de conhecimento que lecionam – Centro-Oeste, DF e GO – 2013-2016.

	Educação Infantil				Anos Iniciais Ensino Fundamental			
	2013	2014	2015	2016	2013	2014	2015	2016
Centro-Oeste	53,1	54,2	53,8	54,8	68,8	69,4	70	71,5
Goiás	50,4	53	53,1	54,8	62,9	63,9	63,5	66,5
Distrito Federal	45,2	46,7	45,5	46	69,3	69,4	69,6	70,6

Fonte: Inep, 2017.

2.1.1 Processo Seletivo e número de vagas

A entrada no Curso de Pedagogia a distância está vinculada aos Editais de Fomento da Universidade Aberta do Brasil (UAB). A principal forma de acesso ao curso de Pedagogia a distância é por meio de concurso de seleção. As vagas disponibilizadas em cada semestre são informadas no edital de seleção. As formas de ingresso no curso de pedagogia a distância seguem as determinações estabelecidas no Regimento Geral da UnB. Conforme o Artigo 87 deste regimento:

Os cursos regulares de graduação são abertos à admissão, nos limites, preestabelecidos de vagas, em conformidade com o disposto nas resoluções do Conselho Universitário e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, nos seguintes casos:

- I candidatos admitidos por meio de concurso de seleção;
- II portadores de diploma de curso superior;
- III transferências obrigatórias, disciplinadas em norma própria;
- IV transferências facultativas, disciplinadas em norma própria;
- V bolsistas beneficiados por acordos culturais entre o Brasil e outros países;
- VI alunos de outras instituições, nas condições estabelecidas em convênios com a Universidade de Brasília;
- VII matrículas autorizadas nas condições de reciprocidade diplomática, previstas em lei ou em acordos internacionais de que seja signatário o Brasil.

O sistema de ingresso no Curso de Pedagogia a distância da Faculdade de Educação da UnB é feito, prevalentemente, por meio de concurso de seleção (vestibular).

Tabela 2 – Ingressantes no curso de Pedagogia a Distância por sistema de ingresso na UnB

Formas de ingresso na UnB	2007	2009	2011	2014	2018
Vestibular Tradicional	136	201	151	266	0
Programa de Avaliação Seriada (PAS)	0	0	0	0	0
Vestibular para vagas Remanescentes	0	0	0	0	0
Transferência Obrigatórias	0	0	0	0	0
Transferência Facultativa	0	0	0	0	1 ¹⁰
Outros	0	0	0	0	0
Total	136	201	151	266	1
Total de alunos matriculados	755				

2.2 Políticas Institucionais

De acordo com o Projeto Político Pedagógico Institucional da UnB (PPPI), na Universidade de Brasília, há o compromisso com uma formação humanista, crítica e reflexiva, em que a responsabilidade em estimular e oportunizar a vivência de diferentes formas de pensar, produzir e socializar conhecimentos assume lugar de destaque para uma melhor compreensão da sociedade, bem como a promoção das transformações sociais necessárias e desejadas. Tais pressupostos caracterizam-se pela abrangência que faz convergir e integrar as modalidades de ensino presencial e a distância. Experiências com as tecnologias da informação e da comunicação (TIC), que estimulam novas práticas pedagógicas da educação presencial e a distância ao desenvolverem competências básicas. Nesse sentido, a UnB consolida condições necessárias para essa integração por meio da atualização dos níveis tecnológicos, do esforço docente, da política de acolhimento discente, do estímulo à produção de materiais didáticos inovadores, da normatização dos processos internos de oferta de disciplinas a distância e do fortalecimento dos núcleos de informática com vistas à produção pedagógica.

Quanto à formação de docentes para a educação básica, o PPPI estabelece que, em articulação aos seus princípios fundantes e aos princípios institucionais, a Universidade de

¹⁰

Única situação aprovada.

Brasília mantém seu compromisso com a formação docente inicial e continuada no conjunto de sua orientação para o desenvolvimento humano e sustentável. Sob a égide de Anísio Teixeira, mentor de nosso projeto original de 1962, ressaltam-se aspectos como a integração com as redes de educação básica, bem como a articulação entre as licenciaturas, a pesquisa e a extensão. Como expansão dessa articulação original, pretende-se desenvolver programas em que se articulem diferentes momentos de formação docente em tempos-espços favorecedores de vivências que impactem a constituição docente, na singularidade dos momentos de vida de cada participante.

Alinhado aos princípios do PPPI, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2018-2022) propõe que as políticas para a modalidade a distância abrangem ensino, pesquisa, extensão e inovação em conformidade com a legislação pertinente. Dessa forma, por meio da participação ativa da comunidade acadêmica, a criação e ampliação do uso da Educação a Distância (EaD) na Universidade de Brasília são discutidas e avaliadas. As diretrizes orientadoras dessas políticas na UnB são, dentre outras:

- oferecer cursos de qualidade, capazes de proporcionar a emancipação intelectual, social e econômica dos diferentes atores sociais;
- criar política de formação de docentes para o uso adequado da EaD;
- promover a atualização constante da infraestrutura para o uso eficiente e efetivo da EaD na educação presencial e a distância;
- formular política própria para oferta de cursos a distância e inclusão das TIC e TDIC nos processos de ensino e aprendizagem que leve em conta as condições reais das unidades acadêmicas para ofertas de qualidade;
- incluir a EaD nos processos de ensino e aprendizagem pretendida para os discentes, contemplando as condições reais das unidades acadêmicas, na sede e nos polos, para ofertas de qualidade;
- criar estratégias internas para institucionalizar a gestão dos cursos a distância, tendo em vista a existência de diversos atores sociais como: tutores, coordenadores, polos de apoio presencial, docentes, equipes multidisciplinares, recursos tecnológicos;
- incluir as TIC e TDIC na educação presencial e a distância, tendo como princípios a inclusão social, por meio da ampliação do acesso ao saber acadêmico nas diferentes regiões brasileiras visando à redução das desigualdades sociais, prioritariamente na Região Centro-Oeste e Distrito Federal, mas não se limitando a ela;
- estimular a pesquisa permanente das atividades de ensino baseadas nas TIC e TDIC, via editais internos, para garantir ofertas com qualidade pedagógica;

- estimular a difusão dos resultados das atividades pedagógicas baseadas no uso das TIC e TDIC, com incentivo à produção acadêmica;
- estabelecer diretrizes para a submissão de cursos e disciplinas a distância em consonância com a estrutura acadêmica da UnB, levando-se em conta as especificidades da EaD e a autonomia universitária;
- compartilhar a produção acadêmica via materiais didáticos dos cursos presenciais e a distância;
- investir na produção de materiais pedagógicos para melhoria da qualidade dos cursos baseados em TIC e TDIC via aplicação de referenciais de qualidade para EaD na UnB;
- criar formas de gestão da EaD para análise e avaliação das ofertas de cursos e disciplinas a distância na UnB.

Pretende-se estimular a oferta de cursos a distância de forma integrada às TIC e TDIC, principalmente, por meio de iniciativas próprias das unidades acadêmicas, bem como via adesão a programas e projetos emanados do Governo Federal e do Distrito Federal, em consonância com as diretrizes de qualidade da UnB.

As ações institucionais para a modalidade a distância também são orientadas pela missão, objetivos e metas da Universidade e visam a contribuir para a permanência dos estudantes, para a ampliação do acesso ao ensino superior de qualidade, para a qualificação e expansão do uso de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) na educação e para a convergência entre ensino presencial e a distância.

Desse modo, o curso de Pedagogia a Distância atende aos pressupostos institucionais, previstos no PPPI, quanto ao uso das TIC e TDIC e à formação de professores para a educação básica, bem como contribui para o cumprimento das diretrizes do PDI.

2.2.1 Extensão

Os diferentes tipos de ações de extensão, das quais os estudantes de pedagogia a distância podem participar contemplam:

- Cursos de extensão: cursos ministrados na UnB ou outras instituições e que respondem a demandas não atendidas pela atividade regular do ensino formal de graduação ou de pós-graduação. Esses cursos podem ser presenciais ou à distância.
- Eventos: atividades de curta duração – palestras, exposições, seminários, congressos, *workshops*, entre outras – que contribuem para a disseminação do conhecimento.

- Projetos de extensão de ação contínua: têm como objetivo o desenvolvimento de comunidades, a integração social e a integração com instituições de ensino. São desenvolvidos ao longo do ano letivo, podendo ser renovados no ano seguinte, mediante solicitação encaminhada à Câmara de Extensão (CEX).
- Programas especiais: compreendem atividades de duração determinada que, inicialmente, não se enquadram na estrutura básica das atividades previstas pelo Decanato de Extensão (DEX).
- Programas permanentes: são empreendimentos que se caracterizam por uma organização estável e por disponibilizarem uma infraestrutura para a divulgação científica, artística e cultural. O estudante de graduação vinculado a um projeto/programa concorre a bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (Pibex). A atividade extensionista pode ser revertida na concessão de até 4 (quatro) créditos acadêmicos em extensão por semestre, atuando 15 horas semanais nos Projetos de Extensão de Ação Contínua (PPEACs). Quando a atividade for realizada por dois semestres ou mais, serão concedidos até o limite de 6 créditos.

Na Faculdade de Educação, a Coordenação de Extensão é responsável pela organização e supervisão das atividades extensionistas que envolvem estudantes, docentes e funcionários da graduação e pós-graduação.

As ações de extensão elaboradas e submetidas no âmbito da Faculdade de Educação deverão considerar o que está estabelecido pelos Artigos 1º a 20º da Resolução 060/2015 do CEPE-UnB e o disposto na Resolução 002/2018 do Conselho da Faculdade de Educação (Anexo A) que atende tanto a modalidade presencial quanto a distância. Tais atividades também se constituem como práticas transversalizadas no ensino e na pesquisa.

Os estudantes do Curso poderão realizar as atividades nas modalidades presencial e a distância. Destacam-se, ainda, as atividades de extensão desenvolvidas nos polos a partir das realidades locais, em articulação com as atividades de ensino e de pesquisa.

2.2.2 Iniciação Científica

Com o objetivo de promover a iniciação científica e à docência, os estudantes de Pedagogia a distância são estimulados a participarem de programas e ações fomentados pela Universidade. Os estudantes devem seguir requisitos das chamadas específicas para esse fim e ficam sujeitos às normas dos órgãos concedentes em face de eventual recebimento de bolsa. É incentivada a participação de alunos em projetos de pesquisa em andamento ou na realização de investigações e pesquisas no âmbito das disciplinas.

2.2.3 Internacionalização

Na Universidade de Brasília, a internacionalização, é compreendida em muitas dimensões que envolvem tanto a publicação conjunta da produção científica por professores brasileiros e estrangeiros, a captação de recursos (*grants and funds*) em agências internacionais, a participação de professores e alunos em redes internacionais de pesquisa, além das já consagradas modalidades de mobilidade internacional, como o intercâmbio de estudante de graduação, os estágios de doutoramento e pós-doutoramento e as idas e vindas de professores visitantes nas formas já consolidadas pelas agências de fomento nacionais ou em modelos mais curtos e dinâmicos propostos pela própria instituição.

Os Programas de Mobilidade Nacional e Internacional têm por objetivo regular a relação de reciprocidade entre as instituições federais de ensino superior (IFES) e universidades estrangeiras no que refere à mobilidade de estudantes de graduação. Os beneficiários são estudantes regularmente matriculados no curso de graduação, que na UnB, devem atender aos seguintes requisitos:

- tenham concluído, pelo menos, 20% (vinte por cento) da carga horária de integralização do curso de origem;
- tenham, no máximo, duas reprovações acumuladas nos dois períodos letivos que antecedem o pedido de mobilidade;
- estejam efetivamente matriculados em disciplinas em sua Instituição de origem (UnB) no período de solicitação;
- tenham autorização do Decanato de Ensino de Graduação (DEG) que gere a ação na UnB.
-

O discente de outra IFES e/ou universidade estrangeira, após seu registro na UnB, obedecerá a Legislação Básica das Normas Acadêmicas para Matrícula em disciplinas, Acompanhamento Acadêmico, Trancamento de Matrícula, Formas de Desligamento, e demais normas internas à UnB. Da mesma forma, o estudante da UnB, ao ser registrado em outra IFES e/ou universidade estrangeira, deverá seguir as normas acadêmicas da Instituição que o receber. É fundamental, em situação de mobilidade, que haja correspondência entre as disciplinas cursadas na Instituição que receber o estudante com as disciplinas de seu curso de origem.

Na UnB, há possibilidade de mobilidade virtual internacional. A Universidade de Brasília tem, por exemplo, um Acordo de Cooperação assinado com a Universidade Aberta de Portugal.

2.2.4 Cooperação interinstitucional

O Curso estabelece cooperação próxima com os polos e com as Secretarias de Educação dos municípios onde estes estão localizados, e também com outras instituições e organizações, desde que sejam espaços de atuação do pedagogo e respeitem os termos de cooperação técnica ou convênios. Essa aproximação reforça a importância da valorização dos cursos a distância no território e a cooperação entre as Secretarias e polos.

A FE-UnB também mantém acordos de cooperação com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), com outras secretarias do Distrito Federal e do entorno e com diversas instituições de ensino superior com o objetivo de promover a formação para a docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental em suas distintas modalidades, para a gestão escolar, para a atuação em espaços educativos não escolares e para a pesquisa.

Além disso, os acordos de cooperação internacional da Universidade de Brasília com organismos e instituições internacionais de ensino superior são desenvolvidos entre as atividades da Assessoria de Assuntos Internacionais (INT). A INT tem por objetivo maior promover a interação da UnB com instituições internacionais e, também, orientar e apoiar estudantes brasileiros e estrangeiros que participam de programas de intercâmbio. No sítio eletrônico da INT (www.int.unb.br/acordos), são colocados à disposição todos os acordos celebrados com a UnB e suas respectivas unidades (incluindo a FE) e os períodos de vigência.

2.2.5 Políticas de Apoio ao Discente

O apoio ao discente do Curso de Pedagogia a Distância se dá por meio de ações de acolhimento, permanência e acompanhamento. O acolhimento de novos alunos é feito de duas formas. Primeiro, por meio do agendamento de visitas presenciais aos polos durante o primeiro semestre do curso onde serão feitas oficinas de orientação sobre a universidade, o curso, a experiência do aluno EaD, e desenvolvimento de competências técnicas relacionadas aos ambientes virtuais. Também é uma oportunidade de levantamento de informações sobre os alunos, suas especificidades e demandas para orientações dos professores, tutores e da gestão do curso. Segundo, por comunicação direta feita por avisos, notificações e espaços para discussão dedicados aos alunos por meio do portal da coordenação na plataforma do curso. Nesse mesmo espaço são disponibilizados materiais de orientação sobre o curso bem como informações e guias sobre a utilização da plataforma.

As ações de permanência partem da observância, em primeiro lugar, do perfil dos ingressantes (condições escolares, culturais, econômicas e sociais) e da identificação de necessidades de conhecimentos prévios e experiência com a educação a distância. Ainda, estão relacionadas às estratégias didático-pedagógicas das disciplinas ofertadas adequadas à

modalidade e ao perfil do estudante. Uma das grandes barreiras de entrada em um curso EaD se refere a habilidades instrumentais com ambientes virtuais de aprendizagem e conhecimentos básicos sobre o aluno na EaD. Como estratégia de acolhimento o curso oferecerá uma oportunidade de formação, na forma de um curto curso de extensão, antes ou logo no início do primeiro semestre letivo. O curso abordará o uso instrumental do ambiente virtual de aprendizagem, características de um curso/disciplina a distância, apontamentos sobre material complementar bem como estratégias e boas práticas para alunos em cursos EaD.

A permanência no curso se dá, em parte, pelo bom fluxo de informações e acompanhamento das atividades de cada aluno, de forma individual. Para tanto, reuniões mensais são agendadas com tutores e professores visando identificar alunos com baixa interação ou participação nas disciplinas. São discutidas as especificidades desses alunos e, no coletivo, são propostas estratégias de ação. Em reuniões, também mensais, é feita a comunicação direta com a coordenação do polo para que possamos identificar possíveis barreiras à participação nas disciplinas, bem como para pedir aos coordenadores um contato mais próximo com alunos que exibem baixa participação. O curso conta com e-mail de contato para dúvidas técnicas e outro para solicitação de informações institucionais na secretaria.

Quanto à acessibilidade, o Curso segue as diretrizes do PDI e da Política de Acessibilidade. As ações decorrentes dessa Política consistem em zelar pela aplicação da legislação sobre direitos das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e transtornos funcionais, bem como das normas técnicas e recomendações vigentes nas ações, atividades e projetos promovidos e implementados pela Universidade de Brasília, além de reconhecer a plena e efetiva participação e inclusão desse público na comunidade universitária. Para questões ligadas à acessibilidade, o atendimento se faz por meio da Coordenação de Apoio às Pessoas com Deficiência (PPNE), que tem como objetivos: garantir a igualdade de condições para o desempenho acadêmico das pessoas com deficiência ou com necessidades educacionais específicas na UnB e assegurar sua plena inclusão à vida universitária.

Em consonância com a Política de Acessibilidade da UnB, no curso de pedagogia a distância da FE-UnB, a acessibilidade pedagógica compreende ações nas seguintes dimensões:

- (a) atitudinal: ações formativas que objetivam eliminar preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações;
- (b) metodológica: eliminação de barreiras nos métodos e técnicas de estudo, de trabalho e de ação comunitária;
- (c) instrumental: eliminação de barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo, de trabalho e de lazer ou recreação;
- (d) comunicacional: eliminação de barreiras na comunicação interpessoal, escrita e virtual (acessibilidade digital);

- (e) programática: eliminação de barreiras invisíveis integradas às normativas institucionais. Ações em torno dessas cinco dimensões são promovidas nos laboratórios da FE-UnB, sobretudo no Laboratório de Escolarização de Surdos e Libras (LABES-LIBRAS) e no Laboratório de Apoio às Pessoas com Deficiência Visual (LDV).

2.2.5.1 Assistência Estudantil

Aos estudantes do Curso de Pedagogia a Distância é prestado apoio por meio do Decanato de Assuntos Comunitários (DAC). Esse Decanato possui a competência de ofertar atendimento discente nos seguintes setores pedagógico-administrativos da instituição: Coordenação de Apoio às Pessoas com Deficiência; Diretoria de Atenção à Saúde da Comunidade Universitária (DASU), Coordenação da Atenção Psicossocial, Coordenação de Prevenção, Coordenação da Promoção e de Qualidade, Diretoria de Desenvolvimento Social, Coordenação Administrativa, Coordenação Técnica do Serviço de Proteção Social, Coordenação Geral da Casa dos Estudantes Universitário, Diretoria da Diversidade, Coordenação da Diversidade Sexual, Coordenação da Questão Indígena, Coordenação da Questão Negra, Coordenação dos Direitos da Mulher, Diretoria de Esporte, Arte e Cultura, Coordenação de Arte e Cultura, Coordenação de Esporte e Lazer, Coordenação de Organizações Comunitárias, Diretoria do Restaurante Universitário, Coordenação de Gestão Administrativa e Coordenação de Promoção à Alimentação. Por meio da Diretoria de Atenção à Saúde da Comunidade Universitária (DASU/DAC/UnB) são desenvolvidas ações de prevenção, promoção da saúde e atenção psicossocial como política e estratégia de atenção à saúde e qualidade de vida da comunidade acadêmica.

Outras atividades de apoio ao discente, eventualmente disponíveis na Universidade serão divulgadas aos alunos para que possam participar no termo dos programas e editais.

Registra-se, ainda, em 2017, a mudança na legislação sobre reintegração de ex-alunos. A Instrução da Câmara de Ensino de Graduação N° 0002/2017, que estabelece procedimentos para tratar de processos de reintegração de discente desligado, visa evitar atrasos na liberação de resultados para estudantes de unidades que julgam rapidamente os processos, mas que antes precisavam aguardar até que todas as demais unidades da UnB encaminhassem os resultados. A solicitação de reintegração também sofreu alteração e passou a ser realizada diretamente na Secretaria do curso.

2.3 Objetivos do Curso

O curso de Pedagogia a Distância da Universidade de Brasília tem os seguintes objetivos:

2.3.1 Objetivo geral

Formar o profissional para a docência na educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental em suas diversas modalidades e nos cursos de formação que exijam conhecimentos pedagógicos, para atuar na gestão escolar e em espaços educativos não escolares, e para o campo teórico-investigativo da educação, com compromisso ético e inclusivo, responsabilidade social e histórica, reconhecedor da diversidade humana, cultural, política, religiosa, étnico-racial e de gênero.

2.3.2 Objetivos específicos

- a) Formar professores para a educação infantil e anos iniciais capazes de articular o fazer e o pensar pedagógico nos diversos contextos socioculturais e organizacionais que permeiam a escola;
- b) Formar profissionais conscientes de sua historicidade e comprometidos com os anseios de outros sujeitos, individuais e coletivos, socialmente referenciados para formular, acompanhar e orientar seus projetos educativos;
- c) Preparar educadores capazes de planejar e realizar ações e investigações que os levem a compreender a evolução dos processos cognitivos, emocionais e sociais considerando as diferenças individuais e grupais;
- d) Preparar gestores, capazes de atuar no planejamento, desenvolvimento e avaliação de processos educativos em espaços escolares e não escolares de educação e formação profissional;
- e) Desenvolver, entre as disciplinas do curso, uma prática criativa, original, flexível e interdisciplinar, que permita ao estudante utilizar um referencial teórico para interpretar a realidade educacional brasileira, favorecendo reflexões e buscando soluções que contribuam para a superação das dificuldades diagnosticadas;
- f) Garantir articulação entre docência, organização, gestão e avaliação do trabalho pedagógico nas unidades de exercício profissional, no âmbito de escolas e outras instituições sociais.
- g) Refletir sobre educação, escola e sociedade de forma a que tais reflexões favoreçam a formação das pessoas e que a educação possa contribuir para a efetivação de um projeto de transformação social;
- h) Compartilhar saberes garantindo a articulação entre os diferentes profissionais que atuam na educação articulando em seu trabalho as contribuições de diferentes áreas de conhecimento;

- i) Preparar o pedagogo para desenvolvimento e organização de sistemas, unidades, projetos e experiências escolares e não escolares formais e não formais, percebendo a importância do trabalho com a diversidade e a educação inclusiva;
- j) Realizar pesquisas e ações extencionistas com o intuito de produzir e difundir o conhecimento científico e tecnológico no campo educacional.
- k) Formar professores para que desenvolvam perspectivas e práticas críticas envolvendo os meios de comunicação e as novas mídias, incluindo a educação aberta e a distância.

2.4 Perfil profissional do egresso

O perfil do egresso do curso de licenciatura em pedagogia a distância é de professores formados para o exercício da docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, em suas diversas modalidades e nos cursos de formação que exijam conhecimentos pedagógicos, para os diferentes sujeitos da aprendizagem, bem como para exercerem atividades de planejamento, implantação e avaliação de programas e projetos educativos em espaços organizacionais onde a atuação profissional do pedagogo seja demandada.

A formação do pedagogo exige capacidade e domínio de conteúdos básicos e específicos, produzidos por diversas áreas do conhecimento, necessários à formação do profissional da educação.

Desse ponto de vista, o perfil do graduado em pedagogia a distância deverá contemplar consistente formação teórica, diversidade de conhecimentos e de práticas, que se articulam ao longo do curso. Assim sendo, o campo de atuação do licenciado em pedagogia a distância da Faculdade de Educação da UnB deve ser composto pelos seguintes aspectos:

- (a) docência, gestão em espaços escolares e não escolares, além de em outras áreas nas quais conhecimentos pedagógicos sejam previstos;
- (b) produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional.

Esta proposta pedagógica objetiva, em sua dimensão formativa, garantir a qualidade referenciada socialmente da formação dos profissionais pedagogos, comprometida com a construção de uma sociedade democrática. Nesse contexto o Núcleo Docente Estruturante (NDE), a partir de um trabalho coletivo, baseou-se nos seguintes princípios norteadores, para definição do perfil profissiográfico:

- (a) competência técnica, humana e política para o exercício da docência e da gestão;
- (b) domínio ou reconhecimento da dimensão técnica e humana da docência na educação básica e espaços não escolares;

- (c) compromisso social para o exercício da profissão, fundamentado nos princípios da interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética;
- (d) sólida fundamentação teórico-metodológica, que possibilite a formação profissional para o desempenho dos diferentes papéis e funções de docência, gestão educacional, produção e difusão de conhecimentos a partir do projeto pedagógico das instituições escolares, compreendendo o processo educativo em sua complexidade;
- (e) compromisso com a luta pela justiça social, entendendo a importância e a legitimidade dos direitos das minorias, da diversidade, da multiculturalidade e da inclusão social;
- (f) conhecimento da escola como organização complexa que tem a função de promover a educação para e na cidadania;
- (g) desenvolvimento da pesquisa, da análise e da aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional;
- (h) funcionamento de sistemas e instituições de ensino.

2.4.1 As Áreas de atuação do egresso

O curso de pedagogia a distância da Faculdade de Educação no que se refere a área de atuação do pedagogo respeita o previsto na Resolução nº 01, de 15 de maio/2006, do Conselho Nacional de Educação, em seu artigo 2º, onde está determinado que o curso de Graduação em Pedagogia destina-se

À formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

No entanto, além da exigência da formação obrigatória para o exercício da docência, essas normas pressupõem ainda, em seu artigo 14, que: “A Licenciatura em Pedagogia, nos termos dos Pareceres CP/CNE nº 05/2005 e 03/2006 e desta Resolução, assegura a formação de profissionais da educação prevista no artigo 64, em conformidade com o inciso VIII do artigo 3º da Lei nº 9.394/96”. Considerando essas disposições legais, as orientações básicas contidas neste projeto político pedagógico, para o curso de pedagogia, tratam da sua adequação à referida Resolução do CNE, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso. Neste sentido, [...] “o curso de Pedagogia, viabilizará a formação de profissionais da educação capazes de desenvolverem o exercício competente da docência e da gestão educacional”.

2.4.2 Inserção social do egresso no mercado de trabalho

O curso de Pedagogia a Distância visa formar profissionais da educação capazes de intervir profissionalmente no desenvolvimento do ser humano nos vários ciclos da vida, respeitando as formas e os contextos apropriados a cada um destes. O projeto político pedagógico do curso considera que a formação docente para a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental é essencial, sem restringir, com esta opção, a formação para atuação em outros espaços educativos. Neste sentido, o curso de pedagogia a Distância também forma profissionais capazes de coordenar e participar de projetos educativos em ambientes escolares e não escolares, de assumir o exercício de atividades que requeiram conhecimentos pedagógicos em instituições de ensino e outras instituições e profissionais qualificados para conduzir pesquisas educacionais nos espaços em que atuam.

Ressalta-se ainda, a existência de um grande número de estabelecimentos de ensino, tanto públicos como privados, que oferecem as modalidades de educação especial, educação de jovens, adultos e idosos bem como educação profissional e a expansão dos Institutos Federais de Educação em vários estados brasileiros, que oferecem educação básica, técnica e tecnológica como também outras instituições de educação superior constituindo-se em um vasto campo de atuação de pedagogos, tanto no exercício de funções docentes quanto no exercício de funções técnicas de nível superior na área de pedagogia. Os formados em pedagogia que desejam atuar em ambientes não escolares, encontram oportunidades de trabalho no serviço público federal e distrital, em organizações privadas – hospitais, empresas de seleção e capacitação profissional, outros estabelecimentos de ensino –, em organizações não governamentais e em organismos internacionais.

No que se refere ao acompanhamento de egressos, a Diretoria de Avaliação Institucional (DAI), unidade vinculada ao Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional (DPO), é responsável por diversas atribuições vinculadas ao processo de avaliação, sendo uma delas a realização da pesquisa sistemática de egressos da UnB, desde 2013.

Parte integrante da política de acompanhamento de egressos, a Pesquisa de Egressos na UnB, desenvolvida em colaboração com a CPA, é realizada a partir dos dados da RAIS/MTE e tem como objetivo verificar a colocação dos alunos da UnB no mercado formal de trabalho. Essa pesquisa fornece informações sobre a localização do aluno egresso, o tipo de vínculo empregatício, a ocupação de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações e a renda média. A partir desses dados, é possível realizar uma série de levantamentos a respeito dos ex-alunos ao longo dos anos, tais como: faixa de renda, tipo de vínculo empregatício, área de atuação, percentual por unidade da Federação, etc. Os dados são divulgados em site eletrônico oficial da UnB, desagregados por cursos e integrado no relatório da instituição. Para promover as ações de melhoria relacionadas às demandas da sociedade e do mundo do trabalho os relatórios

e informações são apresentados às unidades acadêmicas nos Fóruns do AvaliaUnB para o desenvolvimento de estudos e ações de melhoria dos processos educativos em relação às demandas da sociedade e do mercado de trabalho.

2.5 Estrutura curricular

Quanto à estrutura do currículo do curso de pedagogia, a Resolução CNE/CP n. 1/2006 prevê, em seu artigo 6º, três núcleos de conteúdos curriculares – estudos básicos; aprofundamento e diversificação de estudos; estudos integradores para enriquecimento curricular – que deverão articular-se ao longo da formação, favorecendo o diálogo entre os componentes curriculares, por meio do princípio da interdisciplinaridade e através do trabalho pedagógico de professores e estudantes.

A presente matriz curricular do curso de Pedagogia da FE-UnB está estruturada em três dimensões¹¹ formativas: Educação – sujeitos, história, sociedade e cultura; Organização do trabalho docente; Profissionalização do pedagogo: gestão, diversificação e sistematização do conhecimento. Além dos componentes curriculares obrigatórios e optativos (disciplinas), as dimensões formativas compreendem os estágios, as atividades de extensão e pesquisa bem como atividades complementares.

O princípio da flexibilização busca compreender o currículo como totalidade viva, o que significa percebê-lo em movimento e em construção, inseparável da realidade. A flexibilização também é responsável pela articulação dos componentes e conteúdos curriculares, visando à superação da criticada fragmentação do conhecimento no curso de Pedagogia. Tal princípio não modifica apenas as relações estabelecidas entre os sujeitos e o conhecimento, mas entre os próprios sujeitos da ação formativa: professores-formadores e alunos em formação.

As dimensões formativas são entendidas como a atitude metodológica de ensino-aprendizagem que concretizará os princípios e as dimensões da formação. Tais processos incluem a ação coletiva e a atitude interdisciplinar. Pensar a formação a partir destes processos implica possibilitar o diálogo entre os diversos conhecimentos e disciplinas, na construção do objeto de conhecimento a ser apreendido – a prática educativa.

O currículo não prescinde das disciplinas, pois entendemos que “(...) o fato de os currículos se organizarem em uma matriz disciplinar não impede que sejam criados mecanismos de integração.” (MACEDO e LOPES, 2002, p.74). O currículo possui “movimentos”, proporcionados pelos eixos do conhecimento e pelas dimensões do currículo, e também “momentos”, que poderão propiciar o estabelecimento de relações entre o conteúdo e as atividades das disciplinas

11

Dimensão: A definição indica o sentido de um termo, da palavra que designe a essência, sendo que o seu conhecimento facilita o processo de comunicação e a compreensão dos fenômenos, bem como a diferenciação do conceito, nesse sentido a dimensão refere-se a algo que está contido em outro.

curriculares, tendo como ponto de convergência a construção de conhecimentos (a pesquisa) na e para a compreensão da prática educativa como objeto da Pedagogia.

As dimensões são as organizadoras dos conhecimentos que serão trabalhados pelas disciplinas, por projetos de extensão, seminários, eventos em que cada semestre tenha uma disciplina e um professor como articulador da dimensão de forma que esses conhecimentos não se fragmentem e nem percam a relação entre a teoria e a prática.

Certamente a compreensão da formação do pedagogo vai demandar um novo entendimento de educação, escola, docência, tecnologia e da própria Pedagogia. Exige, também, que se criem novas formas de planejamento curricular. A premissa que norteia as dimensões formativas refere-se à compreensão da prática educativa como objeto da Pedagogia, considerando-se que a atuação do pedagogo vai além da sala de aula, na medida em que incorpora atividades de pesquisa e de gestão. Essa ideia de dimensão formativa busca construir a identidade da docência ampliada e a ênfase no trabalho pedagógico.

Este projeto ainda observa as orientações da Resolução CNE/CP n. 2, de 22 de dezembro de 2017, em conformidade com o seu Art.17.

2.5.1 Estrutura do Currículo

Dimensão formativa: educação – sujeitos, história, sociedade e cultura

A dimensão formativa educação – sujeitos, história, sociedade e cultura está voltada para a compreensão da tarefa da reflexão e da fundamentação filosófica, cultural/antropológica, psicológica, sociológica e histórica no campo do agir pedagógico e para o desenvolvimento de uma postura investigativo-interpretativa diante da pluralidade de concepções teóricas, identitárias e ideológicas existentes no campo. O propósito é desenvolver uma construção de conhecimento das ciências da educação, capaz de permitir o esclarecimento e pensar próprio diante das diferentes abordagens e contextos educacionais históricos, sociais e culturais. Além de desenvolver uma condição de crítica e de autocrítica, reconhecendo nos diferentes horizontes de questionamento o incentivo para a produção de práticas pedagógicas adequadas às diferentes realidades.

Essa primeira dimensão está distribuída em dois semestres letivos, tendo como eixo integrador a relação entre sujeitos e educação em diferentes perspectivas (filosófica, histórica, sociológica, psicológica e antropológica). Outro foco está voltado para a iniciação na pesquisa em educação e a apropriação e um olhar crítico para os meios de comunicação e o desenvolvimento tecnológico. Assim, há uma maior concentração de disciplinas obrigatórias, que propiciam a possibilidade de um posicionamento crítico frente às concepções de educação, escolarização, docência, entre outros.

Dimensão formativa: organização do trabalho docente no Brasil

A segunda dimensão tem como eixo integrador a organização do trabalho docente e seus espaços educativos. A organização do trabalho docente é “permeada por dimensões técnicas, políticas, éticas e estéticas por meio de sólida formação. Envolve o domínio de conteúdos e metodologias, diversas linguagens, tecnologias e inovações e contribuem para ampliar a visão e a atuação do pedagogo” nos campos teórico-metodológicos dos objetos de conhecimento do currículo da educação básica (Artigo 2º, §2 da Resolução CNE/CP Nº 2, 2015). Nesse sentido, as disciplinas e demais componentes curriculares propostos para quatro semestres letivos contemplam a reflexão sobre o exercício da docência e a ação do profissional do magistério da educação básica, tendo como contexto a história e organização da educação brasileira.

Dimensão formativa: profissionalização do pedagogo: gestão e sistematização do conhecimento

Essa terceira dimensão formativa objetiva atender demandas apontadas no art. 2º, parágrafos 1º e 2º, das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Pedagogia (Resolução CNE/CP Nº 1, 2006), de modo a fortalecer o tripé de formação: professor-pesquisador-gestor. Reflete também o movimento histórico da FE-UnB, que ao longo dos anos, tem formado o pedagogo para a docência no espaço escolar. Tal dimensão permitirá apropriar-se da diversidade de experiências formativas no campo do conhecimento da pedagogia que abrange diferentes áreas e que poderá incidir numa especialização temática pós-formação inicial. Além disso, o aspecto da profissionalização contemplará temas emergentes vinculados à singularidade da formação e da identidade do sujeito pedagogo que tem a docência como base.

Essa dimensão tem como eixo integrador a diversificação e aprofundamento dos estudos por meio da oferta de disciplinas específicas, estágios, pesquisa e extensão. As disciplinas nos três últimos semestres revelam as opções efetuadas pelo estudante na medida em que existem possibilidades de estudos temáticos nas áreas de seu interesse e para as funções dentro da docência ampliada.

As ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas na graduação contemplam a formação de professores na perspectiva da educação inclusiva, o conhecimento das necessidades educacionais específicas dos estudantes da educação especial e os recursos e serviços de acessibilidade. No que diz respeito ao ensino, o curso de pedagogia a distância considera a acessibilidade como direito humano das pessoas com deficiência e está organizado de forma disciplinar e transdisciplinar no currículo. Conforme demonstra o quadro 3, o processo formativo dos/as pedagogos, no que se refere ao ensino, está composto pelas disciplinas obrigatórias Educação Inclusiva I (60h), Escolarização de Surdos e Libras (60h), bem como pelas disciplinas optativas.

Em atendimento ao disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e no Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014, que regulamenta a referida Lei, o Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia Modalidade à Distância prevê, em sua estrutura curricular, a inserção de conteúdos formativos voltados à inclusão das pessoas com transtorno do Espectro Autista na educação básica e superior, de forma disciplinar e transversal.

A inserção disciplinar se efetiva por meio da oferta da disciplina Educação Inclusiva, que em sua ementa contempla o estudo da fundamentação histórica, sócio-política e cultural do direito à educação para os estudantes da educação especial, dentre os quais aqueles que apresentam Transtorno do Espectro Autista, bem como o estudo sobre recursos e serviços de acessibilidade voltados a este alunado, no âmbito da educação básica (atendimento educacional especializado) e superior (núcleos de acessibilidade), conforme Decreto nº 7.611/2011. O/a estudante do curso de Pedagogia tem a disciplina Educação Inclusiva como componente curricular obrigatório, em atendimento à legislação brasileira vigente que orienta a organização de sistemas educacionais inclusivos e a formação de professores nessa perspectiva.

A transversalidade se configura a partir da perspectiva do reconhecimento da identidade e da diferença dos estudantes e dos distintos perfis de aprendizagem. Para além do cumprimento da legislação que orienta a inserção deste componente formativo para os/as docentes, o Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia Modalidade à Distância assume a acessibilidade como um princípio pedagógico, no sentido de promover condições de acesso, participação e aprendizagem à estudantes com Transtorno do Espectro Autista que porventura possam vir a ingressar no curso de Pedagogia. Nesse sentido, os conteúdos e os procedimentos metodológicos e avaliativos serão diversificados e flexibilizados, a fim de contemplar pessoas que apresentam “deficiência significativa na comunicação e na interação social” e “padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades”, nos termos da Lei nº 12.764/2012.

As Ementas das disciplinas da matriz curricular podem ser conferidas no Anexo B.

Quadro 3 – Matriz Curricular

DIMENSÃO FORMATIVA: EDUCAÇÃO, SUJEITOS, HISTÓRIA, SOCIEDADE E CULTURA								
PERÍODO/ATIVIDADES		CRÉDITOS				Modali- dade	Carga horária	Pré Requisito
		Total	Teóric os	Práticos	Extensão			
1º	197157 - ANTROPOLOGIA E EDUCAÇÃO	4	4	0	0	OBR	60	Sem pré-requisito

	198129 - PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	4	4	0	0	OBR	60	Sem pré-requisito
	---INTRODUÇÃO À PEDAGOGIA	4	4	0	0	OBR	60	Sem pré-requisito
	195651 - FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	4	4	0	0	OBR	60	Sem pré-requisito
	OPTATIVA ¹²	4	4	0	0	OPT	60	Sem pré-requisito
	SUBTOTAL	20	20	0	0	-	300	

PERÍODO/ATIVIDADES		CRÉDITOS				Modali- dade	Carga horária	Pré Requisito
		Total	Teórico s	Práticos	Extensão			
2º	197955 - HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	4	4	0	0	OBR	60	Sem pré-requisito
	--- INFÂNCIA, CRIANÇA E EDUCAÇÃO	4	4	0	0	OBR	60	Sem pré-requisito
	195375 - SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	4	4	0	0	OBR	60	Sem pré-requisito
	195367 - PESQUISA EM EDUCAÇÃO	4	2	2	0	OBR	60 Sem pré-requisito	Sem pré-requisito
	---EDUCAÇÃO INCLUSIVA	4	3	1	0	OBR	60	Sem pré-requisito
	SUBTOTAL	20	17	3	0	--	300	

**DIMENSÃO FORMATIVA:
ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO BRASIL**

PERÍODO/ATIVIDADES		CRÉDITOS				Modali- dade	Carga horária	Pré Requisito
		Total	Teórico s	Práticos	Extensão			
3º	203653 - HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	4	4	0	0	OBR	60	Sem pré-requisito
	193895 - EDUCAÇÃO INFANTIL	4	3	1	0	OBR	60	Sem pré-requisito
	---- PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO	4	2	2	0	OBR	60	Sem pré-requisito

12

O curso entende que neste primeiro semestre seja cursada a disciplina Educação a Distância (203645) como optativa.

	197858 - DIDÁTICA FUNDAMENTAL	4	2	2	0	OBR	60	Sem pré-requisito
	207357 - ESCOLARIZAÇÃO DE SURDOS LIBRAS	4	2	2	0	OBR	60	Sem pré-requisito
	SUBTOTAL	20	13	7	0	--	300	
PERÍODO/ATIVIDADES								
		CRÉDITOS				Modali- dade	Carga horária	Pré Requisito
		Total	Teórico s	Práticos	Extensão			
4°	197971 - ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	4	3	1	0	OBR	60	Sem pré-requisito
	-----EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS	4	2	2	0	OBR	60	Sem pré-requisito
	195634 - EDUCAÇÃO MATEMÁTICA I	4	2	2	0	OBR	60	Sem pré-requisito
	---CURRÍCULO	4	2	2	0	OBR	60	Sem pré-requisito
	---EDUCAÇÃO, TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO	4	3	1	0	OBR	60	Sem pré-requisito
	OPTATIVA	4	2	2	0	OPT	60	Sem pré-requisito
	SUBTOTAL	24	14	10	0	--	360	
PERÍODO/ATIVIDADES								
		CRÉDITOS				Modali- dade	Carga horária	Pré Requisito
		Total	Teórico os	Práticos	Extensão			
5°	202436 - ENSINO DE HISTÓRIA, IDENTIDADE E CIDADANIA	4	2	2	0	OBR	60	Sem pré-requisito
	193607 - ENSINO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA I	4	2	2	0	OBR	60	Sem pré-requisito
	193291 ENSINO E APRENDIZAGEM DA LÍNGUA MATERNA	4	2	2	0	OBR	60	Sem pré-requisito
	202479 EDUCAÇÃO EM GEOGRAFIA I	4	2	2	0	OBR	60	Sem pré-requisito
	--- ESTÁGIO SUPERVISIONADO I:EDUCAÇÃO INFANTIL	8	2	0	6	OBR	120	Sem pré-requisito
	OPTATIVA	4	1	1	2	OPT	60	Sem pré-requisito

SUBTOTAL		28	11	9	8	--	420		
PERÍODO/ATIVIDADES									
		CRÉDITOS				Modali- dade	Carga horária	Pré Requisito	
		Total	Teóric os	Práticos	Extensão				
6º	--- GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES EDUCATIVAS	4	3	1	0	OBR	60	Sem pré-requisito	
	--- AVALIAÇÃO ESCOLAR	4	2	2	0	OBR	60	Sem pré-requisito	
	--- ESTÁGIO SUPERVISIONADO II: ANOS INICIAIS(CRIANÇAS OU ADULTOS/EJAII)	8	2	0	6	OBR	120	Sem pré-requisito	
	OPTATIVA	4	2	2	0	OPT	60	Sem pré-requisito	
	OPTATIVA	4	4	0	0	OPT	60	Sem pré-requisito	
	OPTATIVA	4	4	0	0	OPT	60	Sem pré-requisito	
	SUBTOTAL	28	17	5	6	--	420		
DIMENSÃO FORMATIVA: PROFISSIONALIZAÇÃO DO PEDAGOGO: GESTÃO E SISTEMATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO									
PERÍODO/ATIVIDADES									
		CRÉDITOS				Modali- dade	Carga horária	Pré Requisito	
		Total	Teóric os	Práticos	Extensão				
7º	202444 - POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO	4	4	0	0	OBR	60	Sem pré-requisito	
	193275 - EDUCAÇÃO E TRABALHO	4	3	1	0	OBR	60	Sem pré-requisito	
	--- ESTÁGIO SUPERVISIONADO III: GESTÃO ESCOLAR	8	2	0	6	OBR	120	Sem pré-requisito	
	OPTATIVA	4	4	0	0	OPT	60	Sem pré-requisito	
	OPTATIVA	4	4	0	0	OPT	60	Sem pré-requisito	
	SUBTOTAL	24	17	1	6	--	360		
PERÍODO/ATIVIDADES									
		CRÉDITOS				Modali- dade	Carga horária	Pré Requisito	
		Total	Teóric os	Práticos	Extensão				
8º	--- TRABALHO DE CONCLUSÃO DE	4	3	1	0	OBR	60	Sem pré-requisito	

CURSO I								
--- ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV: ESPAÇOS EDUCATIVOS NÃO-ESCOLARES		6	2	0	4	OBR	90	Sem pré-requisito
OPTATIVA		4	2	2	0	OPT	60	Sem pré-requisito
OPTATIVA		4	2	2	0	OPT	60	Sem pré-requisito
OPTATIVA		4	3	1	0	OPT	60	Sem pré-requisito
SUBTOTAL		22	12	6	4	--	330	
PERÍODO/ATIVIDADES								
		CRÉDITOS				Modali- dade	Carga horária	Pré Requisito
		Total	Teóric os	Práticos	Extensão			
9º	202461 - AVALIAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES EDUCACIONAIS	4	3	1	0	OBR	60	Sem pré-requisito
	--- TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	4	3	1	0	OBR	60	Sem pré-requisito
	OPTATIVA	4	4	0	0	OPT	60	Sem pré-requisito
	OPTATIVA	4	4	0	0	OPT	60	Sem pré-requisito
	OPTATIVA	4	4	0	0	OPT	60	Sem pré-requisito
	SUBTOTAL	20	18	2	--	--	300	

2.5.1.1 Carga horária

O currículo proposto atende ao disposto no Art. 13 da Resolução CNE/CP n. 2, de 01 de julho de 2015, no que se refere à carga horária mínima de 3.200 (três mil e duzentas horas) de efetivo trabalho acadêmico. O Quadro 4 demonstra a compatibilidade entre a carga horária total (em horas-relógio e crédito) no que se refere ao Núcleos, Eixos de Formação e Componentes da DNC Licenciatura.

Quadro 4 – Núcleos, Eixos, e Componentes da Resolução CNE/CP n.2/2015.

Núcleos	Eixos de Formação	Componentes da DCN Licenciatura	CR	Horas	
Dimensões Formativas Núcleos I e II (2.200 horas)	Obrigatórias	Disciplinas Obrigatórias, excluídas as disciplinas de Estágio, as atividades complementares, e os créditos dos componentes como prática curricular	93	1.395	2.235
	Optativas/Modulo Livre	Livre escolha do estudante	56	840	

Prática como componente curricular (400 horas)	Pesquisa em Educação (2 Cr) Educação Inclusiva (1 Cr) Educação Infantil (1 Cr) Processos de Alfabetização e Letramento (2 Cr) Didática Fundamental (2 Cr) Escolarização de Surdos (2 Cr) Organização da Educação Brasileira (1 Cr) Educação de Jovens, Adultos e Idosos (2 Cr) Educação Matemática I (2 Cr) Currículo (2 Cr) Educação, Tecnologia e Comunicação (1 Cr) Ensino de História, Identidade e Cidadania (2 Cr) Ensino de Ciências e Tecnologia I (2 Cr) Ensino e Aprendizagem da Língua Materna (2 Cr) Educação em Geografia I (2 Cr) Gestão das Organizações Educativas (1 Cr)	27	405
Estágio Supervisionado Obrigatório (400 horas)	Estágio Supervisionado I: educação infantil (8 cr) Estágio Supervisionado II: anos iniciais (crianças ou adultos/EJAI) (8 cr) Estágio Supervisionado III: gestão escolar (8 cr) Estágio Supervisionado IV: espaços educativos não-escolares (6 cr)	30	450
Estudos Integradores Núcleo III (200 horas)	Atividades Complementares	16	240
Total		222	3.330

2.5.1.2 Cumprimento às normas internas

Em cumprimento ao Regimento Geral da UnB e a Resolução CNE/CP n.2/2015, o Quadro 5 demonstra que o curso não excede a carga horária legal mínima em no máximo 10% do previsto, assim como cumpre os 70% de créditos em disciplinas obrigatórias para a conclusão do curso.

Quadro 5 – Cumprimento às normas internas (Quadro Síntese)

	Disciplinas	Currículo Vigente			Currículo Proposto		
		Cr	CH	%	Cr	CH	%
Obrigatórias	Obrigatórias	124	1.860	57,14	112	1.680	50,5
	Estágio	20	300	7,4	30	450	13,5
	TCC	8	120	3,7	8	120	3,6
	Atividades Complementares	-----	-----	-----	16	240	7,2
Optativas	Optativas/ Modulo Livre	64	960	31,5	56	840	25,2
	Atividades Complementares/Extensão *	Até 8	120				
Total de Créditos		216	3.240	100	222	3.330	100

* As Atividades complementares no currículo vigente são opcionais e serão computadas caso o aluno apresente comprovante dessas atividades.

Caberá à Coordenação do curso de Pedagogia a Distância, de acordo com uma análise de demandas dos discentes e em consulta aos departamentos, definir a oferta de disciplinas optativas a cada semestre, considerando o Quadro 6.

Quadro 6 – Disciplinas Optativas

Código	Nome	Créditos	Carga Horária	Pré-requisitos	Domínio
193283	Aprendizagem e Desenvolvimento do PNEE	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Arte, Pedagogia e Cultura	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Atividades Lúdicas em Início Escolarização	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Avaliação Educacional do PNEE	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Criatividade e Inovação na Educação	4	60	Sem pré-requisito	FE
193305	Cultura Organizacional	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Desenvolvimento Humano e Educação	4	60	Sem pré-requisito	FE
203645	Educação a Distância	4	60	Sem pré-requisito	FE
207349	Educação das Relações Étnico- Raciais	4	60	Sem pré-requisito	FE
	Educação e Linguagem Tecnológica	4	60	Sem pré-requisito	FE
	Educação em Artes	4	60	Sem pré-requisito	FE
	Educação em Geografia II	4	60	Sem pré-requisito	FE
193569	Educação em Matemática II	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Educação em Saúde	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Educação multicultural na Contemporaneidade	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Educação não-formal Ciência e Tecnologia	4	60	Sem pré-requisito	FE
	Educação Profissional e Tecnológica	4	60	Sem pré-requisito	FE
	Educação, Ambiente e Sociedade	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Enfoques Psicopedagógicos das Dificuldades Aprendizagem	4	60	Sem pré-requisito	FE
	Ensino de Ciências e Tecnologias II	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Filosofia da Educação 2	4	60	Sem pré-requisito	FE
	Financiamento da Educação	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Formas Expressão da Criança de 0 a 6 anos	4	60	Sem pré-requisito	FE
197939	Fundamentos da Educação Ambiental	4	60	Sem pré-requisito	FE
202967	Fundamentos da Linguagem Musical na	4	60	Sem pré-requisito	FE

	Educação				
100251	Gênero e Educação	4	60	Sem pré-requisito	FE
	Gestão de Programas e Projetos Educacionais	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	História da Educação Brasileira II	4	60	Sem pré-requisito	FE
195383	Introdução à Classe Hospitalar	4	60	Sem pré-requisito	FE
207390	Literatura e Educação	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Multiculturalismo e Ensino Religioso	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Oficina de Audiovisuais em Educação	4	60	Sem pré-requisito	FE
202495	Oficina de Formação do Professor Leitor	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Oficinas de Textos Acadêmicos	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Orientação Educacional	4	60	Sem pré-requisito	FE
207365	Orientação Vocacional Profissional	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Pensamento Educacional Brasileiro	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Pesquisa em Administração da Educação	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Pesquisa em Educação a Distância	4	60	Sem pré-requisito	FE
102598	Planejamento Educacional	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Práticas Mediáticas em Educação	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Produção e Leitura da Imagem	4	60	Sem pré-requisito	FE
	Projetos de Ensino; Pesquisa e Extensão (PEPEX)	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Psicanálise e Educação	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Psicodrama e Educação	4	60	Sem pré-requisito	FE
207403	Psicologia Social e Educação	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Psicologia, Cultura e Educação	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Tecnologias na Educação Especial e Inclusiva	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Tópicos Especiais da História da Educação	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Tópicos Especiais de Pesquisa em Educação	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Tópicos Especiais em Educação Especial 1	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Tópicos Especiais em Filosofia da Educação	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Tópicos Especiais em Psicologia da Educação	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Tópicos Especiais em Sociologia da Educação	4	60	Sem pré-requisito	FE

Além dos 56 créditos exigidos de disciplinas optativas para integralizar o curso de Pedagogia a Distância, o estudante poderá cursar outras disciplinas optativas oferecidas na FE-UnB, totalizando até 24 créditos, que serão consideradas como Módulo Livre.

2.5.1.3 Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório e não Obrigatório

As orientações específicas para os estágios (obrigatório e não obrigatório) no âmbito do curso de pedagogia a distância da FE-UnB estão detalhadas na Resolução nº 01/2019 do Conselho da Faculdade de Educação. (Anexo C) e são fundamentadas na Lei 11.788/2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes.

O estágio obrigatório nas licenciaturas é uma exigência prevista no Art. 65 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia (2006) como espaço curricular indispensável à formação do profissional da educação que atuará na educação básica, e também nas novas Diretrizes Curriculares das Licenciaturas – DCN, Resolução nº2 de 1º de Julho de 2015 na qual indica que “[...]a formação para o exercício integrado e indissociável da docência na educação básica, incluindo o ensino e a gestão educacional, e dos processos educativos escolares e não escolares[...]”. As DCN de 2015 também estabelecem 400 horas de estágio supervisionado na área de formação, e no caso do curso de Pedagogia, docência na educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental, gestão escolar, bem como espaços educativos não escolares. A necessidade do estágio na formação do futuro pedagogo vai além desta exigência legal, trata-se de formação indispensável para a consolidação da relação teoria-prática. No âmbito da UnB, o estágio é regulamentado e orientado por meio de resolução própria do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão n. 41/2004.

A proposta para o estágio obrigatório do curso de pedagogia a distância da FE-UnB, seguindo a legislação vigente, compreende a docência como base e a prática educativa como objeto da pedagogia. A legislação considera a docência como base da formação inicial do pedagogo, prioritariamente na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, sendo uma atividade específica e intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades do trabalho acadêmico (RESOLUÇÃO CNE/CP No 2/2015). Nesse sentido, o estágio supervisionado obrigatório também contempla a experiência em gestão escolar e em espaços educativos não escolares.

Por fim, a proposta de organização do estágio obrigatório visa atender a regulamentação da carga horária mínima de 400 horas previstas em Lei, presenciais e no campo do estágio, devidamente orientada e supervisionada e observando o procedimento formal estabelecido no Art. 13 § 1º da Resolução CNE/CP Nº 2, de 1º de julho de 2015. A carga horária de estágio atende ao disposto no artigo 10 da Lei 11.788/2008:

Art. 10. A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

I – 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;

II – 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

§ 1º O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.

§ 2º Se a instituição de ensino adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais, nos períodos de avaliação, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade, segundo estipulado no termo de compromisso, para garantir o bom desempenho do estudante.

O estágio no curso de pedagogia a distância está distribuído em quatro fases obrigatórias, com 120 horas para as fases I, II e III e 90 horas para a fase IV, somando um total de 450 (quatrocentas e cinquenta) horas:

- (a) Estágio Supervisionado I: Educação infantil: 120 horas (08 créditos)
- (b) Estágio Supervisionado II: Anos iniciais (criança ou adultos/EJAI): 120 horas (08 créditos)
- (c) Estágio Supervisionado III: Gestão escolar: 120 horas (08 créditos)
- (d) Estágio Supervisionado IV: Espaços educativos não escolares: 90 horas (06 créditos)

Nesse formato e buscando atender à abrangência da oferta do Curso de Pedagogia na modalidade a distância da FE/UnB, o estágio supervisionado terá como campo específico as instituições educacionais de contextos escolares e não escolares das áreas de influência dos Polos, abarcando diferentes espaços e temporalidades, nas áreas temáticas anteriormente mencionadas. O estágio implicará instituições do Distrito Federal (pela proximidade geográfica) e de demais unidades federativas às quais estejam vinculados os polos, que se disponham a estabelecer um diálogo reflexivo e abrir-se a uma ação pedagógica articulada de seus professores e profissionais da educação com os estudantes estagiários, professores da UnB/FE, tutores e coordenadores envolvidos na oferta do Estágio Supervisionado no âmbito do Curso de Pedagogia a distância.

Contextos escolares e contextos não escolares constituir-se-ão os campos de estágio. Contextos escolares referem-se ao espaço da escola e, no caso da formação do pedagogo na FE/UnB, a escola de Educação Básica, especificamente, a escola de Educação Infantil e Ensino

Fundamental (anos iniciais e Educação de Jovens e Adultos), além daquelas que ofereçam Educação Especial e Inclusiva. Contextos não escolares dizem respeito a espaços que desenvolvem ações educativas, tais como: associações de bairro, movimentos sociais, igrejas, sindicatos, partidos políticos, espaços culturais, ambientes com idosos, empresas públicas e privadas, hospitais, presídios, entre outros.

O número de estagiários a ser atendido em cada Polo corresponderá ao número de estudantes matriculados no semestre correspondente à oferta desse componente curricular. Com base em demanda dos estudantes e possibilidades de instituições educacionais nos Polos, será feita a organização das turmas por áreas e campos de estágio. É recomendável uma distribuição equitativa de estudantes pelas áreas de estágio e que não haja mais do que cinco estagiários numa mesma instituição. Por outro lado, para não sobrecarregar os profissionais responsáveis pelos estagiários nas instituições parceiras, sugere-se que cada um desses profissionais se responsabilize por, no máximo, dois estagiários.

Os estudantes serão acompanhados por uma equipe de professores supervisores. Cada professor supervisor será responsável por uma das áreas de estágio, podendo estar com a responsabilidade de orientar alunos que estejam em campos diversos, escolares e não escolares. Além da orientação dos professores supervisores, os estudantes contarão com o apoio de tutores a distância, sendo um por turma, para orientação das atividades que os estudantes desenvolverão no campo do estágio, bem como na orientação das atividades do ambiente virtual e nos encontros presenciais nos polos.

No Polo, os estudantes terão o apoio da Coordenação dos Polos, que serão encarregados também de fazer a articulação com as instituições campos de estágio e os responsáveis dessas instituições, buscando criar condições necessárias para a realização dos estágios, ou seja, apoiar e acompanhar os estudantes neste componente curricular.

De um modo geral, serão observados, entre outros, os seguintes aspectos na avaliação do estagiário: registro sistemático do trabalho desenvolvido; desempenho nos trabalhos individuais e grupais, demonstrando conhecimento e capacidade crítica dos conteúdos estudados, autonomia na exposição de ideias, capacidade de criar, planejar, realizar e avaliar situações didáticas, articulando teoria-prática e ação-reflexão-ação; participação e interação na plataforma virtual de aprendizagem, utilizando adequadamente suas ferramentas; capacidade de promover uma prática educativa que leve em conta as características e necessidades dos sujeitos implicados; capacidade de analisar sua prática à luz da teoria e dos fundamentos vistos durante o curso; ênfase na problematização, análise e discussão dos processos educativos observados, buscando solução para as situações postas pelo cotidiano; apresentação de projetos especiais de trabalho que incentivem e propiciem meios e oportunidades para contínuo questionamento da prática docente nos ambientes escolares e não escolares; articulação da responsabilidade individual com o trabalho coletivo na pesquisa, na discussão teórica, no planejamento e

realização das práticas experimentais de docência; capacidade de analisar criticamente a realidade educacional vigente, descobrindo crenças, omissões, estereótipos, distorções, lacunas, incertezas que estão implícitas nas ações pedagógicas e promovendo mudanças em sua prática docente de modo comprometido com a construção dos seus saberes e de sua identidade profissional; apresentação de trabalhos e relatórios de acordo com os princípios da metodologia do trabalho intelectual e científico.

Serão utilizados, fundamentalmente, para a avaliação, os registros feitos no Diário de Campo. Além disso, outros instrumentos serão a referência para avaliar o estagiário: ficha de registro de frequência diária do projeto; ficha de avaliação do estagiário pelo responsável do campo de estágio; planos de aula/relatório de regência; propostas de intervenção, registros da participação na plataforma da disciplina e nos fóruns; relatório final.

Quadro 7 – Estágios Supervisionados

Código	Nome	Créditos	Carga Horária	Pré-requisito	Domínio
-----	Estágio Supervisionado I: Educação infantil	8	120	Sem pré-requisito	FE
-----	Estágio Supervisionado II: Anos Iniciais (Crianças ou Adultos/EJAI)	8	120	Sem pré-requisito	FE
-----	Estágio Supervisionado III: Gestão Escolar	8	120	Sem pré-requisito	FE
-----	Estágio Supervisionado IV: Espaços Educativos não-Escolares	6	90	Sem pré-requisito	FE
Total de Estágios		30	450		

O estágio curricular não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória do curso e envolve remuneração e a supervisão obrigatória do orientador docente da Universidade, com a participação de supervisor técnico do campo de estágio (empresa), para acompanhamento, conforme Manual do Estágio da UnB (2009). Está previsto na Lei 11.788/2008 e neste PPC pode ser reconhecido como parte das atividades complementares realizadas pelos estudantes, de acordo com a Resolução nº 04/2016 (Anexo D).

2.5.1.4 Atividades práticas de ensino

Conforme o Art. 13 § 1o da Resolução CNE/CP Nº 2, de 1º de julho de 2015 (p. 11), os cursos terão, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, com duração mínima de 08 (oito) semestres ou 04 (quatro) anos, compreendendo:

- (a) 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;
- (b) 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;
- (c) 2.200 (duas mil e duzentas) horas, pelo menos, dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;
- (d) 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 desta Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição.

No curso de Pedagogia a distância da FE-UnB as 400 horas de prática como componente curricular estão inseridas nas disciplinas onde estão previstas atividades voltadas para a articulação da teoria com a prática, conforme o Quadro da Matriz Curricular no item 2.5.1. As atividades e/ou estudos teórico-práticos em áreas específicas de interesse dos estudantes estão recomendadas na Resolução nº 05/2017 da Câmara Setorial de Graduação (Anexo E). Essas atividades contarão com o apoio dos Polos, na realização de encontros presenciais para sua efetivação.

2.5.1.5 Atividades Complementares

Estão previstas no novo currículo do curso de Pedagogia a Distância 240 horas (16 créditos) a serem computadas por meio de atividades complementares obrigatórias que contribuam com a formação do pedagogo, entre outras (Anexo D), Resolução da Câmara Setorial de Graduação 01/2020):

- a) curso de extensão realizado na Universidade de Brasília;
- b) curso de extensão realizado em outras IES/Entidades;
- c) participação em cursos e/ou eventos científicos, presenciais ou a distância, na área de educação: seminários, fóruns, palestras, congressos, encontros, simpósios, semanas pedagógicas, oficinas, workshops.
- d) organização de eventos científicos na área de educação: seminários, fóruns, palestras, congressos, encontros, simpósios, semanas pedagógicas, oficinas e workshops;
- e) apresentação de trabalho em evento científico;

- f) trabalho publicado em revista científica;
- g) trabalho publicado em jornais/revistas não acadêmicas;
- h) participação em projetos comunitários de natureza educativa;
- i) estágio não obrigatório (remunerado ou não) como prática pedagógica;
- j) participação em atividades de iniciação científica;
- k) Participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid).

2.5.1.6 Trabalho de Conclusão de Curso

O trabalho de conclusão de curso (TCC) será desenvolvido em dois semestres por meio das disciplinas TCC 1 e TCC 2 a fim de que o estudante possa elaborar textos que demonstrem capacidade de articulação teórico-prática de questões relativas ao campo educacional.

Na disciplina TCC 1, ocorrerá o desenvolvimento do projeto de pesquisa e na disciplina TCC 2, a redação do texto final, na forma de artigo científico ou monografia.

As orientações específicas para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso no âmbito da FE-UnB encontram-se na Resolução 01/2016 (Anexo F), que atende a modalidade presencial e a distância. A orientação para divulgação dos TCCs em repositório institucional será feita aos polos e aos alunos durante a oferta das disciplinas (TCC 1 e 2) seguindo as orientações institucionais da Biblioteca Central da Universidade.

No desenvolvimento do TCC, os estudantes serão acompanhados por uma equipe de professores supervisores, que terá a responsabilidade de orientar esses trabalhos. Além da orientação dos professores supervisores, os estudantes contarão com o apoio de tutores a distância, sendo um por turma, para orientação das atividades do ambiente virtual e nos encontros presenciais nos polos.

2.5.1.7 Procedimento de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

No curso de pedagogia a distância da FE-UnB serão consideradas diferentes abordagens, instrumentos e procedimentos, com ênfase na avaliação formativa para as aprendizagens dos estudantes. Do mesmo modo que existem inúmeras diferenças entre os indivíduos, é possível detectar e aproveitar preferências e ritmos diferenciados de aprendizagem. O reconhecimento efetivo deste pressuposto exige que sejam identificadas potencialidades e dificuldades num ponto inicial do percurso acadêmico, para levá-las em consideração no planejamento subsequente. Ao admitir as diferenças entre os indivíduos, há também necessidade de reconhecer que poderão existir itinerários individualizados na formação do profissional que devem ser considerados pelas situações de avaliação. Sendo assim, a avaliação deve assumir o

imperativo de variabilidade de formas e momentos até se tornar uma ação sistemática e permanente de verificação de potencialidades e dificuldades de aprendizagem.

Como a maioria dos instrumentos tradicionais de avaliação tende a privilegiar dois tipos específicos de inteligência, ou seja, a linguística e a lógico matemática, a avaliação mais condizente com esta proposta curricular leva em consideração as múltiplas inteligências de todo ser humano, nas combinações, variações e expressões próprias a cada pessoa. Coerente será também a utilização de instrumentos que sejam justos para com o tipo de inteligência sendo desenvolvida e verificada e que examinam diretamente a inteligência em operação em vez de seguir unicamente pelo desvio da linguagem e das dificuldades lógico-formais. Nesta perspectiva, os aspectos emocionais, sociais e éticos terão peso ao lado dos aspectos tipicamente cognitivos, intelectuais e racionais.

Entendendo a avaliação como um processo contextualizado, o aproveitamento do formando deve refletir as respostas dadas por ele às situações encontradas no curso bem como àquelas trazidas por ele a partir de sua realidade imediata. Na medida em que se encontram e se conectam estas realidades, o futuro profissional será capaz de lidar com situações reais do mundo do trabalho de forma crítica, autônoma, afirmativa e mediadora, apropriando-se, para tanto e de forma plena, do instrumental de informações, meios e experiências propiciados pelo curso. Sabe-se que o potencial de desenvolvimento de um ambiente aumenta em função do número de vínculos de apoio existentes entre aquele ambiente e outros, e da comunicação pessoal entre eles.

Desta forma, a avaliação facilita a interpenetração do espaço de estudo com o mundo da atividade profissional de maneira que o formando se aproxima cada vez mais das condições reais de vida e de trabalho e se sente confiante na preparação que o curso lhe proporcionou.

Os critérios específicos de aprovação em cada disciplina são divulgados no início do semestre letivo no plano de ensino da disciplina, conforme consta no Guia do Calouro 2/2019 da UnB (Brasil, 2019, p.30), seguindo as regras constantes do Estatuto e Regimento Geral da UnB: “Art. 123. É aprovado na disciplina o aluno que obtiver menção igual ou superior a MM. § 1o É reprovado na disciplina o aluno que: I comparecer a menos de 75 (setenta e cinco) por cento das respectivas atividades curriculares, com a menção SR; II obtiver menção igual ou inferior a MI.”

Ressaltamos que a recuperação do aluno nas disciplinas fora do fluxo da oferta regular de seu ingresso no curso, por reprovação ou por quaisquer motivos que levaram a não conclusão das mesmas, dar-se-á, sobretudo, pela convergência entre as ofertas (ingresso de novos alunos/reoferta do curso) em uma mesma turma ou polo. Serão, também, buscados outros mecanismos para viabilizar aos alunos a recuperação de seu fluxo curricular, abrindo-se a possibilidade para que possam cursar, em outros polos, as disciplinas que fogem ao fluxo regular da oferta pela qual ingressaram no curso.

2.5.1.8 Percurso Formativo do Estudante

Quadro 8 – FLUXOGRAMA CURRICULAR CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA: MODELO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA (SAA)¹³

1º Semestre

CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITOS	MODALIDADE	IMPORTÂNCIA
197157	Antropologia da Educação	4	OBR	OBR
198129	Psicologia da Educação	4	OBR	OBR
---	Introdução à Pedagogia	4	OBR	OBR
195651	Filosofia da Educação	4	OBR	OBR
---	Optativa ¹⁴	4	OPT	
	TOTAL	20		

2º Semestre

CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITOS	MODALIDADE	IMPORTÂNCIA
197955	História da Educação	4	OBR	OBR
---	Infância, Criança e Educação	4	OBR	OBR
195375	Sociologia da Educação	4	OBR	OBR
195367	Pesquisa em Educação 1	4	OBR	OBR
---	Educação Inclusiva	4	OBR	OBR
	TOTAL	20		

3º Semestre

CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITOS	MODALIDADE	IMPORTÂNCIA
203653	História da Educação Brasileira	4	OBR	OBR
193895	Educação Infantil	4	OBR	OBR
202428	Processos de Alfabetização e Letramento	4	OBR	OBR
197858	Didática Fundamental	4	OBR	OBR
207357	Escolarização de Surdos Libras	4	OBR	OBR
	TOTAL	20		

4º Semestre

CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITOS	MODALIDADE	IMPORTÂNCIA
197971	Organização da Educação Brasileira	4	OBR	OBR
195391	Educação de Jovens, Adultos e Idosos	4	OBR	OBR
195634	Educação Matemática I	4	OBR	OBR
---	Currículo	4	OBR	OBR
----	Educação, Tecnologia e Comunicação	4	OBR	OBR
---	Optativa	4	OPT	OPT
	TOTAL	24		

5º Semestre

CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITOS	MODALIDADE	IMPORTÂNCIA
202436	Ensino de História, Identidade e Cidadania	4	OBR	OBR
193607	Ensino de Ciências e Tecnologia I	4	OBR	OBR
193291	Ensino e Aprendizagem da Língua Materna	4	OBR	OBR

¹³

por decisão do NDE do curso de Pedagogia.

¹⁴

O curso entende que neste primeiro semestre seja cursada a disciplina Educação a Distância (203645) como optativa.

A coluna de “prioridade” foi retirada

O curso entende que neste primeiro semestre

202479	Educação em Geografia I	4	OBR	OBR
---	Estágio Supervisionado I:Educação Infantil	8	OBR	OBR
---	Optativa	4	OPT	OPT
	TOTAL	28		

6º Semestre

CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITOS	MODALIDADE	IMPORTÂNCIA
---	Gestão das Organizações Educativas	4	OBR	OBR
---	Avaliação Escolar	4	OBR	OBR
---	Estágio Supervisionado II: Anos Iniciais	8	OBR	OBR
---	Optativa	4	OPT	OPT
---	Optativa	4	OPT	OPT
---	Optativa	4	OPT	OPT
	TOTAL	28		

7º Semestre

CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITOS	MODALIDADE	IMPORTÂNCIA
202444	Políticas Públicas de Educação	4	OBR	OBR
193275	Educação e Trabalho	4	OBR	OBR
---	Estágio Supervisionado III: Gestão Escolar	8	OBR	OBR
---	Optativa	4	OPT	OPT
---	Optativa	4	OPT	OPT
	TOTAL	24		

8º Semestre

CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITOS	MODALIDADE	IMPORTÂNCIA
---	Trabalho de Conclusão de Curso I	4	OBR	OBR
---	Estágio Supervisionado IV: Espaços Educativos não-Escolares	6	OBR	OBR
---	Optativa	4	OPT	OPT
---	Optativa	4	OPT	OPT
----	Optativa	4	OPT	OPT
	TOTAL	22		

9º Semestre

CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITOS	MODALIDADE	IMPORTÂNCIA
202461	Avaliação das Organizações Educacionais	4	OBR	OBR
---	Trabalho de Conclusão de Curso II	4	OBR	OBR
----	Optativa	4	OPT	OPT
----	Optativa	4	OPT	OPT
----	Optativa	4	OPT	OPT
	TOTAL	20		

LEGENDA:

PRIORIDADE
CÓDIGO

INFORMAR SEQUÊNCIAL POR PERÍODO (1 2 3 4 5)
INFORMAR NÚMERO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA	INFORMAR NOME DA DISCIPLINA
CRÉDITO	INFORMAR NÚMERO DE CRÉDITOS
MODALIDADE	INFORMAR SE A DISCIPLINA É OBRIGATÓRIA (OBR) OU OBRIGATÓRIA SELETIVA (OBS) OU OPTATIVA (OPT)
IMPORTÂNCIA	INFORMAR SE A DISCIPLINA É FUNDAMENTAL (OBR OU OBS) ou COMPLEMENTAR (OPT –RECOMENDADA)

2.5.1.9 Quadro demonstrativo com as principais diferenças entre o currículo atual e o proposto

Quadro 9 – Demonstrativo das principais diferenças entre o currículo atual e o proposto

QUADRO DEMONSTRATIVO		
Indicador	Currículo atual	Currículo proposto
Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia	Currículo orientado para formar: o pesquisador educacional, o profissional para atuação em ambientes não escolares e para o exercício da docência.	Currículo orientado, enfatizando e especificando a atuação do pedagogo na docência na educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental (regular/EJAI), em experiências de gestão escolar e não escolar e em espaços educativos não escolares.
Base teórica	Teoria da complexidade	Referência em elementos das teorias críticas.
Centralidade do Currículo	Base docente: ênfase na atuação do pedagogo em ambientes escolares e não escolares.	Base docente: ênfase na formação docente e atuação do pedagogo prioritariamente no espaço escolar.
Número de Semestres	10 semestres	9 semestres
Matriz curricular	Matriz estruturada em três polos: polo da práxis, polo da formação pedagógica e polo das ciências da educação	Reorganização da Matriz estruturada em três dimensões formativas: 1.- Educação, sujeitos, história, sociedade e cultura; 2 - Organização do trabalho pedagógico no Brasil e 3 - Profissionalização do pedagogo: gestão e sistematização do conhecimento.
Disciplinas obrigatórias, estágio e trabalho de conclusão de curso	2.280 (152 créditos)	2.250 (150 créditos)
Disciplinas optativas, optativas recomendadas, módulo livre	960h (64 créditos) - optativos para o estudante	840h (56 créditos)
Estudos independentes	120 (8 créditos) - optativos para o estudante	240 (16 créditos) obrigatórios em atividades complementares

Projetos 1 e 2	Projeto 1 - Orientação acadêmica integral; Projeto 2 - Grupo de estudo e/ou projetos de ensino, Pesquisa e Extensão.	Criação da disciplina INTRODUÇÃO À PEDAGOGIA, integrando os projetos 1 e 2.
Educação Infantil Educação de jovens, adultos e idosos Currículo Avaliação escolar	Disciplinas optativas	Disciplinas obrigatórias
Projeto 3: créditos e etapas	Projeto 3 - Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão em duas fases obrigatórias e uma optativa (= 12 créditos obrigatórios + 6 créditos optativos).	Projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão (PEPEX) em fase única e optativa (= 4 créditos).
400 horas de prática como componente curricular	-----	Oferta de créditos práticos em disciplinas, atendendo Art. 13 da Resolução CNE/CP N° 2, 2015
Projeto 4 (Estágio Obrigatório): carga horária	Estágio com 300 horas	Estágio com 450 horas , atendendo Art. 13 da Resolução CNE/CP N° 2, 2015
Projeto 4 (Estágio Obrigatório): créditos e etapas	Prática docente organizada em duas etapas (= 16 créditos): Projeto 4 – Fase 1 Projeto 4 – Fase 2	Prática docente organizada em quatro etapas (= 30 créditos): I –Educação Infantil II - Anos iniciais (criança ou adultos/EJAI) III - Gestão escolar IV - Espaços educativos não escolares
Projeto 4 (Estágio Obrigatório): gestão do estágio	Gestão do estágio: na Coordenação de Graduação	Reorganização acadêmica com a instituição da comissão de estágio junto ao trabalho da coordenação de graduação e com a participação dos professores do estágio.

2.5.1.10 Quadro de Equivalência entre disciplinas

Quadro 10 – Equivalências entre as disciplinas

Currículo Vigente		Currículo Proposto	
Disciplina	Créditos/ Carga Horária	Códigos/ Disciplina	Crédito/Carga horária
Projeto 2	4/60	Introdução à Pedagogia	4/60
Educação e Linguagens	4/60	Educação, Tecnologias e Comunicação	4/60

Tecnológicas			
O Educando com Necessidades Educativas Especiais	4/60	Educação Inclusiva	4/60
Processos de Alfabetização	4/60	Processos de Alfabetização e Letramento	4/60
Educação de Adultos	4/60	Educação de Jovens, Adultos e Idosos	4/60
Projeto 4 - Proj P Doc 1 (se realizado em escolas de Educação Infantil)	6/90	Estágio Supervisionado I: Educação Infantil	8/120
Projeto 3 – Fase 1	6/90	Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão (PEPEX)	4/60
Projeto 3 – Fase 2	6/90	Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão (PEPEX)	4/60
Projeto 4 - Proj P Doc - SEPD (se realizado em escolas de anos iniciais ou EJA)	6/90	Estágio Supervisionado II: Anos Iniciais (crianças ou adultos/EJAI)	8/120
Educação Ambiental e Práticas Comunitárias	4/60	Educação, Ambiente e Sociedade	4/60
Projeto 5 Fase 1	4/60	Trabalho de Conclusão de Curso I	4/60
Projeto 5 Fase 2 TFC	4/60	Trabalho de Conclusão de Curso II	4/60

2.5.2 Conteúdos Curriculares

Desde o ano de 2014 até o ano de 2019 as políticas educacionais discutiram amplamente com inúmeras entidades de classe representativas, a necessidade de um documento nuclear que orientasse a feitura dos currículos pelo Brasil, resgatando a ideia de uma base nacional comum, já prevista em nosso atual PNE e na LDB, Lei N. 9394/96.

Durante esse período o Ministério da Educação com a participação das redes públicas e privadas de ensino, além de sindicatos, órgãos colegiados ligados à educação conseguiram debater e aprovar a Base Nacional Comum Curricular desde a educação infantil até a recente aprovação para o ensino médio.

Por meio da Resolução CNE/CP N° 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019 que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), foi possível enxergar de forma tácita, mais uma vez, a necessidade de promover o alinhamento entre os currículos que formam os futuros docentes com os que eles irão atuar.

Na atual conjuntura, sendo a BNCC o principal documento prescritivo que orienta a elaboração dos programas curriculares dos estados e dos municípios, torna-se essencial promover e garantir espaços na formação inicial de professores e professoras momentos em que a referida prescrição seja pensada, discutida e decantada com o intuito de que cada etapa de atuação dos futuros professores consiga elaborar estratégias mais eficientes e eficazes a fim de consolidar um projeto maior de educação emancipatória.

É pertinente lembrar que a “Meta 15”, especificamente em sua “Estratégia 15.6”, do nosso atual Plano Nacional de Educação – PNE demanda que as instituições formativas, como é o caso da universidade se atentem ao seguinte:

promover reforma curricular dos cursos de licenciatura e estimular a renovação pedagógica, de forma a assegurar o foco no aprendizado do (a) aluno (a), dividindo a carga horária em formação geral, formação na área do saber e didática específica e incorporando as modernas tecnologias de informação e comunicação, em articulação com a base nacional comum dos currículos da educação básica [...].

Observa-se que é necessário articular, por meio de ações pedagógicas o que diz a BNC – formação com a referida Meta e estratégia do PNE. No intuito de considerar – para além de garantir as bases legais da formação inicial docente – a importância dos espaços escolares e não escolares de atuação dos futuros pedagogos e pedagogas formadas pela curso de pedagogia a distancia da Faculdade de Educação da UnB busca desenvolver as seguintes ações:

- estimular o devido estudo dos documentos legais que normatizam a formação de professores no Brasil;
- promover a ligação entre o curso presencial e na modalidade EaD por meio dos eventos acadêmicos que a instituição organiza, tais quais: aulas públicas, palestras, oficinas, semana universitária, através de transmissão online bem como a gravação e divulgação aberta, sempre que tecnicamente possível;
- estabelecer parcerias entre a universidade e secretarias estaduais e municipais de educação;
- fomentar ações que garantem a pertinência do caráter de “docência” como perfil de saída do curso de Pedagogia, como por exemplo: a previsão de carga horária teórica e prática no fluxograma curricular;
- articular as ações do curso em torno das três grandes competências específicas previstas na BNC – Formação: 1. Conhecimento profissional (contemplada nas atividades formativas do Núcleo I e II do presente PPPC) 2. Prática profissional (contemplada na prática como componente curricular, nos estágios supervisionados e nos estudos integradores do Núcleo III) 3. Engajamento profissional (se materializa ao longo do curso por meio de atividades disciplinares, projetos de pesquisa/ formação e de extensão) .

2.5.2.1 Políticas de educação ambiental

O Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), reforça a necessidade das Instituições de Ensino Superior (IESs) promover o desenvolvimento da Educação Ambiental na formação universitária de forma abrangente e transversal ao ensino, à pesquisa e à extensão. A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) foi instituída pela Lei 9.795 de 1999 que dita as normas de propagação da política de preservação ambiental direcionada às instituições de ensino e à sociedade em geral. Esta lei sugere que a Educação Ambiental se desenvolva, tanto nas escolas públicas como nas particulares, nos níveis básico e superior do ensino, no âmbito de seus currículos, observando seus princípios e objetivos. Sendo assim, é obrigação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília a aplicação da Educação Ambiental no seu currículo, uma vez que as práticas socioambientais, inseridas no ambiente das IESs, devem seguir os parâmetros, os princípios e os objetivos estabelecidos na PNEA, possibilitando a constituição de valores e a conscientização atreladas à uma postura cidadã dos atores sociais.

A formação de professores e professoras comprometidos(as), competentes e preparados(as) para conceber mudanças no perfil educacional brasileiro, em particular quanto aos conhecimentos sobre Educação Ambiental, provocaria uma ruptura com a racionalidade exclusivamente técnica para a promoção de ações humanas em prol das soluções aos problemas socioambientais locais, permitindo a conscientização, sensibilização e ação de todos os atores sociais, essência transformadora e imprescindível ao desenvolvimento sustentável. A disciplina obrigatória " Currículo" contempla em sua ementa temáticas vinculadas à educação ambiental. Há uma disciplina optativa associada ao tema Educação Ambiental e Práticas Comunitárias (equivalente a Educação, Ambiente e Sociedade, ver quadro acima) que são ofertadas aos alunos da Educação a Distância. Para além, trata-se de um tema transversal que pode e deve ser abordados em outras disciplinas da matriz curricular.

Na Faculdade de Educação existe a área de Educação Ambiental e Ecologia Humana que vincula ensino, pesquisa e extensão na oferta das atividades acadêmicas. As disciplinas oferecidas em cada semestre são: Fundamentos da Educação Ambiental e Gestão Ambiental.

2.5.2.2 Educação em direitos humanos

As ações propostas pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, tripé da universidade, são perpassadas pelos princípios que evocam os Direitos Humanos em todas as suas dimensões.

A Educação em Direitos Humanos se volta para uma educação integral que visa o respeito mútuo, pelo outro e pelas diferentes culturas e tradições. Assim, a Faculdade de Educação da Universidade de Brasília busca organizar a formação de seus estudantes e suas práticas cotidianas com base em tais princípios.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) define a Educação em Direitos Humanos como um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos, articulando as seguintes dimensões:

a) apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local; b) afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade; c) formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, cultural e político; d) desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e) fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações(...) (BRASIL, 2018, p. 11)

A Educação em Direitos Humanos proposta nos conteúdos e práticas curriculares da Faculdade de Educação que tem por finalidade promover a educação para a mudança e a transformação social, constitui o objetivo das disciplinas formadoras dos futuros profissionais da pedagogia.

Assim, todas as práticas, conteúdos e relações, desde suas especificidades, abrangendo também as transversalidades possíveis nos processos educativos e formadores da Faculdade de Educação, bem como na comunicação com a sociedade, alicerçam-se nos Direitos Humanos. As ementas das disciplinas obrigatórias "Educação Inclusiva", "Currículo" e "Escolarização de Surdos-Libras" contemplam temáticas vinculadas a educação em direitos humanos. As disciplinas optativas "Gênero e Educação", "Educação Multicultural na Contemporaneidade", "Multiculturalismo e Ensino Religioso", "Seminários de Educação Inclusiva" e "Fundamentos da Linguagem Musical na Educação" entre outras contemplam essa temática

2.5.2.3 Educação das relações étnico-raciais

O tema das relações étnico-raciais no campo da educação está fundamentado nas orientações institucionais da implementação do Artigo 26-A da LDB/Lei 9.394/96 – que torna obrigatório conteúdo programático aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir do estudo das histórias da África e dos africanos, as lutas dos negros e dos povos indígenas no Brasil, as culturas negras e indígenas e suas contribuições nas áreas social, econômica e política do país. Esta lei foi alterada pela Lei 10.639/2003 que deu redação específica para o povo negro no Brasil e a lei 11.645 – 2008 incluiu a obrigatoriedade da temática da “História e Cultura Indígena”. Na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, no curso de pedagogia a distância, estas temáticas são trabalhadas transversalmente em diferentes disciplinas e particularmente na disciplina “Educação das Relações Étnico-Raciais” e na disciplina “Tópicos Especiais em Diversidade Cultural – Educação indígena”. A primeira aborda

a trajetória histórica da construção do racismo e processos de subjetivação correlatos. Crítica do pensamento etnocêntrico e suas expressões epistemológicas, político pedagógicas e nas relações sociais em ambientes educativos formais e informais e Políticas públicas específicas, demandas coletivas históricas dos movimentos sociais e a dinâmica da construção de subjetividades nas relações cotidianas. Estudos das relações raciais no campo da educação. A segunda, “Tópicos Especiais em Diversidade Cultural – Educação indígena”, que apresenta a diversidade das histórias e culturas indígenas e o cenário contemporâneo dos povos indígenas no Brasil considerando as relações interétnicas entre estes povos e a sociedade nacional em sentido mais amplo, as políticas indigenistas e educacionais do Estado brasileiro para os povos indígenas. Ao tratar das culturas indígenas considera também as epistemologias e processos próprios de educação de diferentes etnias. A relação entre educação escolar indígena e interculturalidade, além da introdução da temática indígena na escola e a implementação da lei 11.645/2008, considerando seus desafios, diretrizes operacionais, materiais didáticos, percepções e experiências no ensino das histórias e culturas dos povos indígenas na educação básica. Docentes e pesquisadoras do curso de pedagogia a distância também têm realizado atividades de pesquisa e extensão nessas temáticas.

2.5.3 Metodologia

A Educação a Distância foi, em seu início caracterizada por facilitar a participação em atividades educativas com flexibilidade de tempo ou localização geográfica. Ainda hoje, é comum a caracterização de uma dicotomia entre a educação 'presencial' e a educação realizada 'a distância'. Experiências práticas e formulações teóricas levaram ao longo dos anos para um modelo 'híbrido', reconhecendo que, particularmente na modalidade 'presencial', atividades envolvendo as TICs, ambiente virtuais de aprendizagem e atividades remotas e assíncronas eram (e são) cada vez mais comuns. Se na modalidade presencial caminhamos lentamente para a formalização desse hibridismo nas políticas públicas e na prática docente, o mesmo ainda não pode ser dito da educação formalmente 'a distância'. A oferta de educação a distância no Brasil prioriza e enfatiza a relação hierárquica e geograficamente distante entre alunos e professores, com a intermediação de um polo presencial, que 'apoia' e funciona como elo entre ambos.

Buscamos, com esse projeto, caminhar, de forma cuidadosa, para a efetiva hibridização entre a modalidade 'presencial' e 'a distância'. Caminhamos em direção à uma educação 'aberta', que permita e ofereça aos alunos diferentes e diversas oportunidades e experiências para construção do seu aprendizado, com base nas suas necessidades e contingências. Esse modelo que é uma meta e um processo, se baseia nas orientações curriculares, em currículo estruturado, porém flexível e promove a oferta de oportunidades (disciplinas, oficinas, cursos de extensão, etc.) com algum grau de redundância (por exemplo, com facilidade de participação em disciplinas

presenciais, a distância, híbridas e em outros formatos e modelos - mesclando sincronia e assincronia).

Neste projeto político pedagógico de curso destacamos, entre outros, alguns princípios pedagógicos que estarão presentes na metodologia:

- integração entre os diferentes componentes curriculares;
- indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- flexibilidade curricular;
- aproximação progressiva à práxis profissional;
- participação em projetos de iniciação à docência;
- diversificação dos cenários de ensino-aprendizagem;
- processo de avaliação com ênfase formativa.

A proposta para o desenvolvimento das atividades nos diversos espaços formativos do curso enfatiza o emprego de metodologias diversificadas que possibilitem a interação entre estudantes, com os recursos educacionais e com docentes/tutores, de modo a favorecer uma aproximação significativa com os objetos de estudo. Exposições dialogadas, seminários, interação com diversos tipos de recursos educacionais digitais, propostas de ações práticas, visitas a escolas e participação em eventos configuram-se como metodologias apropriadas para atender aos objetivos do curso.

Dessa forma, a equipe do curso, composta por coordenador de curso, professores supervisores, tutores a distância e coordenadores de polo atuarão para o desenvolvimento da autonomia dos estudantes, fomentando a interação e a colaboração entre os sujeitos nos diversos espaços presenciais e a distância.

Quanto ao material didático, o curso dispõe de diferentes formatos de materiais (impresso, vídeos, hipermídias, dentre outros), também atendendo aos princípios de autonomia, interatividade e diversidade. Esse material é disponibilizado no ambiente virtual de aprendizagem Moodle.

As atividades a distância também serão realizadas por meio do AVA, podendo ser assíncronas ou síncronas. Seguindo o modelo colaborativo, os alunos participam de grupos, de debates, com outros alunos e com os tutores, como parte das estratégias de aprendizagem. Combinam atividades individuais e em grupo e têm também uma orientação mais permanente. Nesse contexto, o AVA é reconhecido como uma ferramenta que permite acesso a várias fontes de informação, além de possibilitar que conhecimentos sejam desenvolvidos e socializados, utilizando diversos recursos e metodologias interativas e colaborativas.

Em conformidade com o Decreto 9.057/2017, o curso ainda conta com atividades presenciais nos polos, tais como: aulas presenciais, estágios e avaliações. O polo de apoio

presencial é um local estruturado para atender adequadamente os estudantes de cursos a distância. Localiza-se nos municípios/estados parceiros das universidades. O Polo atua como parceiro da Universidade de Brasília na cidade do estudante ou mais próxima dele, criando as condições para a permanência do aluno no curso, bem como o fortalecimento do vínculo do aluno com a universidade, valorizando a expansão, interiorização e regionalização da oferta de educação superior pública e gratuita em locais remotos e distantes.

A organização e a estruturação do polo presencial são de responsabilidade das instituições locais. Polos efetivos são mantidos por um governo estadual ou municipal, enquanto polos associados são mantidos pelas Instituições de Ensino superior (IES) que compõem o Sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB), e são geralmente localizados nos campi das IES. São espaços compartilhados pelos diversos cursos atuantes e parceiros. Devem oferecer apoio pedagógico administrativo, bem como acesso a recursos educacionais e meios tecnológicos. Cabe a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a determinação de requisitos mínimos em termos de recursos humanos e físicos para a abertura e credenciamento dos polos.

O Polo tem a função administrativa de receber e encaminhar documentos e solicitações a Secretaria de Assuntos Acadêmicos (SAA) da UnB, portanto, é o local onde os estudantes entregarão e receberão documentos e deverão cuidar para manter atualizados seus dados pessoais. Deve prover um espaço acolhedor e funcional para o acesso ao ambiente virtual de aprendizagem, realização de atividades individuais bem como espaços de interação presencial entre alunos do curso.

2.5.3.1 Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs – no processo ensino-aprendizagem

De acordo com o PPPI da UnB, as iniciativas com uso das TIC na UnB, ao longo dessas décadas, estão em consonância com as grandes transformações que caracterizam a Universidade na atualidade. Tais iniciativas encontram respaldo no compromisso com a qualidade dos processos de ensino e aprendizagem presencial e a distância e orientam-se pelos projetos pedagógicos dos cursos, que, por sua vez, estão articulados à legislação vigente. Além disso, atendem os referenciais de qualidade e as normas internas dos órgãos colegiados dos cursos. As ferramentas da tecnologia de informação e comunicação, portanto, configuram-se como estratégias metodológicas que, previstas nos projetos acadêmicos, atendem os princípios fundantes do ensino, pesquisa e extensão. Nessa perspectiva, consideram-se as seguintes diretrizes:

- a oferta de cursos a distância que proporcionem a emancipação intelectual, social e econômica de diferentes atores sociais;
- a inclusão social, por meio da ampliação do acesso ao saber acadêmico nas diferentes regiões brasileiras, visando à redução das desigualdades sociais,

prioritariamente na região Centro-Oeste e no Distrito Federal, mas não se limitando a esses dois contextos;

- a promoção de atualização constante da infraestrutura para o uso eficiente e efetivo das TIC na UnB;
- a formulação de política própria para oferta de cursos a distância e inclusão das TIC nos processos de ensino e aprendizagem, que leve em conta as condições reais das unidades acadêmicas para ofertas de qualidade;
- a criação de estratégias internas para institucionalizar a gestão dos cursos a distância, tendo em vista diversos atores sociais como: tutores, coordenadores, polos de apoio presencial, docentes, equipes multidisciplinares, recursos tecnológicos;
- a criação de formas de gestão da EaD para análise e avaliação das ofertas de cursos e disciplinas a distância na UnB;
- o estímulo à pesquisa permanente sobre a utilização das TIC como estratégias metodológicas de ensino, pesquisa e extensão que garantam ofertas com qualidade pedagógica;
- o estabelecimento de diretrizes para a submissão de cursos e disciplinas a distância em consonância com a estrutura acadêmica da UnB, levando-se em conta as especificidades da EaD e a autonomia universitária;
- o investimento na produção de materiais pedagógicos para melhoria da qualidade dos cursos que utilizam TIC.

As ações da modalidade EaD são suportadas pelo Centro de Informática (CPD), que possui sala cofre, com redundância de armazenamento; gerador de energia elétrica próprio, com redundância energética; estúdio de videoconferência com isolamento acústico e webconferência; núcleo multimeios para produção de material didático-pedagógico audiovisual; equipe especializada para o desenvolvimento de conteúdos específicos para a modalidade EaD projetos; softwares de apoio à EaD – Aprender.

A importância da inclusão das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na formação do pedagogo é destacada no Inciso VII do Art. 5º das Diretrizes Nacionais do Curso de Pedagogia, que diz: “VII – relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas”. (BRASIL, 2006).

O uso das TICs se faz essencial na educação a distância. Para o desenvolvimento de atividades de ensino, interação e gestão do processo de ensino-aprendizagem a distância a Universidade dispõe de ambiente virtual de aprendizagem institucional que é utilizada no curso de Pedagogia a distância. O AVA institucional é mantido pelo CEAD, que tem pessoal técnico especializado, e é responsável pela sua manutenção e atualização e resolução de eventuais

problemas de acesso. O uso de sistemas institucionais é imprescindível para que se possa garantir a qualidade dos processos de interação, a segurança de dados, a privacidade dos participantes, a permanência e histórico das informações e algum padrão de consistência entre a oferta das diversas disciplinas do curso. No entanto, docentes e tutores poderão fazer uso de diversas ferramentas auxiliares, priorizando o uso do software livre, para visando incrementar oportunidades de formação e interação com e entre alunos, respeitando esses mesmos princípios.

2.5.3.2 Atividades de Tutoria

Segundo o PDI (2018 – 2022), o tutor tem papel fundamental no desenvolvimento da aprendizagem online, atuando por meio das presenças cognitiva, social e docente, considerando a definição de Garrison (2006), facilitando processo de ensino-aprendizagem e potencializando o aprendizado dos alunos, construído na própria interação com os elementos integrantes do processo educativo e no desenvolvimento de competências necessárias para compreensão, assimilação e aplicação do conteúdo. O tutor que atua no ambiente virtual é denominado de tutor a distância e aquele que atua presencialmente nos polos presenciais chamado de tutor presencial. Tendo em vista o adequado apoio aos cursos, espera-se que estes tutores tenham as seguintes competências:

- técnica: relacionadas com a compreensão e utilização eficaz tanto do ambiente virtual como das diferentes aplicações necessárias para o desenvolvimento da ação formativa;
- acadêmica: relacionada com elementos didáticos dos diferentes aspectos que constituem o processo de ensino-aprendizagem virtual;
- organizativa: questões relativas à estruturação, explicação e execução das diferentes ações que aconteceram no processo formativo;
- orientadora: assessoramento personalizado aos participantes do curso relacionado com as técnicas e estratégias de formação, com o propósito de guiar e orientar o estudante no desenvolvimento da ação formativa;
- social: criação de um ambiente positivo de trabalho, incluindo dar boas-vindas aos participantes do curso; facilitar a criação de grupos de trabalho, entre outras ações.

Com esse entendimento, o curso de Pedagogia a Distância compreende que os tutores a distância são o elo principal entre o professor supervisor e os estudantes, além de se constituírem como interlocutores importantes na comunicação com os polos. Seu papel é mediar o processo de ensino e aprendizagem em parceria com os professores da disciplina.

São responsáveis pela mediação direta com os estudantes, fazendo o acompanhamento do desempenho dos alunos, avaliação, orientações, discussões e interações no ambiente virtual de

aprendizagem. Os tutores a distância também são copartícipes no processo de reorganização das disciplinas.

Para o tutor a distância, a tarefa principal é facilitar o processo de ensino aprendizagem, orientar, motivar e aconselhar os alunos, mediar os fóruns e as tarefas programadas e avaliar as atividades produzidas, sempre em parceria com o professor supervisor e com a equipe do polo de apoio presencial. Para isso, deve dispor de horários semanais para encontros presenciais com os professores supervisores das disciplinas.

A equipe multidisciplinar, no conjunto das atividades de apoio aos cursos, realiza avaliações periódicas para identificar necessidade de formação de tutores e propõe ações de formação, visando o desenvolvimento de práticas criativas e inovadoras para a melhoria dos processos de mediação, permanência e êxito dos estudantes.

2.5.3.3 Material Didático

A produção de materiais didáticos para a EaD na Universidade de Brasília é coordenada pelo Centro de Educação a Distância (CEAD) que, além de produzir estes recursos, oferece atividades de formação que visam promover a autonomia das equipes dos cursos. O CEAD conta com uma equipe técnica multidisciplinar composta por especialistas e aprendizes de diferentes áreas: Design, Comunicação, Artes, Computação, Pedagogia, Artes, dentre outras. São professores, técnicos e estudantes que compartilham conhecimentos e pesquisas sobre a EaD, o que possibilita diferentes olhares sobre as produções realizadas. A equipe está em constante aperfeiçoamento, promovido através de ações de formação como, por exemplo, visitas técnicas, eventos externos e atividades internas entre os pares.

Cientes dos diversos estilos de aprendizagem e da importância que a produção de materiais têm para a promoção do ensinar e do aprender, a UnB produz diferentes recursos digitais, dentre os quais destacam-se: áudios, vídeos, imagens e infográficos. A criação dos referidos materiais obedece a fluxos específicos que são orientados pela constante participação, reflexão e análise por parte das equipes dos cursos. Ainda, destaca-se a interlocução e parceria com a UnBTV que possibilita a formação dos profissionais, assim como o apoio na produção de materiais específicos (por exemplo, entrevistas com especialistas) que são disponibilizados como materiais de apoio aos estudantes dos cursos.

Desde a criação do curso de Pedagogia a Distância, em 2007, há um acervo de materiais impressos e audiovisuais que foram elaborados pela equipe de autores de modo a torná-los compatíveis com a modalidade a distância. Para cada reoferta de disciplina do curso há uma reelaboração dos materiais previamente utilizados por parte dos tutores e professores.

Os materiais utilizados nas disciplinas do curso de pedagogia a distância serão orientados pela perspectiva dos Recursos Educacionais Abertos (REA), ou "materiais de ensino, aprendizagem e investigação em quaisquer suportes, digitais ou outros, que se situem no

domínio público ou que tenham sido divulgados sob licença aberta que permite acesso, uso, adaptação e redistribuição gratuitos por terceiros, mediante nenhuma restrição ou poucas restrições” (UNESCO, 2012¹⁵).

Essa perspectiva se baseia na Resolução CNE/CES no 1 de 11 de março de 2016, que determina em seu Capítulo 1, artigo 2, § 4º:

As instituições de educação superior, bem como os órgãos e as entidades da Administração Pública direta e indireta, que financiem ou fomentem a educação superior a distância, devem assegurar a criação, a disponibilização, o uso e a gestão de tecnologias e recursos educacionais abertos, por meio de licenças livres, que facilitem o uso, a revisão, a tradução, a adaptação, a recombinação, a distribuição e o compartilhamento gratuito pelo cidadão, resguardados os direitos autorais pertinentes.

Esta perspectiva visa fomentar um ambiente de troca, reuso e experimentação com os recursos educacionais criados e utilizados no âmbito do curso, fomentando também o intercâmbio de recursos entre disciplinas, dentro da própria instituição e com cursos de outras instituições públicas.

Além disso, a Faculdade de Educação conta com Laboratório de Experimentação em Mídias e Educação (LabEx, antigo LAV), um espaço de produção e formação em audiovisual bem como o recém-estruturado Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE) que visa promover oportunidades de formação presencial e a distância apoiando atividades de docência, pesquisa e extensão.

Como material de orientação, o curso ainda dispõe de um Guia Geral para o Estudante que:

1. orienta o estudante quanto às características do processo de ensino e aprendizagem particulares;
2. informa ao estudante a equipe de docentes responsável pela gestão do processo de ensino;
3. informa ao estudante a equipe de apoiadores e os horários de atendimento;
4. apresenta cronograma (data, horário, local – quando for o caso) para o sistema de acompanhamento e avaliação.

2.6 Gestão do Curso e os processos de avaliação interna e externa

A gestão do Curso de Pedagogia a distância está pautada nos princípios de gestão democrática adotados pela FE. Nesse processo, o Projeto Político Pedagógico se configura como elemento fundamental do desenvolvimento institucional da modalidade, pautado em uma concepção orientadora de educação, tendo como componentes: planejamento, direção e coordenação,

15

Disponível em:

http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/WPFD2009/Portuguese_Declaration.html

acompanhamento e avaliação, da gestão de equipes multidisciplinares, dos recursos e das relações institucionais. Além disso, incluem o apoio aos alunos, o acompanhamento tutorial, a produção de materiais didáticos e o suporte tecnológico.

A avaliação do curso de pedagogia a distância está inserida na avaliação da FE-UnB a qual proceder-se-á como heteroavaliação, autoavaliação e coavaliação. Essas modalidades de avaliação têm a função de regulação e monitoramento das ações de ensino, pesquisa e extensão a serem desenvolvidas pela Faculdade de Educação, e também de aprendizado, pois nenhuma avaliação deve ser feita se não tiver como objetivo a aprendizagem dos sujeitos envolvidos, mesmo sendo avaliações em larga escala, externas e outras.

No que se refere à avaliação institucional e de curso, espera-se que por meio do seu resultado a FE e o curso de Pedagogia a distância reflitam sobre sua identidade, projetos e dimensões, para assim continuar sua trajetória no alcance dos seus objetivos. A heteroavaliação institucional será procedida a cada três (03) anos pelas agências estatais de avaliação de instituições e cursos de educação superior por intermédio de comissão externa de especialistas. A autoavaliação institucional acontecerá após a apresentação do relatório elaborado pela comissão de especialistas externos. A comunidade reunir-se-á em diversos momentos a partir das recomendações e orientações do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e de diversas formas para analisar o relatório apresentado, verificar sua pertinência e criar meios e condições de operacionalizar as sugestões apresentadas que foram consideradas pertinentes. Para a efetivação dos resultados da heteroavaliação, levar-se-á em consideração os aspectos da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, o Sinaes. Ele integra a “avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes”.

Seus resultados nortearão as ações que deverão ser revistas para a continuidade do trabalho, verificando o que foi detectado como negativo e reforçando os aspectos que devem continuar e até mesmo serem aperfeiçoados. Em todos os momentos e em todas as formas de avaliação, os procedimentos avaliativos considerarão indicadores quantitativos e qualitativos, passíveis de serem criados em cada momento e modalidade avaliativa. Os indicadores avaliativos deverão demonstrar a especificidade da comunidade por segmentos, por atividades, por tipos, níveis e modalidades de cursos. Estes indicadores deverão incidir sobre o tripé constitutivo da Universidade: ensino, pesquisa e extensão de forma igualitária, evitando supervalorização de uma atividade acadêmica em detrimento da outra.

Neste item também é importante ressaltar a Avaliação das disciplinas, que, conforme o Guia do Calouro da UnB, 2019, p.32, deve ser:

proposta aos estudantes ao final do semestre letivo por meio de pesquisa sobre a percepção deles sobre o: • programa da disciplina – para identificar o valor atribuído pelo discente ao conteúdo proposto e a coerência entre ementa, programa, bibliografia e

objetivos propostos; • ensino ministrado – para identificar o valor atribuído pelo discente ao desempenho docente no contexto da disciplina ministrada; • rendimento discente ou autoavaliação – para identificar a percepção dos estudantes sobre sua própria aprendizagem; • suporte institucional – para identificar o valor atribuído pelo discente às condições de infraestrutura física e laboratorial para as atividades propostas na disciplina.

Assim, a avaliação do docente será realizada tanto pelo estudante como pela Faculdade de Educação e estará em consonância com as orientações da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UnB.

2.6.1 Ações decorrentes do processo de avaliação do curso

O processo de avaliação do curso envolve duas principais dimensões, a autoavaliação institucional e a avaliação externa. A autoavaliação institucional, conduzida pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, produz uma série de indicadores relativos às condições da oferta do curso que estão associadas ao desempenho dos estudantes. Esses indicadores são decorrentes, basicamente, dos processos de Avaliação Discente e da Consulta à Comunidade Acadêmica. O primeiro trabalha com a percepção dos estudantes sobre as disciplinas que compõem o currículo do curso, a organização didática do trabalho docente e a o apoio institucional para a realização das disciplinas. O segundo permite compreender a percepção de discentes, docentes e técnicos sobre a infraestrutura da universidade, a gestão acadêmica e administrativa, as atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como os programas de suporte à permanência dos estudantes no curso. Além dessas avaliações, outros estudos produzidos pela CPA, como o estudo de egressos, fornecem importante base de reflexão sobre a qualidade da oferta do curso verificada nos processos acadêmicos e administrativos e nos resultados alcançados. A avaliação externa do curso, realizada pelo INPE/MEC, fornece resultados atinentes ao desempenho dos estudantes, além de dados sobre seu perfil socioeconômico e sua percepção a respeito de aspectos acadêmicos e administrativos do curso e da Universidade.

De acordo com os princípios estabelecidos no PDI da UnB, os resultados obtidos nos processos avaliativos – a autoavaliação institucional e a avaliação externa – serão tratados com transparência e amplamente discutidos com os diversos sujeitos do Curso, por meio de seminários virtuais e/ou presenciais. As informações também serão sistematizadas e utilizadas pela coordenação do curso no planejamento pedagógico com os docentes. Também serão utilizados para a definição de políticas e ações institucionais direcionadas à qualidade da oferta do curso, bem como para o suporte à permanência dos estudantes e a formação acadêmica com êxito.

3 Corpo Docente e Tutorial

3.1 Atuação do Núcleo Docente Estruturante

A instituição do Núcleo Docente Estruturante está em consonância com a lei n. 10.861 de 14 de abril de 2004 e com a Resolução n. 01 de 17 de junho de 2010. O Ato nº 071, da Direção da FE, de 18 de julho de 2013 (Anexo G) instituiu o Núcleo Docente Estruturante para atuar no acompanhamento, processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto político pedagógico do curso. Foi criado como um órgão consultivo e de assessoramento ao curso presencial e a distância.

Em 02 de outubro de 2014, o Conselho da Faculdade de Educação aprovou o Regimento do NDE. (Anexo H).

Conforme o Regimento, são atribuições do NDE:

- a) Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em pedagogia presencial e a distância;
- b) Acompanhar a organização didático-pedagógica do curso de graduação em pedagogia (presencial e a distância);
- c) Supervisionar a integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constante no currículo;
- d) Apoiar as formas de avaliação e acompanhamento dos projetos pedagógicos do curso de pedagogia;
- e) Promover os trabalhos de estruturação curricular e atualização periódica dos cursos de Pedagogia;
- f) Contribuir para consolidar o perfil profissional do egresso dos cursos;
- g) Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriunda de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento dos cursos.

3.2 Equipe do curso

3.2.1 Coordenador de Curso

Conforme o Estatuto e Regimento Geral da UnB (2011), em seu Art. 50, cada curso tem um coordenador, escolhido entre os professores com pelo menos dois anos de efetivo exercício no Quadro Docente da Universidade de Brasília, com as atribuições previstas no Regimento Geral e no regimento interno da Unidade Acadêmica.

É função da coordenação do curso proporcionar aos estudantes orientação quanto ao seu desempenho acadêmico e planejamento da vida escolar (conforme Resolução N° 41/2004 do CEPE), bem como sobre os diversos tipos de programas de apoio existentes na UnB. Cabe ao coordenador a gestão do curso a distância dentro da Faculdade de Educação da UnB, o que inclui:

- (a) atuar na interface entre a Faculdade e as instâncias institucionais associadas a oferta de cursos a distância, bem como da Faculdade com os polos de apoio;
- (b) acompanhar a atuação dos docentes promovendo oportunidades reflexão e formação individual e coletiva;
- (c) organizar e coletar informações visando a avaliação do curso na perspectiva de todos os atores;
- (d) promover mecanismos de interação todos os atores envolvidos (professores, tutores, equipe de apoio) presencialmente e a distância visando o sucesso dos alunos.

3.2.2 Professores

São responsáveis pelo planejamento e desenvolvimento das disciplinas do curso, incluindo o material didático e as estratégias de interação e organização. Devem se colocar à disposição para esclarecimento de dúvidas dos estudantes e facilitação da aprendizagem, conforme as estratégias adotadas.

Os professores têm como função acompanhar e apoiar as atividades dos tutores no que concerne à sua disciplina. O professor acompanhará o desenvolvimento da disciplina em seus aspectos teórico-metodológicos e operacionais.

Deve manter contato regular com o coordenador do curso, informando sobre o andamento de sua disciplina e com informações relativas ao aproveitamento dos alunos, barreiras e dificuldades. Deve participar das reuniões e encontros periódicos em grupo com outros professores e tutores (presenciais ou a distância) para discutir o andamento do curso.

Tomando como base as orientações do CEAD, identificamos as seguintes funções essenciais para o professor:

- a) Produção de conteúdo específico;
- b) Elaboração do planejamento (roteirização, *storyboard*, escolha de mídias e tecnologias) e desenvolvimento da produção do curso, a partir de conteúdo específico;
- c) Construção do espaço virtual de aprendizagem;
- d) Acessar diariamente a disciplina no ambiente virtual de aprendizagem;
- e) Mediar a comunicação de conteúdos entre os tutores e os alunos;
- f) Interagir com os tutores, coordenando atividades e atribuições, auxiliando-os em suas dúvidas;

- g) Acompanhar as atividades dos alunos e dos tutores conforme o cronograma do curso;
- h) Acompanhar o desenvolvimento teórico-metodológico do curso;
- i) Acompanhar o trabalho dos alunos, orientando, dirimindo dúvidas e favorecendo o diálogo;
- j) Manter seus dados atualizados por meio da constante interlocução com a coordenação do curso;
- k) Participar das reuniões com a coordenação do curso.

3.2.2.1 Dados do Corpo Docente do Curso

O corpo docente do Curso é composto por professores dos três departamentos da Faculdade de Educação.

Quadro 11 - Corpo Docente do 2/2019 (professores do quadro permanente da UnB) titulação, regime de trabalho e data de admissão)

DEPARTAMENTO DE TEORIA E FUNDAMENTOS – TEF			
Nome do Docente	Titulação	Regime	Data de Admissão
Alessandro Roberto de Oliveira	Doutorado	DE	11/07/2018
Alia Maria Barrios González	Doutorado	DE	18/12/2017
Ana Teresa Reis da Silva	Doutorado	DE	13/10/2009
Bernardo Kipnis	Doutorado	DE	26/08/1986
Carlos Alberto Lopes de Sousa	Doutorado	DE	02/09/2008
Cátia Piccolo Viero Devechi	Doutorado	DE	07/08/2008
Cláudia Márcia Lyra Pato	Doutorado	DE	11/01/1996
Cristina Massot Madeira Coelho	Doutorado	DE	19/12/2005
Edeilce Aparecida Santos Buzar	Doutorado	DE	27/02/2013
Eduardo Di Deus	Doutorado	DE	06/07/2018
Erlando da Silva Rêses	Doutorado	DE	08/10/2009
Fátima Lucília Vidal Rodrigues	Doutorado	DE	25/01/2010
Fernando Bomfim Mariana	Doutorado	DE	16/03/2009
Francisco José Rengifo-Herrera	Doutorado	DE	17/03/2016
Iracilda Pimentel Carvalho	Doutorado	DE	10/06/2010
José Luiz Villar Mella	Doutorado	DE	25/01/2010
José Zuchiwschi	Doutorado	DE	01/10/2010
Juarez José Tuchinski dos Anjos	Doutorado	DE	12/08/2016
Liége Gemeli Kuchenbecher	Doutorado	DE	06/02/2014
Lívia Freitas Fonseca Borges	Doutorado	DE	05/06/1997
Luciana de Mello Gomide Foina	Doutorado	DE	01/10/1992
Maria Abádia da Silva	Doutorado	DE	10/06/2002
Maria da Conceição da Silva Freitas	Doutorado	DE	28/01/2010
Paulo Sérgio de Andrade Bareicha	Doutorado	DE	18/01/2016
Rainri Back dos Santos	Doutorado	DE	11/08/2016
Rosângela Azevedo Correa	Doutorado	DE	12/08/2009

Sandra Ferraz de Castilho Dourado Freire	Doutorado	DE	12/07/2010
Silmara Carina Dornelas Munhoz	Doutorado	DE	08/03/2010
Simone Aparecida Lisniowski	Doutorado	DE	24/05/2011
SinaraPollomZardo	Doutorado	DE	01/08/2016
Tatiana Yokoy de Souza	Doutorado	DE	24/03/2016
Viviane Neves Legnani	Doutorado	DE	03/09/2009
Wivian Jany Weller	Doutorado	DE	01/02/2005

DEPARTAMENTO DE MÉTODOS E TÉCNICAS – MTC			
Nome do Docente	Titulação	Regime	Data de Admissão
Andrea Cristina Versutti	Doutorado	DE	01/09/2016
Antonio Fávero Sobrinho	Mestrado	DE	05/10/1989
Antonio Villar Marques de Sá	Doutorado	DE	03/06/1992
Cláudia Guilmar Linhares Sanz	Doutorado	DE	30/01/2013
Cristina Maria Costa Leite	Doutorado	DE	11/01/2011
Edileuza Fernandes da Silva	Doutorado	DE	22/06/2016
Etienne Baldez Louzada	Doutorado	DE	25/03/2019
Fernanda Müller	Doutorado	DE	24/06/2008
Francisco Thiago Silva	Doutorado	DE	10/07/2018
Geraldo Eustáquio Moreira	Doutorado	DE	19/01/2015
Gilberto Lacerda dos Santos	Doutorado	DE	07/07/1997
Hélio José Santos Maia	Doutorado	DE	21/08/2017
Ireuda da Costa Mourão	Doutorado	DE	20/09/2016
João Roberto Vieira	Mestrado	DE	28/03/1994
Liliane Campos Machado	Doutorado	DE	26/02/2013
Lúcio França Teles	Doutorado	DE	16/11/2005
Maria Alexandra Militão Rodrigues	Doutorado	DE	04/04/1991
Maria Clarisse Vieira	Doutorado	DE	23/11/2009
Maria Emília Gonzaga de Souza	Doutorado	DE	06/05/2011
Maria Fernanda Farah Cavaton	Doutorado	DE	26/04/1996
Maria Lídia Bueno Fernandes	Doutorado	DE	10/03/2010
Monique Aparecida Voltarelli	Doutorado	DE	06/07/2018
Otília Maria Alves da Nóbrega Alberto Dantas	Doutorado	DE	02/02/2009
Patrícia Lima Martins Pederiva	Doutorado	DE	01/10/2009
Paula Gomes de Oliveira	Doutorado	DE	05/08/2016
Paula Maria Cobucci Ribeiro Dias	Doutorado	DE	19/06/2017
Renísia Cristina Garcia Filice	Doutorado	DE	21/07/2010
Rita Silvana Santana dos Santos	Doutorado	DE	22/02/2016
Rodrigo Matos de Souza	Doutorado	DE	15/08/2017
Rosana César de Arruda Fernandes	Doutorado	DE	11/07/2018
Solange Alves de Oliveira Mendes	Doutorado	DE	22/01/2013
Tel Amiel	Doutorado	DE	29/01/2018

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – PAD			
Nome do Docente	Titulação	Regime	Data de Admissão

Adriana de Almeida Sales de Melo	Doutorado	DE	02/05/1997
Ana Maria de Albuquerque Moreira	Doutorado	DE	07/11/2011
Ana Sheila Fernandes Costa	Doutorado	DE	05/09/2017
Andréia Mello Lacé	Doutorado	DE	03/08/2017
Carmenísia Jacobina Aires	Doutorado	DE	12/07/1993
Catarina de Almeida Santos	Doutorado	DE	18/12/2009
Cristina Helena Almeida de Carvalho	Doutorado	DE	31/10/2011
Danielle Xabregas Pamplona Nogueira	Doutorado	DE	16/06/2010
Girlene Ribeiro de Jesus	Doutorado	DE	01/06/2011
José Vieira de Sousa	Doutorado	DE	22/06/2004
Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva	Doutorado	DE	26/03/2009
Maria Zélia Borba Rocha	Doutorado	DE	01/08/1994
Nara Maria Pimentel	Doutorado	DE	09/04/2010
Nathália Cassettari	Doutorado	DE	30/09/2016
Raimundo Luiz Silva Araújo	Doutorado	DE	01/08/2014
Raquel de Almeida Moraes	Doutorado	DE	29/08/1995
Remi Castioni	Doutorado	DE	21/12/2005
Shirleide Pereira da Silva Cruz	Doutorado	DE	26/04/2010

3.2.2.2 Tutores a distância

São responsáveis pela mediação direta com os estudantes, fazendo o acompanhamento do desempenho dos alunos, avaliação, orientações, discussões e interações no ambiente virtual de aprendizagem. Devem ter curso de graduação, exercício mínimo de um (01) ano no magistério da educação básica ou superior e atuação mínima de um (01) ano como tutor ou professor em cursos na modalidade a distância no ensino superior. Os tutores deverão:

1. Acessar diariamente a disciplina no ambiente Moodle.
2. Mediar a comunicação de conteúdos.
3. Acompanhar as atividades dos professores da(s) respectiva(s) disciplinas, conforme o cronograma do curso.
4. Acompanhar o desenvolvimento teórico-metodológico do curso.
5. Atender e orientar os alunos nas questões teórico-metodológicas do curso.
6. Assegurar a qualidade do atendimento aos alunos, observando as suas necessidades referentes ao curso.
7. Acompanhar o trabalho dos alunos, orientando, dirimindo dúvidas e favorecendo o diálogo, tendo em vista orientações do(s) professor(es) da(s) respectiva(s) disciplina(s).
8. Apoiar a oferta das disciplinas a que forem designados, utilizando-se de novas tecnologias e metodologias de educação à distância.
9. Interagir com os professores, auxiliando-os em suas dúvidas.
10. Elaborar relatório das visitas realizadas nos Polos.

3.2.2.3 Coordenador de Polo

O coordenador de polo é o responsável pelas condições de apoio ao aluno nos cursos ali oferecidos. Deve estabelecer permanente contato com os coordenadores de cursos, criando um vínculo próximo com eles e com as equipes institucionais implicadas no desenvolvimento dos cursos. Deve, também, manter uma articulação com a mantenedora, buscando o apoio necessário à realização dos cursos que o polo oferece. São funções primordiais do coordenador de polo:

- (a) organizar e manter o polo em condições de funcionamento;
- (b) coordenar as atividades inerentes ao acompanhamento administrativo e acadêmico dos estudantes; à orientação e realização das atividades presenciais, ao apoio às estratégias que favoreçam melhor desempenho dos estudantes; à coleta de informações e dados relacionados aos estudantes para subsidiar os professores, tutores e coordenadores de curso no desenvolvimento do curso; à identificação de situações de risco de desligamento de estudantes; à reintegração dos estudantes ao percurso acadêmico;
- (c) coordenar as atividades dos cursos no polo, orientando, acompanhando e avaliando os trabalhos dos tutores presenciais;
- (d) promover ações que ofereçam o ambiente cultural e acadêmico necessário ao acesso, permanência e conclusão dos estudos pelos estudantes;
- (e) articular-se com a comunidade local para identificação de demandas de oferta de cursos em seu âmbito, divulgação do trabalho e promoção de atividades científico-culturais.

3.3 Colegiado do Curso

De acordo com o Regimento da Faculdade de Educação o Colegiado de Graduação é composto pelos seguintes membros:

- 1) vice-diretor(a) da FE ou pessoa designada mediante Ato da Direção, na condição de Presidente;
- 2) coordenador(a) de Graduação do curso de Pedagogia Diurno;
- 3) coordenador(a) de Graduação do curso de Pedagogia Noturno;
- 4) coordenador(a) de Graduação do Curso de Pedagogia a Distância;
- 5) presidente da Comissão de Estágios;
- 6) chefes e/ou vice-chefes de Departamento ou seus representantes;
- 7) representantes docentes titulares e suplentes de cada departamento;
- 8) representantes discentes titulares e suplentes de acordo com o percentual definido no Regimento Geral da UnB;

- 9) representante dos secretários das coordenações de graduação;
- 10) um representante da Assessoria Pedagógica da Faculdade de Educação.

Compete ao Colegiado de Graduação:

1. propor e implementar diretrizes para orientação acadêmica dos alunos de graduação;
2. promover a mediação de conflitos entre discentes e docentes, decorrente da vida acadêmica;
3. assessorar a Coordenação de Graduação na execução dos cursos de graduação;
4. aprovar a lista de oferta de disciplinas para cada período letivo;
5. orientar a política de distribuição de bolsas remuneradas de monitoria no âmbito da FE;
6. deliberar sobre a criação, o cancelamento ou alteração de disciplinas;
7. decidir sobre casos de solicitações de alunos referentes à sua vida acadêmica;
8. aprovar pareceres de revalidação de diploma de graduação.

O Colegiado de Graduação tem reuniões ordinárias agendadas mensalmente conforme calendário político aprovado anualmente pelo Conselho da FE e, eventualmente, em caso de demandas específicas e/ou urgentes convoca reuniões extraordinárias para discussão e homologação das pautas.

3.4 Equipe Multidisciplinar

A equipe multidisciplinar de apoio aos cursos de graduação a distância na UnB está vinculada ao CEAD e atua nas seguintes atividades:

- (a) processos de elaboração, execução e avaliação dos cursos EaD/UAB, nos aspectos institucionais, acadêmicos, pedagógicos, tecnológicos e administrativos;
- (b) gestão dos cursos EaD/UAB;
- (c) planejamento estratégico da UAB e, em particular, as ações de institucionalização da EaD.
- (d) produção e disponibilização de relatórios, instrumentos, materiais didáticos e quaisquer outros documentos relacionados às atividades de pesquisa multidisciplinar;
- (e) colaboração com o desenvolvimento acadêmico, tecnológico e de gestão dos cursos UAB na UnB, sobretudo, em relação à inovação pedagógica e à convergência modal.

A equipe multidisciplinar fornece auxílio ao curso de pedagogia a distância em iniciativas de formação docente, elaboração de conteúdo, gestão financeira, articulação de tutores (coordenação de tutoria) e gestão pedagógica do curso (coordenação pedagógica).

3.5 Interação entre Tutores, docentes e coordenador do curso a distância

No curso de pedagogia a distância, a interação entre os componentes da equipe do curso é compreendida como elemento essencial à garantia de qualidade. A interação entre tutores, docentes e coordenador de curso se dá, presencialmente, na forma de reuniões mensais, agendadas no início do semestre no calendário da Faculdade de Educação. Ademais, há um espaço dedicado no AVA para a coordenação do curso, no qual tutores e docentes podem interagir de forma virtual. Pontualmente, reuniões podem ser agendadas de forma presencial e a distância pela coordenação com docentes e tutores.

A interação entre tutores e docentes ocorre de forma contínua, seguindo o desenvolvimento das respectivas disciplinas. Podem ser realizadas reuniões presenciais, online, ou no AVA, a depender do planejamento e das demandas das disciplinas e/ou do professor supervisor. Nesses momentos, tutores e professores encaminham o planejamento das disciplinas, discutem dificuldades, realizam ajustes necessários, analisam o desempenho dos estudantes e fazem a avaliação permanente do andamento da disciplina. Esses momentos também podem ser compreendidos como espaços de formação específica do tutor pelo professor, envolvendo questões de conteúdo e/ou estratégias.

4 Infraestrutura

4.1 Espaços de Trabalho

4.1.1 Gabinete de trabalho para professores Tempo Integral – TI

Os professores efetivos vinculados aos três departamentos ocupam gabinetes individuais ou de uso compartilhado, equipados com mesas, estantes para livros e, via de regra, um computador. Alguns gabinetes também possuem impressora e outros equipamentos adquiridos por meio de editais de fomento à pesquisa, todos constituindo patrimônio da UnB. Os gabinetes são salas individuais permitindo o atendimento a discentes e usualmente contam com armários e gavetas com chave para proteção de equipamentos.

4.1.2 Espaço de trabalho do Coordenador do Curso

O coordenador do Curso de Pedagogia a distância compartilha com os coordenadores dos cursos presenciais uma ampla sala destinada aos coordenadores. Esta sala está equipada com mesas, cadeiras, computadores (sendo um com câmera para videoconferências), estantes para livros e uma mesa para reuniões e atendimento aos discentes.

4.1.3 Sala coletiva de professores

Diversas salas da FE podem ser utilizadas para atividades e reuniões dos docentes, mediante prévio agendamento online.

4.1.4 Salas de aula

As atividades do curso de pedagogia a distância se dão em espaços virtuais no AVA institucional. As salas de aula da FE utilizadas pelos alunos dos cursos de graduação presencial são disponibilizadas para as atividades do curso de Pedagogia a distância sempre que necessário, bastando para isso o agendamento na secretaria de graduação. Os polos também devem disponibilizar salas para as possíveis aulas presenciais e para a participação dos alunos em videoconferências.

4.1.5 Acesso dos alunos a equipamentos de informática

O acesso aos equipamentos de informática é facilitado pelo polo presencial que, de acordo com as normas da CAPES, deve prover boa conexão e acesso à internet para plena participação dos discentes no curso.

A Faculdade de Educação conta com Laboratório de Experimentação em Mídias e Educação (LabEx, antigo LAV), um espaço de produção e formação em audiovisual. Conta também como Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE) que visa promover oportunidades de formação presencial e a distância apoiando atividades de docência, pesquisa e extensão.

4.2 Biblioteca

Além das bibliotecas da UnB, os alunos do curso de Pedagogia a Distância poderão utilizar a biblioteca dos polos e bibliotecas e acervos virtuais recomendados pela coordenação e pelos docentes de cada disciplina

4.3 Serviços Especializados

O Laboratório de Educação de Surdos e Libras (LABES/LIBRAS) objetiva o desenvolvimento de pesquisa, ensino e extensão na área da surdez, tendo como principais ações a orientação sobre o processo de inclusão de pessoas surdas na educação básica e superior, o apoio para a produção de recursos, materiais didáticos e estratégias pedagógicas bilíngues, tendo a Libras como primeira língua e o Português Escrito como segunda, a formação continuada na área de Educação de Surdos e Libras com enfoque bilíngue.

O Laboratório de Apoio às Pessoas com Deficiência Visual (LDV) tem como objetivo promover apoio especializado às pessoas com deficiência visual (cegueira e baixa visão) da UnB

e fomentar ações de ensino, pesquisa e extensão na área da deficiência visual. Atualmente o LDV produz material informacional acessível para estudantes cegos (braille, áudio, digitalização de textos) e com baixa visão (digitalização de textos, caracteres ampliados, materiais com contraste de cores) de diferentes cursos de graduação e pós-graduação. Destaca-se, também, a orientação aos docentes da instituição sobre as especificidades da deficiência visual e os recursos e serviços de acessibilidade que podem apoiar o processo de ensino e aprendizagem no contexto da educação superior.

Anexos

Anexo A – Resolução 002/2018 FE-UnB (Ações de Extensão)

**RESOLUÇÃO DO (A) CONSELHO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO Nº 002/2018/2018**

Estabelece procedimentos para as ações de Extensão no âmbito da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

A Presidente do Conselho da Faculdade de Educação no uso de suas atribuições, ouvido o referido Conselho, em sua 606ª reunião realizada em 17/05/2018, e

CONSIDERANDO

As Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelecidas por meio da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia estabelecidas por meio da Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006;

A Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá providências no sentido de assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social (Estratégia 12.7);

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, estabelecidas por meio da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015;

As Resoluções nº. 87 de 31 de março de 2006 e nº. 60, de 06 de abril de 2015, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da Universidade de Brasília (UnB), que estabelece fundamentos, princípios e diretrizes para as atividades de extensão da UnB;

DA NORMATIZAÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO ESTABELECIDAS PELA RESOLUÇÃO 060/2015 DO CEPE-UNB

Art. 1º. As ações de Extensão elaboradas e submetidas no âmbito da Faculdade de Educação deverão considerar o que está estabelecido do Artigo 1º ao 20º da Resolução 060/2015 do CEPE-UnB.

Parágrafo Único. A Extensão, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino e pesquisa, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade.

DOS PROCEDIMENTOS PARA A SUBMISSÃO DE AÇÕES DE EXTENSÃO NA FE-UNB

Art. 2º. Os interessados em desenvolver ações de extensão no âmbito da FE-UnB deverão submeter a proposta no Sistema de Extensão (SEx) da Universidade de Brasília.

Art. 3º. Após a submissão no SEx, a proposta deverá ser encaminhada para o Colegiado Departamental ao qual está vinculado o/a proponente via Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

Parágrafo único – A Chefia Departamental tomará as providências cabíveis de entrega da proposta a um relator para a apreciação pelo respectivo Colegiado.

Art. 4º. Em caso de aprovação pelo Colegiado ao qual o proponente está vinculado, a proposta deverá seguir via SEI para a Coordenação de Extensão da FE-UnB;

Art. 5º. Após a apreciação do Coordenador de Extensão da FE-UnB, a proposta seguirá, via SEI, para homologação pelo Conselho da FE-UnB e para o Decanato de Extensão para as providências cabíveis.

Parágrafo Único. As ações de extensão que envolverem movimentação financeira deverão ser encaminhadas pelo Coordenador de extensão para deliberação do Conselho da FE-UnB.

DO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO

Art. 6º. Compete ao Coordenador da ação de extensão:

I – Cumprir as normas estabelecidas na Resolução nº 60/2015 do CEPE, na Resolução 01/2015 da Câmara de Extensão CEX/UnB e a Resolução CEPE n.87/2006;

II – Realizar as atividades previstas na proposta de extensão;

III – Desempenhar a ação de extensão com postura ética na relação com o outro - individual e coletivo - enquanto atitude de respeito, compromisso, cuidado, senso de justiça e solidariedade no cotidiano dos espaços de formação.

Art. 7º. Compete aos discentes envolvidos nas ações de extensão:

I – Cumprir as normas estabelecidas na Resolução nº 60/2015 do CEPE, na Resolução 01/2015 da Câmara de Extensão CEX/UnB e a Resolução CEPE n.87/2006;

II – Realizar as atividades previstas na proposta de extensão;

III – Trabalhar em conjunto com o Coordenador da ação de extensão;

IV – Desempenhar a ação de extensão com postura ética na relação com o outro - individual e coletivo - enquanto atitude de respeito, compromisso, cuidado, senso de justiça e solidariedade no cotidiano dos espaços de formação.

DO TÉRMINO DA AÇÃO DE EXTENSÃO E DEMAIS PROCEDIMENTOS

Art. 8º. Os coordenadores das ações de Extensão submetidas na FE-UnB deverão observar o disposto nos Artigos 13 ao 20 da Resolução 060/2015 do CEPE-UnB e a Resolução CEPE n.87/2006.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 9º. Casos omissos serão apreciados pela Coordenação de Extensão da FE-UnB.

Art. 10. Esta Resolução entrará em vigor a partir da implantação do novo currículo do curso de pedagogia.

Brasília, 17 de maio de 2018.

Anexo B – Ementas das disciplinas da matriz curricular

1º SEMESTRE DO CURSO

FE - 197157 - ANTROPOLOGIA E EDUCAÇÃO - 04 CRÉDITOS – 60 HORAS

Pré-requisito: (X) Não () Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

A Antropologia e a tradição de construção do discurso científico sobre “o outro”; compreensão das circunstâncias atuais da Modernidade e de Crise Civilizacional por meio da Antropologia. A alteridade como base para as transformações do discurso antropológico ao longo do tempo; crítica ao evolucionismo; oposição entre etnocentrismo e relativismo cultural. O entendimento do “outro”, e a construção coletiva do conceito de “nós”, povo brasileiro; trajetória histórica e condição humana do povo-novo do Brasil; o povo brasileiro, sua diversidade e seus anseios por uma “educação de qualidade” e por uma humana docência. A Educação, como prática social de intencionalidade explícita e seu compromisso social frente à realidade do povo brasileiro na atualidade.

Bibliografia Básica

1. BRANDÃO, Carlos Rodrigues, A Educação como Cultura. Campinas, S. Paulo: Mercado das Letras, 2002.
2. DAMATTA, Roberto. Relativizando: uma introdução à Antropologia Social. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
3. LARAIA, Roque de Barros - Cultura. Um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

Bibliografia Complementar

1. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Educação. S. Paulo: Brasiliense, 2001.
2. MOREIRA, Antônio Flávio e CANDAU, Vera Maria. (Orgs.). Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 2. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
3. MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.
4. RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
5. ROCHA, Everardo P. Guimarães. O que é etnocentrismo. 2a Edição. Coleção Primeiros Passos. 124. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

FE - 198129 - PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO - 04 CRÉDITOS – 60 HORAS

Pré-requisito: (X) Não () Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

Estudos que articulam a Psicologia com a Educação. Principais teorias da Psicologia, suas implicações e fundamentação para a análise dos processos de ensino/aprendizagem. Concepções de desenvolvimento humano em sua relação com os processos educativos. Processos de subjetivação nas sociedades contemporâneas e no cenário da educação brasileira.

Bibliografia Básica

1. CARRARA, Kester.(Org.). Introdução à psicologia da educação: seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2004.
2. COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. Desenvolvimento psicológico e educação. Psicologia da Educação Escolar, volume II. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2004.
3. MARTÍNEZ, Albertina Mitjás. (Org.). Psicologia escolar e compromissosocial. Campinas, SP: Alínea, 2007.

Bibliografia Complementar

1. BRANCO, Angela Maria Cristina Uchoa de Abreu; LOPES DE OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos. Diversidade e Cultura da Paz na Escola: Contribuições da Perspectiva Sociocultural. Porto Alegre: Mediação, 2012.
2. MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria; ALMEIDA, Sandra Francisca Conte de. (Org.). Psicologia escolar: construção e consolidação da identidade profissional.São Paulo: Editora Alínea, 2005.
3. VIANA, Meire Nunes; FRANCISCHINI, Rosângela. Psicologia Escolar: que fazer é esse? Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2016.
4. VYGOTSKY, Lev Semionovich.A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
5. VYGOTSKY, Lev Semionovich. Pensamento e Linguagem. S. Paulo: Martins Fontes, 1993.

FE – INTRODUÇÃO A PEDAGOGIA-04 CRÉDITOS – 60 HORAS

Pré-requisito: (X) Não () Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

A educação como objeto da pedagogia. A construção do conhecimento pedagógico. A Pedagogia como campo de conhecimento/ciência. A pedagogia enquanto prática, teoria e curso de

formação profissional. O Curso de Pedagogia no Brasil: História e Diretrizes. O curso de Pedagogia da Universidade de Brasília. Atuação do pedagogo: áreas, atribuições e princípios éticos.

Bibliografia Básica

1. BRZEZINSKI, Iria. Pedagogia, pedagogos e formação de professores. 9. Ed. Campinas: papirus, 2013.
2. SAVIANI, Dermeval. A Pedagogia no Brasil: história e teoria. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2012.
3. SILVA, Carmem Silvia Bissolo da. Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade. 3 ed. Campinas: Autores associados, 2006.

Bibliografia Complementar

1. CAMBI, Franco. História da pedagogia. São Paulo: ed. Unesp, 1999.
2. CRUZ, Gisele Barreto da. Curso de pedagogia no Brasil: história e formação com pedagogos primordiais. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.
3. FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia como ciências da educação. São Paulo: Cortez, 2008.
4. LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos: para que? São Paulo: Cortez, 2013.
5. GHIRALDELLI, Paulo Jr. O que é pedagogia? São Paulo: Brasiliense, 2007.

FE - 195651 - FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO - 04 CRÉDITOS – 60 HORAS

Pré-requisito: (X) Não () Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

Perspectivas filosóficas sobre a educação e formação humana. O que é filosofia. Política, ética, estética e educação. Filosofia da educação no Brasil.

Bibliografia Básica

1. CASTRO. Susana de. (Org.). Introdução à filosofia. Petrópolis: Vozes, 2008.
2. HERMANN, Nadja. Ética e Educação. Rio de Janeiro: Autêntica, 2014.
3. PAGNI, Pedro Angelo; SILVA, Divino José da. (Orgs.). Introdução à Filosofia da Educação: temas contemporâneos e história. São Paulo: Avercamp, 2007.

Bibliografia Complementar

1. JAEGER, Werner. Paideia: A formação do homem grego. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

2. PLATÃO. A república. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
3. ROUSSEAU, Jean-Jacques. Emílio ou da educação. São Paulo: Martins Fontes, 2004 (3a ed.)
4. NIETZSCHE, Friedrich. Escritos sobre educação. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Edições Loyola, 2011.
5. ADORNO, Theodor W. Educação e Emancipação. Paz e Terra, 2010.

2º SEMESTRE DO CURSO

FE- 197955 - HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO - 4 CRÉDITOS – 60 HORAS

Pré-requisito: (X) Não () Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

Estudo da trajetória Histórica das diferentes manifestações do processo educativo desde as sociedades ágrafas até a sociedade de produção e consumo de massa do século XX/XXI considerando o contexto cultural de cada época. Análise das características das instituições e das práticas educacionais da antiguidade clássica, do sistema feudal, do renascimento, e dos séculos XVIII ao XX. Abordagem das tendências da educação contemporânea e suas motivações históricas.

Bibliografia Básica

1. ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. SP, Martins Fontes, 1992.
2. CAMBI, Franco. História da Pedagogia. SP: UNESP, 1999.
3. GILES, Thomas Ranson. História da Educação. São Paulo, EPU, 1987.

Bibliografia Complementar

1. CARCOPINO, Jérôme. A vida quotidiana em Roma no apogeu do Império. Lisboa, Livros do Brasil, 1984.
2. DUBY, Georges e Michelle Perrot. História das mulheres no ocidente, Vol I. – A antiguidade, Porto, Edições Afrontamento, 1993.
3. JAEGER, J. Paidéia - A formação do Homem grego. São Paulo, Martins Fontes, 1983.
4. LOWY, Michael. Ideologia e Ciências Sociais, SP, Cortez Editora, 1995
5. ROUSSEAU, Jean-Jacques. Emílio ou da Educação, São Paulo, Difel, 1970.

FE - INFÂNCIA, CRIANÇA E EDUCAÇÃO - 04 CRÉDITOS – 60 HORAS

Pré-requisito: (X) Não () Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

Estudo sobre as concepções históricas, sociológicas e psicológicas de infância e criança. A cultura e a compreensão sobre a singularidade dos sujeitos do aprender. A relação entre os processos de aprendizagem e de desenvolvimento humano em uma perspectiva cultural-histórica. O sentido de experiências significativas de aprendizagem em bebês e crianças: entre aspectos psicomotor e da linguagem. Imaginação e fantasias, a falsa dicotomia do cuidar-educar e o conceito de campos de experiência. Processos de Inclusão na Educação infantil: desafios e perspectivas. A experiência do Programa da Educação Precoce.

Bibliografia Básica

1. KUHLMANN JR., Moisés. Infância e educação infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998
2. SILVA, Mauricio Roberto da; ARROYO, Miguel Gonzalez. (Orgs.). Corpo Infância. Exercícios Tensos de Ser Criança por Outras Pedagogias dos Corpos, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
3. VIGOTSKI, Lev Semionovich. Imaginação e criação na infância: ensaio psicológico: livro para professores/Lev SemionovichVigotski; apresentação e comentários Ana Luiza Smolka; tradução Zoia Prestes. – São Paulo: Ática, 2009.

Bibliografia Complementar

1. BARBOSA, Maria Carmen Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. Projetos Pedagógicos na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2008.
2. BENJAMIN, Walter. Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação. São Paulo, Summus, 1984.
3. Brasil, MEC, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/parecer_ceb_22.98.pdf
4. SILVA, Kátia Cristina Fernandes; CRUZ, Rosimeire Costa de Andrade; CRUZ, Silvia Helena Vieira. (Orgs.) Práticas Pedagógicas na Educação Infantil. Fortaleza: Edições UFC, 2014.
5. VIGOTSKI, Lev Semionovitch. A brincadeira e o seu papel no desenvolvimento psíquico da criança. Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais. Rio de Janeiro, RJ: jun 2008, Trad. Zoia Prestes, pp 23-36 ISSN: 1808-6535.

FE - 195375 - SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO - 04 CRÉDITOS – 60 HORAS

Pré-requisito: (X) Não () Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

Educação, Estado e sociedade. A Educação como processo social. Educação e estrutura social. A função social da Escola. Teorias sociológicas da educação e sua influência na educação brasileira.

Bibliografia Básica

1. DURKHEIM, Emile. Educação e sociologia. São Paulo: Vozes, 2011.
2. GUIDENS, Anthony. Sociologia. Porto Alegre: Editora Artmed, 2005.
3. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Crítica da educação e do ensino. Lisboa: Moraes, 1978.

Bibliografia Complementar

1. BOURDIEU, Pierre. Escritos de educação. NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. (Org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
2. FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
3. FREITAG, Bárbara. Escola, estado e sociedade. 7. ed. São Paulo: Editora Centauro, 2005.
4. TURNER, Jonathan. H. Sociologia: conceitos e aplicações. São Paulo: Makron Books, 2000.
5. WEBER, Max. Conceitos básicos de sociologia. São Paulo: Centauro Editora, 2002.

FE -195367 - PESQUISA EM EDUCAÇÃO - 4 CRÉDITOS – 60 HORAS

Pré-requisito: (X) Não () Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

Relação da pesquisa científica com a atividade docente. O conhecimento nas ciências sociais e humanas. Paradigmas teórico-epistemológicos partir das diversas concepções de sujeito, objeto e intersubjetividade. Métodos, técnicas e instrumentais da pesquisa educacional. As etapas da pesquisa. Enfoques qualitativos, quantitativos e a triangulação entre métodos. Planejamento, organização e realização da pesquisa científica na pedagogia. Elaboração do próprio caminho de pesquisa.

Bibliografia Básica

1. ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. J. GEWANDSZNAJDER, Fernando. O método nas ciências Naturais e Sociais. São Paulo: Pioneira, 1998. p. 111-120.

2. ESTEBAN, Maria Paz Sandin. Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições. Porto Alegre: Artmed, 2010.
3. GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas em pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2008.

Bibliografia Complementar

1. SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
2. STRAUS, Anselm; CORBIN, Juliet. Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
3. MOTTA-ROTH, Desirée; HENDGES, Graciela Rabuske. Produção textual na universidade. São Paulo: Editora Parábola, 2010.
4. WELLER, Wivian; PFAFF, Nicolle. Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: Teoria e prática. 3a edição. Petrópolis: Vozes, 2013.
5. KERLINGER, Fred. Metodologia da pesquisa em ciências sociais. São Paulo: EPU, 2006.

FE - EDUCAÇÃO INCLUSIVA - 4 CRÉDITOS – 60 HORAS

Pré-requisito: (X) Não () Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

Reflexão sobre educação, escola e o outro com deficiência, considerando o âmbito histórico, sócio-político e cultural, visando compreender e problematizar o conceito de educação inclusiva. Fundamentação legal sobre as políticas educacionais nesse contexto, a fim de fomentar premissas educacionais, programas e sistemas de apoio para as pessoas com deficiência, reconhecidas a partir da esfera dos direitos humanos. Caracterização de diferentes alteridades e formação docente do profissional de educação e seu papel frente à diversidade e a diferença. Estudo dos aspectos interdisciplinares entre os campos de saúde e educação.

Bibliografia Básica

1. PADILHA, Anna Maria Lunardi; OLIVEIRA, Ivone Martins de. (Orgs.). Educação para todos. As muitas faces da inclusão escolar. Campinas: Papirus, 2013.
2. BAPTISTA, Cláudio Roberto; CAIADO, Katia Regina Moreno et al. Educação Especial-diálogo e pluralidade. Porto Alegre: Mediação, 2008.
3. FIQUEIREDO, Rita Vieira de; BONETI, Lindomar Wessler; POULIN, Jean-Robert. (Orgs.) Novas Luzes sobre a Inclusão Escolar. Fortaleza: Edições UFG, 2010.

Bibliografia Complementar

1. LEVINAS, Emmanuel. Entre nós. Ensaio sobre a alteridade. Petrópolis: Vozes, 2005.

2. DINIZ, Débora; BARBOSA, Livia; SANTOS, Wederson R. Deficiência, Direitos Humanos e Justiça. In: SUR Revista Internacional de Direitos Humanos, vol. 6, n. 11, dez. 2009, p. 65-77.
3. MATTOS, Carlos Alberto Ferreira. Psicomotricidade, Educação Especial e Inclusão Social. Rio de Janeiro: Wak, 2009.
4. JANUZZI, Gilberta de Martinho. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas. Coleção Educação Contemporânea: Autores Associados, 2004.
5. MIRANDA, Theresinha Guimarães; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. (Org.). O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012.

3º SEMESTRE DO CURSO

FE - 203653 - HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA - 4 CRÉDITOS – 60 HORAS

Pré-requisito: (X) Não () Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

Abordagem da trajetória Histórica para oferecer aos estudantes orientação teórico-metodológica e conhecimentos necessários à construção de uma compreensão crítica e reflexiva da História da Educação Brasileira, que será estudada a partir dos seguintes temas: Historiografia da educação brasileira; Processo de ensino aprendizagem nas sociedades ágrafas; Processo de ensino aprendizagem no Brasil colônia; As reformas educacionais no Período Imperial; A educação no Período Republicano.

Bibliografia Básica

1. HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. História da Educação Brasileira. SP: Pioneira Thomson Learning, 2003.
2. SAVIANI, Dermeval. História das Idéias pedagógicas no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.
3. VEIGA, Cynthia Greive. História da Educação. SP: Ática, 2007.

Bibliografia Complementar

1. CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. O Golpe na Educação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
2. GENTILI, Pablo. A falsificação do consenso. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
3. GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. Educação, poder e sociedade no Império brasileiro. São Paulo: Cortez, 2008.

4. VEIGA, Cynthia Greive; LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. 500 Anos de Educação no Brasil. SP: Autentica,2000.

5. XAVIER, Maria do Carmo. (Org.).Manifesto dos Pioneiros da Educação. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

FE – 193895- EDUCAÇÃO INFANTIL - 4 CRÉDITOS – 60 HORAS

Pré-requisito: (X)Não () Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

Políticas públicas, história e fundamentos da educação infantil. A qualidade da educação infantil. A indissociabilidade entre cuidar e educar. Proposta pedagógica, Currículo e as múltiplas linguagens da criança, acompanhamento e avaliação do processo pedagógico. Documentação Pedagógica. Gestão e inclusão.

Bibliografia Básica

1. OLIVEIRA, Zilma Oliveira. Educação infantil: fundamentos e métodos. 7 ed. São Paulo: Cortez Ed., 2011.

2. MOYLES, Janet. Fundamentos da Educação Infantil: enfrentando desafios. Porto Alegre: Artmed, 2010.

3. PALACIOS, Jésus; PANIAGUA, Gema. Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2007.

Bibliografia Complementar

1. BASSEDAS, Eulália; HUGUET, Teresa; SOLÉ, Isabel. Aprender e ensinar na Educação Infantil. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

2. BONDIOLI, Anna. (Org.).O projeto pedagógico da creche e sua avaliação: a qualidade negociada.Campinas: Autores Associados. 2004.

3. GUIMARÃES, Daniela; KRAMER, Sônia. Nos espaços e objetos das creches, concepções de educação e práticas com crianças de 0 a 3 anos. In: KRAMER, Sônia. (Org.). Retratos de um desafio: crianças e adultos na educação infantil. São Paulo: Ática, 2009. P. 82-9.

4. OLIVEIRA-FORMOZINHO, Júlia; KISHIMOTO, TizukoMorchida; PINAZZA, Mônica Appezzato. (Orgs.). Pedagogia (s) da infância: construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007.

5. SOUSA, Maria de Fátima Guerra de. Aprendizagem, Desenvolvimento e Trabalho pedagógico na Educação Infantil. In: TACCA, Maria Carmem Villela Rosa. (Org.). Aprendizagem e trabalho pedagógico. Campinas: Alínea, 2006.

FE - PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO - 04 CRÉDITOS – 60 HORAS

Pré-requisito: (X) Não () Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

Contextos, usos e funções da escrita nas sociedades letradas. A escrita como construção histórico-cultural da Humanidade. Relações entre pensamento, linguagem e afetos. Leitura, escrita e subjetividade. Concepções, mitos e crenças acerca da alfabetização. Alfabetização e letramento(s). A teoria psicogenética da escrita e suas implicações pedagógicas. Concepções, métodos, processos e práticas de leitura e escrita com crianças e na educação de jovens, adultos e idosos. Documentos oficiais, políticas e programas vigentes no Brasil com foco na alfabetização.

Bibliografia Básica

1. MORAIS, Artur Gomes de. Sistema de Escrita Alfabética. Coleção: Como eu ensino. São Paulo: melhoramentos, 2012.
2. STREET, Brian V. Letramentos Sociais – Abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na Educação. Tradução: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial: 2014.
3. TEBEROSKY, Ana. Psicopedagogia da Língua Escrita. Petrópolis: Ed. Vozes, 2010.

Bibliografia Complementar

1. CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização e Lingüística. 10ª ed. São Paulo: Scipione, 2005.
2. COSSON, Rildo. Letramento Literário – Teoria e Prática. São Paulo: Contexto, 2006.
3. FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados/ Cortez, 1989.
4. GARCIA, Regina Leite. (Org.) A formação da professora alfabetizadora: reflexões sobre a prática. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2015.
5. KLEIMAN, Angela B. (Org.). Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

FE - 197858 - DIDÁTICA FUNDAMENTAL - 4 CRÉDITOS – 60 HORAS

Pré-requisito: (X) Não () Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

A relação entre a educação e sociedade e suas implicações no processo didático. A trajetória histórica da Didática e tendências atuais. Planejamento no âmbito escolar: projeto político-

pedagógico; planejamento de ensino e planejamento de aula. Elementos constitutivos da aula: objetivos, conteúdos, métodos e técnicas e avaliação, relação professor-aluno. Pesquisa em Didática.

Bibliografia Básica

1. FARIAS, Isabel Maria Sabino de. et al. Didática e docência: aprendendo a profissão. Brasília: Liber Livro, 2008
2. LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção Magistério, 2º grau. Série Formação do Professor).
3. VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.). Repensando a didática. 25.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

Bibliografia Complementar

1. CASTRO, Amélia Domingues de; Carvalho, Anna Maria Pessoa de (Orgs.). Ensinar a ensinar: Didática para a escola fundamental e média. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2001.
2. FRANCO, Maria Amélia Santoro; PIMENTA, Selma Garrido. (Orgs.). Didática: Embates contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2010.
3. SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica. 10. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção educação contemporânea).
4. VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.). Aula: gênese, dimensões, princípios e práticas. .Campinas, SP: Papyrus, 2008. (Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico)
5. VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 23. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2007. (Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico).

FE - 207357 -ESCOLARIZAÇÃO DE SURDOS – LIBRAS - 4 CRÉDITOS – 60 HORAS

Pré-requisito: (X) Não () Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

Estudo e discussão a respeito da formação do professor e as especificidades de aprendizagem dos alunos surdos. Caracterização das filosofias educacionais para estudantes surdos. Interface entre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e seus desdobramentos sobre aquisição de linguagem, diferenças culturais, linguísticas e identitárias. Desenvolvimento de habilidades básicas expressivas e receptivas em LIBRAS, estrutura e contexto. Reflexão sobre o ensino de português como segunda língua para estudantes surdos.

Bibliografia Básica

1. FELIPE, Tania. Libras em Contexto. Rio de Janeiro: MEC, 2007.
2. LODI, Ana Claudia Balieiro; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Mediação, 2009.
3. SÁ, Nídia Limeira. Cultura, Poder e Educação de Surdos. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2002.

Bibliografia Complementar

1. CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilingue da Língua de Sinais Brasileira. São Paulo: Edusp, v.I e II, 2001.
2. KELMAN, Celeste Azulay; BUZAR, Edeílce Aparecida Santos. A (in) visibilidade do aluno surdo em classes inclusivas: discussões e reflexões. Rio de Janeiro: ESPAÇO, 2012.
3. LODI, Ana Claudia Balieiro; MÉLO, Ana Dorziat Barbosa de; FERNANDES, Eulália. Letramento, bilinguismo e educação de surdos. Porto Alegre: Mediação, 2012.
4. LODI, Ana Claudia Balieiro; PERLIN, Gladis. Estudos Surdos II. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007.
5. STROBEL, Karen. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis, SC: Ed. da UFSC, 2008.

4º SEMESTRE DO CURSO

FE - 197971 - ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA - 4 CRÉDITOS – 60 HORAS

Pré-requisito: (X) Não () Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

A estrutura federalista do Estado brasileiro contemporâneo e a organização federalista da educação formal; O Sistema Nacional de Educação (SNE): o pacto federativo na divisão de responsabilidades educacionais; Níveis, etapas e modalidades de ensino; Financiamento, Gestão e Avaliação Institucional da Educação Formal; Formação e Valorização de Profissionais da Educação.

Bibliografia Básica

1. BRZEZINSKI, Iria (Org.). LDB/1996 contemporânea: contradições, tensões, compromissos. São Paulo: Cortez, 2014.
2. ROCHA, Maria Zélia Borba; PIMENTEL, Nara Maria. Organização da Educação Brasileira: marcos contemporâneos. Brasília: EDU – UnB, 2016.

3. OLIVEIRA, Romualdo Portela de. SANTANA, Wagner. Educação e Federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasília: UNESCO, 2010

Bibliografia Complementar

1. CARNEIRO, Moaci Alves. LDB Fácil: leitura crítico-compreensiva artigo a artigo. 23 ed. rev. e ampl. Petrópolis-RJ: Vozes, 2015.
2. LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo/SP: Cortez, 2012 (12 ed. rev.)
3. FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Políticas Públicas e Gestão da Educação. Polêmicas, Fundamentos e Análises. Brasília: Liber, 2007, p. 113 a 129.
4. DOURADO, Luiz (Org.). Políticas e gestão: novos marcos regulatórios da educação no Brasil. São Paulo: Xamã, 2009.
5. SAVIANI, Dermeval. Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional. São Paulo: Autores Associados, 2007.

FE- 195391 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E IDOSOS – EJAI – 4 CRÉDITOS – 60 HORAS

Pré-requisito: (X) Não () Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

As contribuições da educação popular à Educação de Jovens, Adultos e Idosos: aspectos históricos e político-pedagógicos. A diversidade dos (as) educandos (as): gerações, étnico/racial, gênero, territorial, etc. A exigência de formação de educadoras(es) como docentes e pesquisadores-transformadores. Análise crítica da legislação e políticas públicas para a EJAI. O Trabalho como produção da vida humana na EJAI. Currículo e avaliação na educação de jovens, adultos e idosos. Alfabetização e letramento na educação de jovens, adultos e idosos. Organicidade praxica entre alfabetização popular e redes públicas de ensino. Análise de propostas curriculares, materiais didáticos e experiências pedagógicas na EJAI.

Bibliografia Básica

1. OLIVEIRA, Marta Khol. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem In: RIBEIRO, Vera Masagão. (Org.). Educação de jovens e adultos Novos leitores, novas leituras. São Paulo: Ação educativa, 2001.
2. VIEIRA, Maria Clarisse. Memórias – Testemunho de educadores: Contribuições da educação popular a educação de jovens e adultos. Curitiba: Editora CRV, 2016.
3. SOARES, Leôncio. (Org.). Educação de jovens e adultos - O que revelam as pesquisas? Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

Bibliografia Complementar

1. DI PIERRO, Maria Clara GALVÃO, Ana Maria Galvão. Preconceito contra o analfabeto. São Paulo: Cortez: 2007. (cap. 1 e 2)
2. FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
3. FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
4. REIS, Renato Hilário dos. A Constituição do Ser Humano amor, poder, saber na educação de jovens e adultos. 1ª ed. São Paulo. Autores Associados, 2011.
5. LEAL, Telma Ferraz e ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia (Org.) Desafios da educação de jovens e adultos: construindo práticas de alfabetização. Belo Horizonte: Autentica. 2006.

FE - 195634 - EDUCAÇÃO MATEMÁTICA I -4 CRÉDITOS – 60 HORAS

Pré-requisito: (X) Não () Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

Desenvolvimento do conteúdo básico de matemática das séries iniciais do Ensino Fundamental procurando desenvolver uma metodologia de ensino de acordo com os preceitos fundados nas teorias construtivistas. O estudo teórico associado às práticas no campo da Educação Matemática deverá permitir ao graduando: planejar ações de intervenção didática tendo em vista objetivos educacionais, assim como desenvolver competências essenciais no contexto da didática específica da matemática a partir de um saber teórico/prático sobre as capacidades e as possibilidades de construção de conhecimento pelo sujeito (criança ou adulto em início de escolarização) considerando o desenvolvimento psicomotor, cognitivo, afetivo e social do aluno aprendiz.

Bibliografia Básica

1. KAMII, CONSTANCE. A criança e o número. Campinas: Papyrus, 1986.
2. MUNIZ, CRISTIANO ALBERTO; SMOLE, KATIA STOCCO. (Org.). A matemática em sala de aula: reflexões e propostas para os anos iniciais do ensino fundamental. Porto Alegre: Penso, 2013.
3. SMOLE, KATIA STOCCO. A matemática na educação infantil: a teoria das inteligências múltiplas na prática escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

Bibliografia Complementar

1. ALMOULOU, SADDO AG. Fundamentos da didática da matemática. Curitiba: Editora UFPR, 2007.
2. CHACÓN, INÉS MARIA GÓMEZ, Matemática Emocional: os afetos na aprendizagem Matemática. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.
3. GUIMARÃES, GILDA LISBOA e BORBA, RUTE ELIZABETE DE SOUZA ROSA (Org.). Reflexões sobre o ensino de Matemática nos anos iniciais de escolarização. Brasília, Sociedade Brasileira de Educação Matemática, 2011.
4. MUNIZ, CRISTIANO ALBERTO; BITTAR, MARILENA. (Org.). A aprendizagem matemática na perspectiva da Teoria dos Campos Conceituais. Curitiba: Editora CRV. 2010.
5. MUNIZ, CRISTIANO ALBERTO. A produção de notações matemáticas e seu significado. In: FÁVERO, Maria Helena; CUNHA, Celio da. (Org.). Psicologia do conhecimento: diálogo entre as ciências e a cidadania. Brasília: UnB - Unesco, 2009.

FE – EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO - 4 CRÉDITOS – 60 HORAS

Pré-requisito: (X) Não () Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

Os processos de comunicação e suas tecnologias em diferentes dimensões da sociedade contemporânea, possibilidades e desafios para a formação do cidadão. A interface educação/comunicação, suas relações com as práticas educativas e com a formação de professores. Cultura audiovisual, redes e globalização. Comunidades de aprendizagem e trabalho colaborativo na sociedade mediatizada. Modos de trabalhar na educação, linguagens dos meios de comunicação - visuais, sonoros, audiovisuais, impressos e informáticos - em perspectiva crítica e criativa.

Bibliografia Básica

1. ALMEIDA, Milton José de. Imagens e Sons: a nova cultura oral. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 32).
2. KENSKI, Vani Moreira. Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação. Campinas/SP: Papyrus, 2012.
3. LEVY, Pierre. Cibercultura. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

Bibliografia Complementar

1. ALMEIDA, Milton José. Cinema arte da memória. Campinas-SP: Autores Associados, 1999.

2. BRUNO, Fernanda. Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2013.
3. TRIVINHO, Eugenio; CAZELOTO, Edilson. A cibercultura e seu espelho: campo de conhecimento emergente e nova vivência humana na era da imersão interativa. São Paulo: ABCiber; Instituto Itaú Cultural, 2009. (Coleção ABCiber). p. 38-51. Disponível em: http://poeticasdigitais.files.wordpress.com/2009/09/2009- game_cozinheiro_das_almas.pdf
4. SANTAELLA, Lucia. Matrizes da Linguagem e Pensamento, São Paulo, Iluminuras, 2001.
5. THOMPSON, John B. A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 2011.

FE – CURRÍCULO - 4 CRÉDITOS – 60 HORAS

Pré-requisito: (X) Não () Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

Conceituação, origem, histórico e teorias do currículo. Currículo, globalização e multiculturalismo A relação entre Currículo e Cultura Escolar. Currículo e a organização do trabalho pedagógico. Currículo e Formação de Professores. Planejamento e avaliação do currículo. Currículo: Políticas de Educação Ambiental e de Direitos Humanos.

Bibliografia Básica

1. LOPES, Alice Casimiro. MACEDO, Elizabeth. Teorias de Currículo. São Paulo: Cortez, 2011.
2. MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Em busca da autonomia docente nas práticas curriculares no Brasil. In: OLIVERIA, Maria Rita N. S.; PACHECO, José Augusto. (Orgs). Currículo, Didática e Formação de Professores. Campinas, SP: Papirus, 2013. (Série Prática Pedagógica). p. 69-96.
3. PEREIRA, Maria Zuleide da Costa; MACEDO, Elizabeth. Currículo e Diferença no Contexto Global. In: MACEDO, Elizabeth; PEREIRA, Maria Zuleide da Costa; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; PORTO, Rita de Cassia Cavalcanti. (Org.). Globalização, Interculturalidade e Currículo na Cena Escolar. Campinas/SP: Alínea, 2009. p.113-128.

Bibliografia Complementar

1. PARAÍSO, Marlucy Alves. (Org.). Antônio Flavio Barbosa Moreira: pesquisador em Currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 59-77.
2. SACRISTÁN, José Gimeno. O Currículo: uma reflexão sobre a prática. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 1998. p. 281 – 309.
3. SANTOMÉ, Jurjo Torres. Globalização e Interdisciplinaridade: o currículo integrado. Porto Alegre: Artmed, 1998. p. 25-94.

4. SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. 156p.
5. PACHECO, José Augusto. *Escritos Curriculares*. São Paulo: Cortez, 2005.

5º SEMESTRE DO CURSO

FE- 202436 - ENSINO DE HISTÓRIA, IDENTIDADE E CIDADANIA - 4 CRÉDITOS – 60 HORAS

Pré-requisito: () Não (X) Sim - 192015 - Didática Fundamental

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

A construção do conhecimento histórico. O ensino de História e a História Local. A escola como espaço da produção de conhecimento. Memória Social e Identidades. A escrita escolar da História, os livros didáticos de História. Currículo, Educação das Relações Étnico-Raciais, Gênero e relações de poder em sala de aula. O/a aluno/a como sujeito-histórico.

Bibliografia básica

1. BERUTTI, Flávio; MARQUES, Adhemar. *Ensinar e Aprender História*. Belo Horizonte: RHJ, 2009.
2. SILVA, Marcos; FONSECA, Selva Guimarães. *Ensinar História no século XXI: em busca do tempo entendido*. Campinas: Papyrus, 2007.
3. VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da História: micro-história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

Bibliografia complementar

1. BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. RJ, Jorge Zahar Editor, 2001.
2. SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luis. (Orgs). *História e História da Educação. O debate teórico-metodológico atual*. Campinas/SP: Ed. Autores Associados, 2000.
3. SIMAN, Lana Mara de Castro. (Org.). *Inaugurando a história e construindo a nação: discursos e imagens no ensino de história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
4. CAVALLEIRO, Eliane. (Org.). *Racismo e anti-racismo na educação. Repensando nossa escola*. São Paulo, 2001.
5. GUTIERREZ, José Paulo; URQUIZA, Antonio Hilário. Aguilera. (Orgs.) *Direitos Humanos e Cidadania. Desenvolvimento pela Educação em Direitos Humanos*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2013.

FE - 193607- ENSINO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA I - 4 CRÉDITOS – 60 HORAS

Pré-requisito: (X) Não () Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

Natureza do conhecimento científico. As diferentes concepções de ciências e tecnologia. Aspectos históricos e novas perspectivas para o ensino de ciências e tecnologia. Contextualização do ensino de ciências e tecnologia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Aprendizagem de conceitos científicos.

Bibliografia Básica

1. BIZZO, Nelio. Ciências fácil ou difícil. São Paulo: Ed. Ática, 2009.
2. ASTOLFI, Jean-Pierre. DEVELAY, Michel. Didática das Ciências. São Paulo: Ed. Papirus, 2014.
3. ESPINOZA, A. Ciências na escola. Novas perspectivas na formação dos alunos. São Paulo: Ática, 2010.

Bibliografia Complementar

1. CARVALHO, Ana Maria Pessoa de. et. al. Ciências no Ensino Fundamental: o conhecimento físico. São Paulo: Editora Scipione, 1998.
2. DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José André; PERNAMBUCO, Marta Maria. Ensino de Ciências Fundamentos e Métodos. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.
3. RUTHERFORD, F. James.; AHLGREN, Andrew. Ciência para todos. Lisboa: Gradiva, 1995.
4. WEISSMANN, Hilda. (Org.). Didática das Ciências Naturais. Contribuições e reflexões. Porto Alegre: Artmed, 1998.
5. FREIRE-MAIA, Newton. A Ciência por dentro. Petrópolis: Vozes, 1995.

FE - 193291 - ENSINO E APRENDIZAGEM DA LÍNGUA MATERNA - 4 CRÉDITOS – 60 HORAS

Pré-requisito: (X) Não () Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

Fundamentos linguísticos, sociopsicolinguísticos e antropológicos da linguagem e as suas relações com a comunidade escolar. Concepções da linguagem. O processo diglósico no português do Brasil: variedades padrão e não padrão: características estruturais e funcionais; diferenças formais e funcionais entre as modalidades oral e escrita da língua; o preconceito linguístico; o processo de monitoração estilística. A articulação entre oralidade, escrita e leitura; o papel do professor na mediação do aprendizado da oralidade letrada, escrita e leitura; a

interação professor-aluno na sala de aula; a pedagogia culturalmente sensível; valores, normas e atitudes; alternativas educacionais decorrentes dos avanços teóricos nos estudos da linguagem. Documentos oficiais, políticas e programas vigentes no Brasil com foco no ensino de Língua Materna.

Bibliografia Básica:

1. BORTONI-RICARDO Stella Maris. Educação em língua materna: a sociolinguística em sala de aula. São Paulo: Parábola, 2004.
2. ROJO, Roxane. (Org.). Escola Conectada: os multiletramentos e as TICs. São Paulo: Parábola, 2013.
3. BAGNO, Marcos. Língua, linguagem, linguística: pondo os pingos nos ii. São Paulo: Parábola, 2014.

Bibliografia Complementar:

1. KOCH Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e escrever: estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2009.
2. LEAL, Telma Ferraz; MARCUSCHI, Beth. Estudos sobre educação e linguagem: da educação infantil ao ensino médio. Editora Universitária da UFPE, 2011.
3. FREITAS, Maria Teresa de Assunção. et al. Leitura e escrita na formação de professores. Juiz de Fora: UFJF: 2002.
4. ROJO, Roxane. Falando ao pé da letra: a constituição da narrativa e do letramento. São Paulo: Parábola, 2010.
5. SILVA, Alexandro; PESSOA, Ana Cláudia; LIMA, Ana. Ensino de gramática: reflexões sobre a língua portuguesa na escola. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

FE- 202479 - EDUCAÇÃO EM GEOGRAFIA I - 4 CRÉDITOS – 60 HORAS

Pré-requisito: (X) Não () Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

Cartografia Escolar: processos de percepção e representação do espaço vivido como ponto de partida à aquisição da linguagem cartográfica, na perspectiva de leituras espaciais em níveis de maior complexidade. Disciplina de caráter prático, que possibilita o desenvolvimento das habilidades necessárias ao letramento cartográfico, por meio de confecção de maquetes, elaboração desenhos e croquis, manuseio de cartas e mapas, participação em corridas de orientação, entre outras dinâmicas que possam ser replicadas ao contexto escolar.

Bibliografia Básica

1. ALMEIDA, Rosângela Doin de; PASSINI, Elza Yasuko. O Espaço Geográfico: Ensino e Representação. São Paulo: Ed. Contexto, 1991, p. 15-45.
2. CAVALCANTI, Lana de Souza. O Ensino de Geografia na Escola. Campinas: Papirus, 2012.
3. LESANN, Janine. Geografia no Ensino Fundamental I. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

Bibliografia Complementar

1. CAVALCANTI, Lana de Souza. A Geografia Escolar e a Cidade: Ensaio sobre o ensino de Geografia para a vida urbana cotidiana. Campinas: Papirus, 2008.
2. CASTROGIOVANI, Antonio Carlos. LOPES, Jader Janer Moreira. O jeito de que nós crianças pensamos sobre certas coisas. Rio de Janeiro: Rovel, 2015.
3. HARVEY, David. Cidades rebeldes. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
4. LASSANCE, Adalberto. Brasília e Distrito Federal: Imperativos Constitucionais. Brasília: Verano Editora, IHGDF, 2002, p.15 a 76.
5. PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Iyda; CACETE, Núria Hanglei. "Representações Gráficas na Geografia". In: Para ensinar e aprender Geografia. São Paulo: Cortez, 2007, p.289-319.

FE - ESTÁGIO SUPERVISIONADO I: EDUCAÇÃO INFANTIL - 8 CRÉDITOS – 120 HORAS

Pré-requisito: (X) Não () Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

Fundamentação teórica do estágio supervisionado em educação infantil. Organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil: diagnóstico da realidade escolar, observação e análise da prática docente e docência em sala de aula.

Bibliografia Básica

1. BRASIL. Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil. Introdução/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental Brasília: MEC/SEF, 1998.
2. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2004.
3. ZABALZA, Miguel Angel. *O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária*. São Paulo: Cortez, 2014.

Bibliografia Complementar

1. BRASÍLIA. **Currículo em Movimento da Educação Básica**. Subsecretaria de Educação Básica. Brasília-DF, 2014.

2. BRASÍLIA. **Diretrizes de Avaliação Educacional: aprendizagem, institucional e em larga escala 2014-2016**. Subsecretaria de Educação Básica. Brasília-DF, 2014.

6º SEMESTRE DO CURSO

FE - GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES EDUCATIVAS-4 CRÉDITOS – 60 HORAS

Pré-requisito: (X) Não () Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

Visão histórica dos Processos de Administração nas Organizações Educativas e na Educação; Estratégias de Democratização da Educação; A questão da qualidade na Educação; Gestão Democrática e Educação: Participação, Autonomia, Transparência e Descentralização.

Bibliografia Básica

1. ALARCÃO, Isabel. Escola reflexiva e nova racionalidade. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.
2. PARO, Vitor Henrique. Administração Escolar: Introdução Crítica. São Paulo: Cortez, 1993.
3. BARROSO, João. (Org.). O Estudo da Escola. Porto (PT): Porto Editora, 1996.
4. PARO, Vitor Henrique. Diretor Escolar: educador ou gerente? São Paulo: Cortez, 2015.

Bibliografia Complementar

1. LIMA, Licínio C. Organização Escolar e Democracia Radical. São Paulo: Cortez Editora, 2002
2. LIMA, Licínio C. A escola como organização educativa. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003
3. PARO, Vitor Henrique. Por dentro da escola pública. São Paulo: Xamã, 1995.
4. PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática na escola pública. São Paulo: Ática, 1998.
5. THURLER, Mônica Gather. Inovar no interior da escola. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.

FE-AVALIAÇÃO ESCOLAR -4 CRÉDITOS – 60 HORAS

Pré-requisito: (X) Não () Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

Níveis da avaliação: para as aprendizagens, institucional e em larga escala e sua articulação. A avaliação institucional como mediadora dos três níveis. Avaliação para as aprendizagens Na escola e na sala de aula. Avaliação formativa: concepção, objetivos, critérios, práticas, feedback,

registros e uso dos resultados. Procedimentos de avaliação formal. Avaliação informal e sua articulação com a formal. Conselho de classe segundo a lógica da avaliação formativa. Envolvimento dos pais/responsáveis no processo avaliativo. IDEB: contribuições, repercussões e limitações. A avaliação na organização da escolaridade em ciclos. Pesquisas sobre avaliação na educação básica.

Bibliografia Básica

1. FERNANDES, Claudia de O. (Org.). Avaliação das aprendizagens- sua relação com o papel social da escola. São Paulo: Cortez, 2014.
2. VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 2004. (Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico).
3. VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. Virando a escola do avesso por meio da avaliação. Campinas, SP: Papirus, 2008.

Bibliografia Complementar

1. LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 2011.
2. BRASÍLIA. **Diretrizes de Avaliação Educacional:** aprendizagem, institucional e em larga escala. 2014-2016. Subsecretaria de Educação Básica. Brasília-DF, 2014. (complementar educação infantil e anos iniciais).
3. VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. Avaliação Formativa: práticas inovadoras. Campinas, SP: Papirus, 2011.
4. FREITAS, Luiz Carlos de. Ciclos, seriação e avaliação: confronto de lógicas. SP: Moderna, 2003.
5. FREITAS, Luiz Carlos de. Avaliação Educacional: Caminhando pela contramão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FE- ESTÁGIO SUPERVISIONADO II: ANOS INICIAIS – 8 CRÉDITOS – 120 HORAS

Pré-requisito: (X) Não () Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

Fundamentação teórica do estágio supervisionado nos anos iniciais. Organização do trabalho pedagógico nos anos iniciais do ensino fundamental: diagnóstico da realidade escolar, observação e análise da prática docente e docência em sala de aula.

Bibliografia Básica

1. COELHO, Lígia Martha Coelho. (Org.). Língua Materna Nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental - de Concepções e de Suas Práticas. Editora Vozes, 2010.

2. LIMA, Maria do Socorro Lucena. A hora da prática: Reflexões sobre o Estágio Supervisionado e a Ação docente. 4ª Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004;
3. BARCELOS, Valdo. Formação de Professores para Educação de Jovens e Adultos. 2ª. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2007.

Bibliografia Complementar

1. BRASÍLIA. Currículo em Movimento da Educação Básica. Subsecretaria de Educação Básica. Brasília-DF, 2014
2. BRASÍLIA. Diretrizes Pedagógicas para Organização Escolar do 2º Ciclo. Subsecretaria de Educação Básica. Brasília-DF, 2014.
3. BRASÍLIA. Diretrizes de Avaliação Educacional: aprendizagem, institucional e em larga escala 2014-2016. Subsecretaria de Educação Básica. Brasília-DF, 2014.

FE- EDUCAÇÃO EM GEOGRAFIA II – 4 Créditos – 60 Horas

Pré-requisito: (X) Não () Sim

Modalidade: () Obrigatória (X) Optativa

Ementa

Cartografia Escolar: processos de percepção e representação do espaço vivido como ponto de partida à aquisição da linguagem cartográfica, na perspectiva de leituras espaciais em níveis de maior complexidade. Disciplina de caráter prático, que possibilita o desenvolvimento das habilidades necessárias ao letramento cartográfico, por meio de confecção de maquetes, elaboração de desenhos e croquis, manuseio de cartas e mapas, participação em corridas de orientação, entre outras dinâmicas que possam ser replicadas ao contexto escolar.

Bibliografia Básica

1. ALMEIDA, Rosângela Doin de. (Org.). Cartografia Escolar. São Paulo: Contexto, 2007.
2. ALMEIDA, Rosângela Doin de. (Org.). Do desenho ao mapa: iniciação a cartografia na escola. São Paulo: Contexto, 2001.
3. NASCIMENTO, Fabiana dos Santos; HETKOWSKI, Tânia Maria. Potencialidades da educação cartográfica nos anos iniciais do ensino fundamental: a importância da formação de professores. PDF disponível na base Scielo.

Bibliografia Complementar

1. ALBUQUERQUE, Paulo César Gurgel de. Novos rumos da cartografia escolar: currículo, linguagem e tecnologia. São Paulo: Contexto, 2011.

2. ALMEIDA, Rosangela Doin de. Do desenho ao mapa: iniciação a cartografia na escola. São Paulo: Contexto, 2001.
3. DUARTE, Paulo Araujo. Fundamentos de Cartografia. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.
4. PASSINI, Elza Yasuko. Alfabetização cartográfica e a aprendizagem de Geografia. São Paulo: Cortez, 2012.
5. SCHAFFER, Neiva Otero. et.al. Um globo em suas mãos. Porto Alegre: Penso, 2011.

7º SEMESTRE DO CURSO

FE- 202444- POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO - 4 CRÉDITOS – 60 HORAS

Pré-requisito: (X) Não () Sim

Modalidade(X) Obrigatória () Optativa

Ementa

Política: Interrelações Economia/Cultura; Políticas Públicas e Educacionais: Conceito e Processo Decisório; A Educação como Política Pública; Histórico das Políticas Educacionais Brasileiras; Políticas Educacionais Específicas.

Bibliografia Básica

1. AZEVEDO, Janete Maria Lins de. Educação como política pública. São Paulo: Autores Associados, 1988.
2. SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas- Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos. São Paulo: Editora: CENGAGE LEARNING, 2013.
3. SHIROMA, E. O. ; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. Política Educacional. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

Bibliografia Complementar

1. BALL, Stephen J. MAINARDES, Jefferson. Políticas educacionais: Questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.
2. BUCCI, Maria Paula Dallari. Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006.
3. DOURADO, Luiz Fernando; PARO, Vitor Henrique. (Org.). Políticas Públicas e Educação Básica. São Paulo: Xamã, 2001.
4. SOUSA JUNIOR, Luiz de Sousa; FRANÇA, Magna; FARIAS, Maria da Salete Barboza. Políticas de gestão e práticas educativas: a qualidade do ensino. Brasília: Liber Livro, 2011.

5. SAVIANI, Dermeval. Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas. Campinas: Autores Associados, 2014.

FE - 193275 - EDUCAÇÃO E TRABALHO- 4 CRÉDITOS – 60 HORAS

Pré-requisito : (X) Não () Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

Estudo do trabalho como princípio ontológico e formativo. Exame das questões sobre as mudanças no mundo do trabalho, mediadas ou não pelas tecnologias de informação e comunicação (TIC's) e seus impactos na formação humana. Análise das relações entre Educação e Trabalho em diferentes modos de produção e a Centralidade do Trabalho. Aprofundamento de abordagens diferenciadas da relação trabalho e educação: teoria do Capital Humano, teorias crítico-reprodutivistas, teorias críticas e pós-críticas. Interface entre Educação Básica, suas modalidades e relação com o Trabalho. Reflexão sobre Sindicalismo da Educação e Movimentos Sociais.

Bibliografia Básica

1. ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho. 5ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
2. MARX & ENGELS. Textos Sobre Educação e Ensino. 2. ed. São Paulo: Moraes, 1992.
3. SAVIANI, Dermeval e DUARTE, Newton. Pedagogia Histórico-Crítica e luta de classe na educação escolar. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

Bibliografia Complementar

1. CARNOY Martin; LEVIN, Henry M. Escola e Trabalho no Estado capitalista. São Paulo, Cortez & Associados, 1987.
2. CIAVATTA, Maria. Mediações Históricas de Trabalho e Educação: gênese e disputas na formação dos trabalhadores (Rio de Janeiro – 1930-60). Rio de Janeiro: Lamparina, CNPq, Faperj, 2009.
3. GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. 4ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1982.
4. MÉSZAROS, István. A educação para além do Capital. São Paulo: Bomtempo, 2005.
5. SCHULTZ, Theodore William. O valor econômico da educação. (1967). RJ: Zahar Ed.

FE – ESTÁGIO SUPERVISIONADO III: GESTÃO ESCOLAR – 8 CRÉDITOS- 120 HORAS

Pré-requisito: (X) Não () Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

Fundamentação teórica do estágio supervisionado na gestão da escola de educação básica. Diagnóstico da realidade escolar na perspectiva da gestão, observação, análise e participação em atividades de gestão escolar.

Bibliografia Básica

1. PARO, Vitor. Gestão Democrática na escola pública. São Paulo: Ática, 1998.
2. PARO, Vitor. Por dentro da escola pública. São Paulo: Xamã, 1995.
3. MATOS, Lúcia Alves Faria. Gestão colegiada de escola. Belo Horizonte: UFMG, 1995.

Bibliografia Complementar

1. BRASÍLIA. **Orientação Pedagógica. Projeto Político-Pedagógico e Coordenação Pedagógica nas Escolas.** Brasília-DF, 2014.

8º SEMESTRE DO CURSO

FE - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I - 4 CRÉDITOS – 60 HORAS

Pré-requisito: (X) Não () Sim

Modalidade:(X) Obrigatória () Optativa

Ementa

Articulação teórico-prática priorizando a construção e o desenvolvimento do projeto de pesquisa a partir do início da elaboração de memorial e perspectivas profissionais conforme resolução específica do curso de pedagogia.

Bibliografia Básica

1. GONSALVES, Elisa Pereira. Iniciação à Pesquisa Científica. Campinas: Alínea, 2001.
2. GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisas. São Paulo: Atlas, 1998.
3. BAUER, Martin W; GASKELL, George. (Orgs.). Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático. 5ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

Bibliografia Complementar

1. LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean Porto Alegre. A Construção do Saber. Manual de Metodologia da pesquisa em Ciências Humanas. Belo Horizonte: Artes Médicas, UFMG, 1999.
2. MEKSENAS, Paulo. Pesquisa Social e ação pedagógica. São Paulo: Loyola, 2002.

3. MORIN, André. Tradução Michel Thiollent. Pesquisa-ação integral e sistêmica: uma antropopedagogia renovada. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
4. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.). Repensando a pesquisa participante. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
5. LUDKE, Menga e MARLI, André. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

FE – ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV: ESPAÇOS EDUCATIVOS NÃO ESCOLARES – 6 CRÉDITOS – 90 H

Pré-requisito: (X) Não () Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

O papel do pedagogo nos processos de produção, organização e articulação do conhecimento e da práxis pedagógica no âmbito de espaços educativos não escolares: Diagnóstico da realidade, observação, participação, análise, planejamento, execução e avaliação de atividades educativas em espaços educativos não escolares.

Bibliografia Básica

1. FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983.
2. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
3. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e Docência. 7. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012. 296 p. (Docência em formação Saberes pedagógicos).

Bibliografia Complementar

1. CUNHA, Aline Lemos. Pedagogia e Ambientes não Escolares. Editora: InterSaberes, 2012.

9º SEMESTRE DO CURSO

FE - 202461 - AVALIAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES EDUCATIVAS - 4 CRÉDITOS – 60 HORAS

Pré-requisito: (X) Não () Sim

Modalidade:(X) Obrigatória () Optativa

Ementa

Conceituação. Pressupostos epistemológicos e vertentes teóricas da avaliação educacional. Avaliação como política numa perspectiva histórica e conceitual. Níveis, tipos e modalidades de

avaliação de sistemas, organizações, programas e projetos educacionais. Aspectos metodológicos de avaliação educacional. Indicadores e qualidade em educação. Análise de experiências e práticas vigentes em avaliação educacional na Educação Básica e na Educação Superior.

Bibliografia Básica

1. AFONSO, Almerindo Janela. Avaliação educacional: regulação e emancipação. São Paulo: Cortez, 2000.
2. BALZAN, Newton César e DIAS SOBRINHO, José. (Orgs.). Avaliação institucional: teoria e experiências. São Paulo: Cortez, 1995.
3. BONAMINO, Alicia; BESSA, Nícia; FRANCO Creso. (Orgs.). Avaliação da educação básica pesquisa e gestão. São Paulo: Loyola, 2004.

Bibliografia Complementar

1. DIAS SOBRINHO, José, RISTOFF, Dilvo. Avaliação democrática para uma universidade cidadã. Florianópolis: Insular, 2002.
2. FREITAS, Luís Carlos de; BELLONI, Isaura; SOARES, J. F. (Orgs.). Avaliação de escolas e universidades. São Paulo: Komedi, 2003.
3. HADJI, Charles. Avaliação desmistificada. Porto Alegre: Artmed, 2001.
4. HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. Avaliação, mito e desafio: uma perspectiva construtivista. Porto Alegre: Mediação, 1997.
5. ROMÃO, José Eustáquio. Avaliação dialógica: desafios e perspectivas. Guia da Escola Cidadão, 2ª ed. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 1999.

FE - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II - 4 CRÉDITOS – 60 HORAS

Pré-requisito: (X) Não () Sim

Modalidade: (X) Obrigatória () Optativa

Ementa

Articulação teórico-prática priorizando o desenvolvimento e a finalização da monografia ou artigo científico conforme resolução específica do curso de pedagogia.

Bibliografia Básica

1. GONSALVES, Elisa Pereira. Iniciação à Pesquisa Científica. Campinas: Alínea, 2001.
2. GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisas. São Paulo: Atlas, 1998.
3. BAUER, Martin W; GASKELL, George. (Orgs.). Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático. 5ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

Bibliografia Complementar

1. LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean Porto Alegre. A Construção do Saber. Manual de Metodologia da pesquisa em Ciências Humanas. Belo Horizonte: Artes Médicas, UFMG, 1999.
2. MEKSENAS, Paulo. Pesquisa Social e ação pedagógica. São Paulo: Loyola, 2002.
3. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.).Repensando a pesquisa participante. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
4. LUDKE, Menga; MARLI, André.Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: Editora Brasiliense,1986.
- 5.PFAFF, Nicolle; WELLER, Wivian. (Orgs.). Metodologias da pesquisa qualitativa em Educação: teoria e prática. Vozes: Petrópolis, 2010.

Anexo C – Resolução 01/2019 FE-UnB (Estágios)

Boletim de Atos Oficiais da UnB em 20/11/2019

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO Nº 001/2019

Estabelece normas para o Estágio Obrigatório e Estágio Não-obrigatório para o Curso de Pedagogia a Distância da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

O Conselho da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, em sua 633ª reunião, realizada em 14 de novembro de 2019, e considerando:

- as Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelecidas pela Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996;
- as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia estabelecidas pela Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006;
- as Diretrizes Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) para a formação continuada, estabelecidas pela Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015;
- o Manual de Estágio da Universidade de Brasília, de setembro de 2009,

RESOLVE:

Estabelecer normas para o Estágio Obrigatório e Estágio Não-obrigatório para o Curso de Pedagogia a Distância da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

DA NATUREZA DO ESTÁGIO CURRICULAR

Art. 1º Considera-se estágio no Curso de Pedagogia a Distância da Faculdade de Educação:

I atividade que compreende o cumprimento da ementa e programa estabelecido pelo curso, de modo a assegurar aos graduandos experiência de exercício profissional da docência na educação infantil e anos iniciais, na gestão escolar e em espaços educativos não-escolares;

II atividade de campo onde ocorrerá uma relação de ensino e aprendizagem em que estarão interagindo o professor, o estudante e a comunidade escolar;

III inserção do estudante, gradativamente, no processo de exercício da profissão de pedagogo, sendo este, um docente e profissional da educação;

IV estímulo e desenvolvimento de atividades e posturas profissionais, com o objetivo de desenvolver a prática dos conteúdos estudados.

DAS MODALIDADES DO ESTÁGIO

Art. 2º O Manual do Estágio da Universidade de Brasília (2009), considera como estágios supervisionados:

- I Estágio Licenciatura (obrigatório);
- II Estágio não obrigatório.

DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Art. 3º Os Estágios Supervisionados do Curso de Pedagogia a Distância estão organizados em quatro atividades curriculares, a serem desenvolvidos em quatro fases, totalizando 450 horas, com 30 créditos. Sendo:

I Estágio Supervisionado I: Educação Infantil – com 8 créditos e 120 horas, a ser realizado na Educação Infantil;

II Estágio Supervisionado II: Anos Iniciais – com 8 créditos e 120 horas, a ser realizado nos anos iniciais do ensino fundamental ou na educação escolar de jovens, adultos e idosos;

III Estágio Supervisionado III: Gestão Escolar - com 8 créditos e 120 horas, a ser realizado na área de gestão de processos educativos, que enseje o planejamento, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação de atividades e projetos pedagógicos;

IV Estágio Supervisionado IV: Espaços Educativos não-escolares – com 90 horas e 6 créditos, a ser realizado em espaços educativos onde seja solicitado a atuação de um profissional da educação.

Art. 4º Os Estágios Supervisionados estão contemplados na estrutura curricular do Curso de Pedagogia a Distância e é obrigatória a matrícula pelo sistema de matrícula web disponível na Universidade de Brasília-UnB, respeitando os pré-requisitos quando houver.

DO CAMPO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Art. 5º A escola e os espaços educativos não-escolares como instituições governamentais ou não governamentais, organizações socioeducativas, ou ainda, outros espaços educativos onde seja solicitada a atuação de um profissional da educação, constituirão os campos de estágio, de acordo com as especificidades de cada fase a ser realizada.

Art. 6º A Faculdade de Educação coordenará as atividades desenvolvidas pelos estudantes de pedagogia nas instituições da rede pública, considerando o convênio firmado entre a Universidade de Brasília, as Secretarias de Educação e outras instituições e espaços escolares ou não que sejam campo de atuação do pedagogo.

Art. 7º A Faculdade de Educação coordenará as atividades desenvolvidas pelos estudantes de pedagogia nas instituições privadas de acordo com as normas da Comissão Central de Estágio do DEG/UnB.

Art. 8º A Faculdade de Educação coordenará as atividades desenvolvidas pelos estudantes de pedagogia em outros espaços educativos por meio da sua Comissão de Estágio.

Art. 9º O Termo de Compromisso de Estágio- TCE e o Formulário de Indicação e de Apresentação de Estudante – FIAE, deverão ser assinados pelo estudante e pelo Orientador de Estágio da Faculdade de Educação bem como pela Comissão Central de Estágio do DEG/UnB.

DA COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO DOS ESTÁGIOS OBRIGATÓRIOS

Art. 10. Nos estágios obrigatórios da FE-UnB a coordenação e supervisão geral cabe à Comissão de Estágio instituída por Ato da Direção da Unidade, com atribuições de gerir, sistematizar, planejar, executar, acompanhar e avaliar as atividades administrativas e acadêmicas relativas ao estágio supervisionado no âmbito da Faculdade de Educação.

Art. 11. A supervisão direta ao estudante no estágio obrigatório será realizada, segundo o plano de atividades do estagiário estabelecido pelo(s) professor(es) orientador(es) da FE-UnB:

I o estágio obrigatório, nas fases I e II será orientado por um pedagogo, no campo de estágio.

II o estágio obrigatório, nas fases III e IV será orientado por um profissional da educação, no campo de estágio.

Art. 12. A supervisão do estudante na Faculdade de Educação será realizada pelo(s) professor(es) orientador(es) da FE-UnB.

Parágrafo único. A supervisão de Estágio obrigatório, deverá ser exercida por docentes do quadro permanente da Universidade de Brasília, lotados nos Departamentos da Faculdade de Educação.

Art. 13. Caberá à Câmara Setorial de Graduação do Curso de pedagogia, ouvida a Comissão de Estágio, definir as vagas necessárias ao número de estudantes estagiários para cada turma a fim de garantir a qualidade do processo didático-pedagógico.

DA COMISSÃO DE ESTÁGIO

Art. 14. Compete à Comissão de Estágio:

I gerir, sistematizar, planejar, executar, acompanhar e avaliar as atividades administrativas e acadêmicas relativas ao estágio supervisionado no âmbito da Faculdade de Educação;

II estabelecer juntamente à Câmara Setorial de Graduação, o quantitativo de turmas e de professor(es) orientador(es), conforme o número de estudantes no fluxo e as características de cada etapa dos estágios supervisionados, no período de organização da lista de oferta.

DAS HORAS E ATIVIDADES

Art. 15. Em cada etapa dos Estágios Supervisionados, o estudante deverá atender ao disposto no plano de estágio:

I o professor orientador deverá apresentar um plano de estágio a ser desenvolvido pelo estudante no campo de estágio, considerando: as horas para inserção inicial (roteiro de observação); as horas para observação participante (inserção específica); as horas para intervenção (prática pedagógica) e as horas para orientação e elaboração do relatório final (apresentação ao orientador).

II para a integralização das 120 horas dos Estágios Supervisionados I, II, e III, deverão ser consideradas: 90 horas no campo de estágio (podendo ser 20 horas para a inserção inicial, 40 horas para a observação participante/ inserção específica e, 30 horas para intervenção/prática pedagógica) e 30 horas destinadas para orientação pelo professor orientador da FE-UnB e para elaboração de relatório de estágio.

III para a integralização das 90 horas do Estágio Supervisionado IV, deverão ser consideradas: 60 horas no campo de estágio (podendo ser 10 horas para a inserção inicial, 10 horas para a observação participante/inserção específica e 40 horas para intervenção/prática pedagógica) e 30 horas destinadas para orientação pelo professor orientador da FE-UnB e para elaboração de relatório de estágio.

DA AVALIAÇÃO

Art. 16. A avaliação do estudante no Estágio Obrigatório deve ser realizada pelo(s) professor(es) orientador(es) de estágio e pelos supervisores dos campos de estágio, sendo facultada a colaboração do pedagogo ou técnico em assuntos educacionais vinculados à Coordenação de Graduação e Comissão de Estágio da FE.

Art. 17. Para obter aprovação no estágio supervisionado, o estudante deverá:

I cumprir a carga horária prevista em cada fase de estágio;

II obter, no mínimo, menção MM, conforme a normatização da UnB;

III a menção final do estudante será resultado das aprendizagens apreendidas durante o estágio e dos relatórios apresentados, ficando a critério do professor orientador da FE-UnB a solicitação de outras formas de avaliação.

DOS ESTÁGIOS NÃO-OBRIGATÓRIOS

Art. 18. Em relação ao estágio não obrigatório, a Faculdade de Educação considera o que consta no Manual do Estágio da UnB (2009), que:

I é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória do curso e envolve remuneração;

II a supervisão do orientador docente da Universidade é obrigatória, com a participação de supervisor técnico do campo de estágio (empresa), para acompanhamento;

III pode ou não integralizar créditos optativos ou de módulo livre no currículo do curso, segundo critérios e regulamentação específica da disciplina e do curso;

IV envolve a celebração de um Termo de Compromisso de Estágio (TCE) entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino.

DO CAMPO DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

Art. 19. Os campos de estágios (instituições) deverão obedecer às normas de estágio constantes no Manual de Estágio da Universidade de Brasília, bem como atender aos seguintes requisitos:

I entregar o Termo de Compromisso de Estágio (TCE) para ser assinado pela Comissão de Estágio da Faculdade de Educação, considerando o prazo da data de início do estágio remunerado;

II após o Termo de Compromisso de Estágio (TCE) ser assinado pela Comissão de Estágio da Faculdade de Educação, o estudante deverá encaminhar o documento para a assinatura do DAIA.

§ 1. Os TCEs que não estiverem com todos os dados devidamente preenchidos não poderão ser assinados pela Comissão de Estágio. Essa norma também se aplica aos formulários para estágio que são realizados dentro da Universidade de Brasília.

§ 2. Os demais requisitos para o estágio não obrigatório referentes aos estudantes e /ou convênios de empresas e instituições para esta modalidade, devem seguir as orientações estabelecidas pelo Manual de Estágio da UnB (2009).

DAS ATRIBUIÇÕES DOS PROFESSORES ORIENTADORES

Art. 20. Compete ao Professor Orientador de estágio obrigatório:

- I orientar a escolha do local de estágio;
- II manter contato com a escola, local de estágio, para acompanhamento e mantê-la informada sobre as atividades que o estudante terá que realizar;
- III levar ao conhecimento dos estagiários o Termo de Compromisso de Estágio (TCE) e auxiliar seu preenchimento;
- IV planejar, acompanhar e avaliar as atividades de estágio;
- V esclarecer o estudante sobre o processo de avaliação do estágio.

DAS ATRIBUIÇÕES DOS ESTUDANTES

Art. 21. Compete aos estudantes:

- I cumprir as normas estabelecidas no Termo de Compromisso de Estágio (TCE);
- II realizar as atividades previstas no Plano de Estágio;
- III trabalhar em conjunto com o professor orientador do estágio e com o supervisor do campo de estágio.
- IV desempenhar o estágio supervisionado com postura ética na relação com o outro - individual e coletivo - enquanto atitude de respeito, compromisso, cuidado, senso de justiça e solidariedade no cotidiano dos espaços de formação.

Art. 22 Esta Resolução entrará em vigor a partir da implantação do novo currículo do Curso de Pedagogia a Distância.

Brasília, 20 de novembro de 2019.

Documento assinado eletronicamente por Liliane Campos Machado, Diretor(a) da Faculdade de Educação, em 20/11/2019, às 12:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 4695276 e o código CRC 376EBE0B.

Referência: Processo nº 23106.144705/2019-73 SEI nº 4695276

Anexo D – Resolução 01/2020/ FE-UnB (Atividades Complementares)



RESOLUÇÃO DA CÂMARA SETORIAL DE GRADUAÇÃO Nº 01/2020

Estabelece normas para concessão de créditos por meio de Atividades Complementares aos estudantes do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

A presidente da Câmara Setorial de Graduação no uso de suas atribuições, ouvido o referido órgão Colegiado, em sua primeira reunião extraordinária realizada em 25 de abril de 2019, e

CONSIDERANDO

As Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelecidas pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia estabelecidas pela Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006;

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, estabelecidas pela Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015;

O Memorando n. 126/2019/DEG/DTG/CIL que trata do aproveitamento das horas de participação dos estudantes no PIBID,

RESOLVE:

- Art. 1º Estabelecer normas para concessão de créditos por meio de Atividades Complementares aos estudantes do Curso de Pedagogia presencial e a distância da Faculdade de Educação (FE) da Universidade de Brasília (UnB).
- Art.2º As Atividades Complementares são atividades pedagógicas desenvolvidas pelo/a estudante de Pedagogia, em diversos contextos/comunidades de aprendizagem na Universidade de Brasília ou em outras instituições de natureza educativa, desde que reconhecidas como enriquecedoras para o seu processo de formação.
- Art. 3º Serão consideradas Atividades Complementares as atividades pedagógicas que não são alvo de concessão de créditos já previstos no Projeto Acadêmico vigente nos cursos de Pedagogia da FE/UnB.
- Art. 4º Para concessão de créditos poderão ser avaliadas as seguintes atividades:
- curso de extensão realizado na Universidade de Brasília;
 - curso de extensão realizado em outras IES/Entidades;
 - participação em cursos e/ou eventos científicos, presenciais ou a distância, na área de educação: seminários, fóruns, palestras, congressos, encontros, simpósios, semanas pedagógicas, oficinas, workshops.


1/3

- d) organização de eventos científicos na área de educação: seminários, fóruns, palestras, congressos, encontros, simpósios, semanas pedagógicas, oficinas e workshops;
- e) apresentação de trabalho em evento científico;
- f) trabalho publicado em revista científica;
- g) trabalho publicado em jornais/revistas não acadêmicas;
- h) participação em projetos comunitários de natureza educativa;
- i) estágio não obrigatório (remunerado ou não) como prática pedagógica;
- j) participação em atividades de iniciação científica;
- k) Participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid).

Parágrafo único. Cursos de línguas e disciplinas cursadas em outras instituições não são objetos avaliados como atividades contempladas neste componente.

- Art. 5º As Atividades Complementares comportam 16 créditos (240 horas) nos cursos de pedagogia presencial e a distância. Cada 15 horas em atividades corresponde a um crédito, exceto para o estágio não obrigatório e projetos comunitários de natureza educativa que serão tratados separadamente.
- Art. 6º A concessão de créditos correspondentes às Atividades Complementares deve ser requerida a partir do 7º semestre do curso.
- Art. 7º Para solicitar o aproveitamento de créditos, o estudante deve:
- a) dirigir-se à Secretaria de Graduação da Faculdade de Educação ou à Secretaria do Pólo, quando for estudante de EaD, e preencher o formulário de solicitação;
 - b) elaborar o relatório pedagógico com as atividades desenvolvidas, esclarecendo a relevância que tiveram para a sua formação como pedagogo;
 - c) entregar o formulário preenchido e o relatório na Secretaria de Graduação ou na Secretaria do Pólo, quando for estudante de EaD, até 30 dias antes do término do semestre, bem como os comprovantes das atividades, incluindo a declaração de cópias autênticas.
- Art. 8º A concessão de créditos por Atividades Complementares dar-se-á de acordo com o disposto no documento anexo a essa Resolução.
- Art. 9º Os casos omissos serão resolvidos pela Câmara Setorial de Graduação da Faculdade de Educação.
- Art. 10 Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua assinatura e revoga a Resolução da Câmara Setorial de Graduação N° 04/2016.

Brasília 27 de fevereiro de 2020.


Coordenador de Graduação
Freuda da Costa Mourão
Mestr
Presidente da Câmara Setorial de Graduação
da Faculdade de Educação

ANEXO - RESOLUÇÃO DA CÂMARA SETORIAL DE GRADUAÇÃO Nº 01/2020

Critérios para a concessão de créditos por meio de Atividades Complementares

MÍNIMO DE CRÉDITOS	ATIVIDADES	MÁXIMO DE CRÉDITOS
1cr/15h	Participação em cursos e/ou eventos científicos, presenciais ou a distância, na área de educação: seminários, fóruns, palestras, congressos, encontros, simpósios, semanas pedagógicas, oficinas, workshops.	12
1cr/15h	Organização de eventos científicos na área de educação: seminários, fóruns, palestras, congressos, encontros, simpósios, semanas pedagógicas, oficinas, workshops.	4
2	Apresentação de trabalho em evento científico ⁽¹⁾	6
4	Trabalho publicado em revista científica ⁽²⁾	8
2	Trabalho publicado em jornais/revistas não acadêmicas	4
4	Participação em projeto comunitário de natureza educativa ⁽³⁾	6
4	Estágio não obrigatório ⁽⁴⁾	6
4	Participação em atividades de iniciação científica ⁽⁵⁾	6
2	Participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) ⁽⁶⁾	8

Notas:

(1) uma apresentação corresponde a 2 créditos, o máximo contabilizado são 3 apresentações, com o limite de até 6 créditos.

(2) um trabalho corresponde a 4 créditos, o limite são dois trabalhos, com máximo de 8 créditos.

(3) Nesse tipo de atividade a carga horária mínima será de um semestre, que equivalerá para a contabilização de 4 créditos. Quando a atividade for realizada por dois semestres ou mais, serão concedidos até o limite de 6 créditos.

(4) Carga horária mínima de um semestre, que equivalerá a contabilização de 4 créditos. Quando o estágio for realizado por dois semestres ou mais, serão concedidos até o limite de 6 créditos.

(5) Carga horária mínima de um semestre, que equivalerá a contabilização de 4 créditos. Quando a atividade for realizada por dois semestres ou mais, serão concedidos até o limite de 6 créditos.

(6) Para cada semestre com participação no PIBID serão concedidos 2 créditos, não sendo possível ultrapassar o limite de 8 créditos em todo o curso.

Anexo E – Resolução 05/2017 FE-UnB (Atividades e/ou estudos em disciplinas com créditos teórico-práticos)

RESOLUÇÃO DA CÂMARA SETORIAL DE GRADUAÇÃO Nº 05/2017

Estabelece recomendações para o desenvolvimento das atividades e/ou estudos em disciplinas com créditos teórico-práticos ofertadas no currículo do curso de Pedagogia da FE-UnB.

A presidente da Câmara Setorial de Graduação no uso de suas atribuições, ouvido o referido órgão Colegiado, em sua reunião realizada em 10/04/2017,

CONSIDERANDO

As Diretrizes Bases da Educação Nacional estabelecidas pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia estabelecidas pela Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006;

A Resolução do CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada;

A autonomia didático-científica conferida ao curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília pela Legislação Educacional vigente.

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer recomendações quanto ao desenvolvimento das atividades teórico-práticas das disciplinas obrigatórias e/ou optativas para o aprofundamento dos conteúdos estudados no curso de Pedagogia conforme o currículo vigente.

Art. 2º Para o estudo das disciplinas com créditos teórico-práticos deverão ser consideradas as orientações a seguir:

I - A prática deverá ser desenvolvida em disciplinas ofertadas com créditos teórico-práticos do currículo do curso de Pedagogia e tem como objetivo familiarizar e embasar o estudante em atividades ligadas ao ensino, pesquisa e extensão. A experiência dos estudantes/professores deve ser o ponto de partida para a reflexão sobre a prática pedagógica criando, desde o primeiro momento do curso, uma rede de compartilhamento permanente de experiências e propostas de atuação.



1/2

Parágrafo Único – As disciplinas com créditos teórico-práticos devem viabilizar a simultaneidade da teoria e aplicação na prática, numa perspectiva da práxis pedagógica, cuja proposta de aplicação/experimentação dos conteúdos deve constar no programa da disciplina.

II–Os trabalhos com vistas ao cumprimento dos créditos teórico-práticos dos conteúdos das disciplinas poderão ser realizados em laboratórios de ensino-aprendizagem localizados na Faculdade de Educação ou em outros espaços educativos conforme planejado no programa da disciplina.

III–Os trabalhos das práticas dos conteúdos teóricos poderão ser realizados no campo de estudo, por meio de visitas *in loco* em espaços educativos escolares e/ou em espaços educativos não-escolares com vistas à aplicação/integração dos conteúdos estudados.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília/DF, 10 de abril de 2017.


Liliâne Campos Machado
Presidente da Câmara Setorial de Graduação
da Faculdade de Educação

Anexo F – Resolução 01/2016 FE-UnB (Trabalho de Conclusão de Curso).

RESOLUÇÃO DA CÂMARA SETORIAL DE GRADUAÇÃO DA FE Nº 01/2016

Estabelece normas para o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

A Presidenta da Câmara Setorial de Graduação da Faculdade de Educação (FE) no uso de suas atribuições, ouvido o referido Órgão Colegiado, em sua reunião realizada em 30/09/2016; e

CONSIDERANDO

as Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelecidas pela Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996;

as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia estabelecidas pela Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006;

as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) para a formação continuada, estabelecidas pela Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015,

RESOLVE:

Estabelecer normas para o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

CARACTERÍSTICAS GERAIS E OBJETIVOS

Art. 1º. O Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília visa ampliar as condições de formação profissional do estudante por meio da integração dos vários conhecimentos, valores e habilidades construídas ao longo do curso.

Art. 2º O TCC deve constituir um trabalho organizado de acordo com as normas acadêmicas, apresentar coerência e importância no campo educacional. Pode ser elaborado a partir de experiências oriundas do estágio supervisionado, da participação em projetos de iniciação à docência, iniciação científica ou de atividades de extensão cadastradas no Sistema de Extensão (SIEEX), de questões relevantes na área de educação estudadas ao longo do curso, ou ainda de revisão bibliográfica e tratamento científico de um tema da Pedagogia. Em todos os casos, o Trabalho de Conclusão de Curso a ser apresentado deverá conter fundamentação teórica e a contribuição do estudante para o avanço do tema.

DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Art. 3º. A elaboração do TCC é condição para a integralização dos créditos exigidos para a obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Art. 4º. O TCC será desenvolvido como atividade das disciplinas Trabalho de

Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II, respectivamente nos 8º e 9º semestres do fluxo de acordo com a matriz curricular do curso.

Parágrafo Único - O estudante poderá antecipar a matrícula em TCC I desde que tenha concluído pelo menos 70% dos créditos do curso bem como os pré-requisitos exigidos para a matrícula em TCC I. A matrícula em TCC II dar-se-á mediante a aprovação em TCC I.

Art. 5º. O TCC será realizado individualmente, em forma de monografia ou artigo científico e deve seguir as normas da ABNT, contendo entre outros: Título, Resumo, Palavras Chave, Abstract, Keywords, Introdução, Objetivos, Procedimentos Metodológicos, Apresentação e Discussão de Resultados, Considerações Finais e Referências Bibliográficas.

I - O artigo deverá conter entre 30.000 e 60.000 caracteres com espaços.

II - A monografia deverá conter entre 60.000 e 120.000 caracteres com espaços.

Art. 6º. O TCC deve vir acompanhado de um Memorial Descritivo sobre a trajetória escolar e acadêmica do futuro Pedagogo.

Parágrafo Único - O memorial descritivo deverá conter entre 10.000 e 20.000 caracteres com espaços.

Art. 7º. Para o desenvolvimento do TCC será obrigatória a orientação de um professor ou pesquisador.

Art. 8º. O estudante deverá realizar a matrícula nas disciplinas de TCC pelo Sistema de Matrícula *web* da UnB.

DA ORIENTAÇÃO E COORIENTAÇÃO

Art. 9º. Poderão orientar o TCC:

I - Docentes do Quadro Permanente da Fundação Universidade de Brasília, lotados em um dos Departamentos da Faculdade de Educação;

II - Professores de outras unidades da Universidade de Brasília, condicionado à aprovação da coorientação pela Câmara Setorial de Graduação da Faculdade de Educação;

III - Pesquisadores visitantes e pesquisadores seniors na Faculdade de Educação com vínculo equivalente ao período da orientação e defesa do trabalho, condicionado à aprovação pela Câmara Setorial de Graduação da Faculdade de Educação;

Parágrafo Único - Os professores e/ou pesquisadores do curso de pedagogia deverão ter titulação mínima de mestre e poderão orientar até o máximo de 10 estudantes em cada fase (TCC I e TCC II).

DA AVALIAÇÃO

Art. 10. A banca examinadora terá como presidente o orientador. Em situações excepcionais outro professor poderá ser designado como presidente da banca examinadora.

Art. 11. A banca examinadora deverá ser composta pelo presidente e por dois membros titulares, sendo um destes preferencialmente do quadro permanente da Faculdade de Educação, e um membro suplente. O orientador do TCC deverá encaminhar à Secretaria de Graduação, em formulário próprio e assinado, os nomes dos especialistas que farão parte da banca examinadora. Os pesquisadores e/ou professores indicados deverão ter titulação mínima de mestre.

Art. 12. Os procedimentos da avaliação serão realizados com a defesa pública

I - Aos componentes da banca examinadora deverão ser encaminhados exemplares do TCC, em versão impressa ou mídia digital.

II - O estudante ficará encarregado de encaminhar as cópias do trabalho e assegurar-se de que os membros da banca tenham recebido.

III - O Presidente da banca examinadora deverá encaminhar a Ata de defesa com a avaliação do TCC à Secretaria de Graduação dentro do prazo estipulado pelo Calendário Acadêmico.

IV - O TCC será aprovado se alcançar menção igual ou superior a MM, a partir da média atribuída pelos membros efetivos da banca examinadora e se o percentual de frequência do aluno às atividades designadas pelo orientador for de, no mínimo, 75%.

Art. 13 As decisões da banca examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso serão tomadas por unanimidade entre os membros da banca, delas cabendo recurso somente por vício de forma.

§ 1º A avaliação da banca examinadora será conclusiva e resultará em uma das seguintes decisões: aprovação, aprovação com revisão de forma, reformulação ou reprovação.

§ 2º No caso de aprovação, a homologação ficará condicionada à entrega do trabalho definitivo no prazo de quinze dias (15) à Coordenação de Graduação.

§ 3º No caso de revisão de forma, a homologação ficará condicionada à entrega definitiva do trabalho revisado no prazo máximo de trinta (30) dias à Coordenação de Graduação, referendado pelo orientador, que deverá considerar a data limite para lançamento de menção de acordo com o calendário acadêmico da UnB.

§ 4º No caso de reformulação, o estudante ficará obrigado a apresentar e defender, em caráter definitivo, uma nova versão do seu trabalho no prazo estabelecido, que não poderá ser superior a três (3) meses.

§ 5º A não aprovação do trabalho reformulado, nos termos do § 4º, implicará a reprovação da disciplina TCC II.

§ 6º A não observância dos prazos estabelecidos nos parágrafos 2º, 3º e 4º inviabilizará a liberação do certificado de conclusão do curso para o estudante.

DOS CASOS OMISSOS

Art. 14. Os casos omissos serão resolvidos pela Câmara Setorial de Graduação da Faculdade de Educação.

Art. 15. Esta resolução entra em vigor a partir da implementação do novo currículo do curso de Pedagogia.

Brasília 30 de setembro de 2016.



Wivian Weller

*Presidente da Câmara Setorial de Graduação da
Faculdade de Educação*

Anexo G – Ato de Criação do NDE



Universidade de Brasília – Faculdade de Educação

ATO DA DIREÇÃO DA FE AD/FE/071/2013

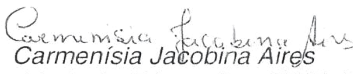
Institui o Núcleo Docente Estruturante da Faculdade de Educação.

A Diretora da Faculdade de Educação, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais,

RESOLVE:

- Art. 1º Institui o Núcleo Docente Estruturante da Faculdade de Educação composta por Antônio Fávero Sobrinho (MTC), Cristina Maria Costa Leite (MTC), Maria Emília Gonzaga de Souza (MTC), Lívia Freitas Fonseca Borges (TEF), Cristina Massot Madeira Coelho (TEF), Girlene Ribeiro de Jesus (PAD), Ruth Gonçalves de Faria (PAD) e Cleyton Hércules Gontijo (PAD) para, sob a presidência do primeiro, atuar nas atribuições acadêmicas de acompanhamento, no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto político pedagógico do curso ofertado nesta Unidade Acadêmica.
- Art. 2º Este Ato entra em vigor a partir desta data.

Brasília, 18 de julho de 2013.


Carmenísia Jacobina Aires
Faculdade de Educação – FE/UnB
Diretora

Anexo H – Regimento do NDE

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE**

Regimento aprovado na Reunião do Núcleo Docente Estruturante da FE do dia 12 de maio de 2014 – Institui o funcionamento do NDE do Curso de Pedagogia presencial e a distancia da Faculdade de Educação/UnB.

CAPÍTULO I

Das considerações preliminares

Art.1º. O presente Regimento disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Licenciatura em Pedagogia presencial e a distancia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Art.2º. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão consultivo e de assessoramento responsável pela concepção do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia presencial e a distancia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art.3º. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- a) Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em pedagogia presencial e a distancia;
- b) Acompanhar a organização didático-pedagógica do curso de graduação em pedagogia;
- c) Supervisionar a integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constante no currículo;
- d) Apoiar as formas de avaliação e acompanhamento dos projetos pedagógicos do Curso de Pedagogia;
- e) Promover os trabalhos de reestruturação curricular e atualização periódica do projeto pedagógico do curso;
- f) Contribuir para consolidar o perfil profissional do egresso do curso;
- g) Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriunda de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

CAPÍTULO III

DA CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 4º. O Núcleo Docente Estruturante será constituído de:

- a) pelo Presidente da Câmara de Graduação, como seu presidente;
- b) pelo representante da coordenação do curso de pedagogia presencial;
- c) pelo representante da coordenação do curso distância;
- d) **por dois** 2(dois) representantes de cada departamento, titular e suplente;

Art.5º. A indicação dos representantes docentes será feita pelos colegiados departamentais e homologado pelo Conselho da Faculdade de Educação para um mandato de 2 (dois) anos, com possibilidade de recondução.

CAPÍTULO IV

DA TITULAÇÃO E FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS DOCENTES DO NÚCLEO

Art. 6º. Os docentes que compõem o NDE possuem titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu e, destes, pelo menos 80% (oitenta por cento) têm título de Doutor.

CAPÍTULO V

DO REGIME DE TRABALHO DOS DOCENTES DO NÚCLEO

Art.7º. Os docentes que compõem o NDE são do quadro permanente e com dedicação exclusiva.

CAPÍTULO VI

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art.8º. Compete ao Presidente do Núcleo:

- a) convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- b) representar o NDE junto aos órgãos da instituição;
- c) encaminhar as deliberações do Núcleo;
- d) designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo Núcleo e um representante para secretariar e lavrar as atas;
- f) coordenar a integração com os demais Colegiados e setores da instituição.

CAPÍTULO VII DAS REUNIÕES

Art. 9º. O Núcleo reunir-se-á, ordinariamente, por convocação de iniciativa do seu Presidente, 2 (duas) vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros titulares.

§ 1º - A convocação de todos os seus membros é feita pelo Presidente do NDE mediante aviso expedido, pelo menos 48 (quarenta e oito) horas antes da hora marcada para o início da sessão e, sempre que possível, com a pauta da reunião.

§ 2º - Somente em casos de extrema urgência poderá ser reduzido o prazo de que trata o "caput" deste artigo, desde que todos os membros do Núcleo Docente Estruturante – NDE do Curso de Licenciatura em Pedagogia presencial e a distancia da Faculdade de Educação tenham conhecimento da convocação e ciência das causas determinantes de urgência dos assuntos a serem tratados.

§ 3º - O Presidente será substituído nas faltas e impedimentos pelo membro do Núcleo Docente Estruturante - NDE mais antigo na carreira docente universitária.

§ 4º - As decisões do Núcleo serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art 10. Os casos omissos serão resolvidos pelo Núcleo ou órgão superior, de acordo com a competência dos mesmos.

Art 11. Este Regulamento entra em vigor a partir desta data.

Brasília, 02 de outubro de 2014.


Carmenisia Jacobina Aires

Presidente do Conselho da Faculdade de Educação

Anexo I – Ato de Nomeação dos Membros do NDE

ATO DO(A) DIREÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO Nº 32/2019

A Diretora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais e considerando o Regimento do NDE, de 02 de outubro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito o AD/FE/0018/2018.

Art.2º Nomear para atuar nas atribuições acadêmicas de acompanhamento, no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto político pedagógico dos cursos ofertados nesta Unidade Acadêmica:

Ireuda da Costa Mourão como Coordenadora do Curso de Pedagogia Diurno e Presidente do NDE;

Tel Amiel como Coordenador do Curso de Pedagogia a Distância;

Paula Gomes de Oliveira como representante titular do MTC;

Francisco Thiago da Silva como representante suplente do MTC;

Shirleide Pereira da Silva Cruz como representante titular do PAD;

Ana Sheila Fernandes Costa como representante suplente do PAD.

Art. 3º Reconduzir os seguintes membros:

Paulo Sérgio de Andrade Bareicha como Coordenador do Curso de Pedagogia Noturno;

Sinara Pollom Zardo como representante titular do TEF;

Fernando Bonfim Mariana como representante suplente do TEF.

Art. 4º Este Ato entra em vigor a partir desta data.

Brasília, 29 de abril de 2019



Documento assinado eletronicamente por **Jose Luiz Villar Mella, Vice-Diretor(a) da Faculdade de Educação**, em 29/04/2019, às 18:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3777516** e o código CRC **B208EB14**.

Anexo J - Regulamento do Curso de Graduação Pedagogia a Distância

REGULAMENTO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA (LICENCIATURA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA)

Art. 1º O curso de Pedagogia na modalidade a distância da Universidade de Brasília tem como objetivo formar o profissional para a docência na educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental em suas diversas modalidades e nos cursos de formação que exijam conhecimentos pedagógicos, para atuar na gestão escolar e em espaços educativos não escolares, e para o campo teórico-investigativo da educação, com compromisso ético e inclusivo, responsabilidade social e histórica, reconhecedor da diversidade humana, cultural, política, religiosa, étnico-racial e de gênero.

Art. 2º O curso de Pedagogia, na modalidade a Distância, possui carga horária de 3.330 (três mil trezentos e trinta) horas dispostas em 222 créditos assim distribuídos:

- I 1.680 horas (112 créditos) para disciplinas obrigatórias sem estágio e sem trabalho de conclusão de curso,
- II 450 horas (30 créditos) para estágio obrigatório,
- III 120 horas (8 créditos) para trabalho de conclusão de curso (TCC) obrigatório,
- IV 840 (56 créditos) para disciplinas optativas
- V 240 horas (16 créditos) para atividades complementares.

Art. 3º A matriz curricular do curso de Pedagogia a Distância da FE-UnB está estruturada em três dimensões¹⁶ formativas: Educação - sujeitos, história, sociedade e cultura; Organização do trabalho docente; Profissionalização do pedagogo: gestão, diversificação e sistematização do conhecimento.

¹⁶

Dimensão: A definição indica o sentido de um termo, da palavra que designe a essência, sendo que o seu conhecimento facilita o processo de comunicação e a compreensão dos fenômenos, bem como a diferenciação do conceito, nesse sentido a dimensão refere-se a algo que está contido em outro.

§1º Além dos componentes curriculares obrigatórios e optativos (disciplinas), constantes do quadro abaixo, as dimensões formativas compreendem os estágios, as atividades de extensão e pesquisa bem como atividades complementares.

DIMENSÃO FORMATIVA: EDUCAÇÃO, SUJEITOS, HISTÓRIA, SOCIEDADE E CULTURA								
PERÍODO/ATIVIDADES		CRÉDITOS				Modali- dade	Carga horária	Pré Requisito
		Total	Teóric os	Práticos	Extensão			
1º	197157 - ANTROPOLOGIA E EDUCAÇÃO	4	4	0	0	OBR	60	Sem pré-requisito
	198129 - PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	4	4	0	0	OBR	60	Sem pré-requisito
	---INTRODUÇÃO À PEDAGOGIA	4	4	0	0	OBR	60	Sem pré-requisito
	195651 - FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	4	4	0	0	OBR	60	Sem pré-requisito
	OPTATIVA ¹⁷	4	4	0	0	OPT	60	Sem pré-requisito
	SUBTOTAL	20	20	0	0	-	-	300
DIMENSÃO FORMATIVA: EDUCAÇÃO, SUJEITOS, HISTÓRIA, SOCIEDADE E CULTURA								
PERÍODO/ATIVIDADES		CRÉDITOS				Modali- dade	Carga horária	Pré Requisito
		Total	Teórico s	Práticos	Extensão			
2º	197955 - HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	4	4	0	0	OBR	60	Sem pré-requisito
	--- INFÂNCIA, CRIANÇA E EDUCAÇÃO	4	4	0	0	OBR	60	Sem pré-requisito
	195375 - SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	4	4	0	0	OBR	60	Sem pré-requisito
	195367 - PESQUISA EM EDUCAÇÃO	4	2	2	0	OBR	60 Sem pré- requisi to	Sem pré-requisito
	---EDUCAÇÃO INCLUSIVA	4	3	1	0	OBR	60	Sem pré-requisito

17

O curso entende que neste primeiro semestre seja cursada a disciplina Educação a Distância (203645) como optativa.

SUBTOTAL		20	17	3	0	--	300	
DIMENSÃO FORMATIVA: ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO BRASIL								
PERÍODO/ATIVIDADES		CRÉDITOS				Modali- dade	Carga horária	Pré Requisito
		Total	Teórico s	Práticos	Extensão			
3º	203653 - HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	4	4	0	0	OBR	60	Sem pré-requisito
	193895 - EDUCAÇÃO INFANTIL	4	3	1	0	OBR	60	Sem pré-requisito
	---- PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO	4	2	2	0	OBR	60	Sem pré-requisito
	197858 - DIDÁTICA FUNDAMENTAL	4	2	2	0	OBR	60	Sem pré-requisito
	207357 - ESCOLARIZAÇÃO DE SURDOS LIBRAS	4	2	2	0	OBR	60	Sem pré-requisito
	SUBTOTAL	20	13	7	0	--	300	
PERÍODO/ATIVIDADES		CRÉDITOS				Modali- dade	Carga horária	Pré Requisito
		Total	Teórico s	Práticos	Extensão			
4º	197971 - ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	4	3	1	0	OBR	60	Sem pré-requisito
	-----EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS	4	2	2	0	OBR	60	Sem pré-requisito
	195634 - EDUCAÇÃO MATEMÁTICA I	4	2	2	0	OBR	60	Sem pré-requisito
	---CURRÍCULO	4	2	2	0	OBR	60	Sem pré-requisito
	---EDUCAÇÃO, TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO	4	3	1	0	OBR	60	Sem pré-requisito
	OPTATIVA	4	2	2	0	OPT	60	Sem pré-requisito
	SUBTOTAL	24	14	10	0	--	360	
PERÍODO/ATIVIDADES		CRÉDITOS				Modali- dade	Carga horária	Pré Requisito
		Total	Teóric	Práticos	Extensão			

		os						
5°	202436 - ENSINO DE HISTÓRIA, IDENTIDADE E CIDADANIA	4	2	2	0	OBR	60	Sem pré-requisito
	193607 - ENSINO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA I	4	2	2	0	OBR	60	Sem pré-requisito
	193291 ENSINO E APRENDIZAGEM DA LÍNGUA MATERNA	4	2	2	0	OBR	60	Sem pré-requisito
	202479 EDUCAÇÃO EM GEOGRAFIA I	4	2	2	0	OBR	60	Sem pré-requisito
	--- ESTÁGIO SUPERVISIONADO I: EDUCAÇÃO INFANTIL	8	2	0	6	OBR	120	Sem pré-requisito
	OPTATIVA	4	1	1	2	OPT	60	Sem pré-requisito
	SUBTOTAL	28	11	9	8	--	420	
PERÍODO/ATIVIDADES								
		CRÉDITOS				Modali- dade	Carga horária	Pré Requisito
		Total	Teóric os	Práticos	Extensão			
6°	--- GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES EDUCATIVAS	4	3	1	0	OBR	60	Sem pré-requisito
	--- AVALIAÇÃO ESCOLAR	4	2	2	0	OBR	60	Sem pré-requisito
	--- ESTÁGIO SUPERVISIONADO II: ANOS INICIAIS(CRIANÇAS OU ADULTOS/EJAI)	8	2	0	6	OBR	120	Sem pré-requisito
	OPTATIVA	4	2	2	0	OPT	60	Sem pré-requisito
	OPTATIVA	4	4	0	0	OPT	60	Sem pré-requisito
	OPTATIVA	4	4	0	0	OPT	60	Sem pré-requisito
	SUBTOTAL	28	17	5	6	--	420	
DIMENSÃO FORMATIVA: PROFISSIONALIZAÇÃO DO PEDAGOGO: GESTÃO E SISTEMATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO								
PERÍODO/ATIVIDADES		CRÉDITOS				Modali- dade	Carga horária	Pré Requisito
		Total	Teóric os	Práticos	Extensão			
7°	202444 - POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO	4	4	0	0	OBR	60	Sem pré-requisito

	193275 - EDUCAÇÃO E TRABALHO	4	3	1	0	OBR	60	Sem pré-requisito
	--- ESTÁGIO SUPERVISIONADO III: GESTÃO ESCOLAR	8	2	0	6	OBR	120	Sem pré-requisito
	OPTATIVA	4	4	0	0	OPT	60	Sem pré-requisito
	OPTATIVA	4	4	0	0	OPT	60	Sem pré-requisito
	SUBTOTAL	24	17	1	6	--	360	
PERÍODO/ATIVIDADES								
		CRÉDITOS				Modali- dade	Carga horária	Pré Requisito
		Total	Teóric os	Práticos	Extensão			
8º	--- TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	4	3	1	0	OBR	60	Sem pré-requisito
	--- ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV: ESPAÇOS EDUCATIVOS NÃO-ESCOLARES	6	2	0	4	OBR	90	Sem pré-requisito
	OPTATIVA	4	2	2	0	OPT	60	Sem pré-requisito
	OPTATIVA	4	2	2	0	OPT	60	Sem pré-requisito
	OPTATIVA	4	3	1	0	OPT	60	Sem pré-requisito
	SUBTOTAL	22	12	6	4	--	330	
PERÍODO/ATIVIDADES								
		CRÉDITOS				Modali- dade	Carga horária	Pré Requisito
		Total	Teóric os	Práticos	Extensão			
9º	202461 - AVALIAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES EDUCACIONAIS	4	3	1	0	OBR	60	Sem pré-requisito
	--- TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	4	3	1	0	OBR	60	Sem pré-requisito
	OPTATIVA	4	4	0	0	OPT	60	Sem pré-requisito
	OPTATIVA	4	4	0	0	OPT	60	Sem pré-requisito
	OPTATIVA	4	4	0	0	OPT	60	Sem pré-requisito
	SUBTOTAL	20	18	2	--	--	300	

§2° O quadro abaixo apresenta as disciplinas Optativas, ofertadas conforme indicação da coordenação do curso e condições de oferta dos Departamentos.

Código	Nome	Créditos	Carga Horária	Pré-requisitos	Domínio
193283	Aprendizagem e Desenvolvimento do PNEE	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Arte, Pedagogia e Cultura	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Atividades Lúdicas em Início Escolarização	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Avaliação Educacional do PNEE	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Criatividade e Inovação na Educação	4	60	Sem pré-requisito	FE
193305	Cultura Organizacional	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Desenvolvimento Humano e Educação	4	60	Sem pré-requisito	FE
203645	Educação a Distância	4	60	Sem pré-requisito	FE
207349	Educação das Relações Étnico- Raciais	4	60	Sem pré-requisito	FE
	Educação e Linguagem Tecnológica	4	60	Sem pré-requisito	FE
	Educação em Artes	4	60	Sem pré-requisito	FE
	Educação em Geografia II	4	60	Sem pré-requisito	FE
193569	Educação em Matemática II	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Educação em Saúde	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Educação multicultural na Contemporaneidade	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Educação não-formal Ciência e Tecnologia	4	60	Sem pré-requisito	FE
	Educação Profissional e Tecnológica	4	60	Sem pré-requisito	FE
	Educação, Ambiente e Sociedade	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Enfoques Psicopedagógicos das Dificuldades Aprendizagem	4	60	Sem pré-requisito	FE
	Ensino de Ciências e Tecnologias II	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Filosofia da Educação 2	4	60	Sem pré-requisito	FE
	Financiamento da Educação	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Formas Expressão da Criança de 0 a 6 anos	4	60	Sem pré-requisito	FE
197939	Fundamentos da Educação Ambiental	4	60	Sem pré-requisito	FE
202967	Fundamentos da Linguagem Musical na Educação	4	60	Sem pré-requisito	FE
100251	Gênero e Educação	4	60	Sem pré-requisito	FE
	Gestão de Programas e Projetos Educacionais	4	60	Sem pré-requisito	FE

---	História da Educação Brasileira II	4	60	Sem pré-requisito	FE
195383	Introdução à Classe Hospitalar	4	60	Sem pré-requisito	FE
207390	Literatura e Educação	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Multiculturalismo e Ensino Religioso	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Oficina de Audiovisuais em Educação	4	60	Sem pré-requisito	FE
202495	Oficina de Formação do Professor Leitor	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Oficinas de Textos Acadêmicos	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Orientação Educacional	4	60	Sem pré-requisito	FE
207365	Orientação Vocacional Profissional	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Pensamento Educacional Brasileiro	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Pesquisa em Administração da Educação	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Pesquisa em Educação a Distância	4	60	Sem pré-requisito	FE
102598	Planejamento Educacional	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Práticas Mediáticas em Educação	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Produção e Leitura da Imagem	4	60	Sem pré-requisito	FE
	Projetos de Ensino; Pesquisa e Extensão (PEPEX)	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Psicanálise e Educação	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Psicodrama e Educação	4	60	Sem pré-requisito	FE
207403	Psicologia Social e Educação	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Psicologia, Cultura e Educação	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Tecnologias na Educação Especial e Inclusiva	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Tópicos Especiais da História da Educação	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Tópicos Especiais de Pesquisa em Educação	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Tópicos Especiais em Educação Especial 1	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Tópicos Especiais em Filosofia da Educação	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Tópicos Especiais em Psicologia da Educação	4	60	Sem pré-requisito	FE
---	Tópicos Especiais em Sociologia da Educação	4	60	Sem pré-requisito	FE

§3º. Além dos 56 créditos exigidos de disciplinas optativas para integralizar o curso, o estudante poderá cursar outras disciplinas optativas oferecidas no curso de Pedagogia a Distância da FE-UnB, totalizando até 24 créditos, que serão consideradas como Modulo Livre.

Art. 4º Serão exigidas 04 (quatro) disciplinas correspondentes ao Estágio Supervisionado, sendo 03 (três) de 08 (oito) créditos cada uma e 01 (uma)

de 6 (seis) créditos, totalizando 30 (trinta)créditos correspondentes a 450 (quatrocentas e cinquenta) horas.

Art.5° Estão previstas no currículo do curso de Pedagogia a Distância 240 horas (16 créditos) a serem integralizados obrigatoriamente por meio de atividades complementares obrigatórias que contribuam com a formação do pedagogo. São estas as atividades complementares:

- a) curso de extensão realizado na Universidade de Brasília;
- b) curso de extensão realizado em outras IES/Entidades;
- c) participação em cursos e/ou eventos científicos, presenciais ou a distância, na área de educação: seminários, fóruns, palestras, congressos, encontros, simpósios, semanas pedagógicas, oficinas e *workshops*.
- d) organização de eventos científicos na área de educação: seminários, fóruns, palestras, congressos, encontros, simpósios, semanas pedagógicas, oficinas e *workshops*;
- e) apresentação de trabalho em evento científico;
- f) trabalho publicado em revista científica;
- g) trabalho publicado em jornais/revistas não acadêmicas;
- h) participação em projetos comunitários de natureza educativa;
- i) estágio não obrigatório (remunerado ou não) como prática pedagógica;
- j) participação em atividades de iniciação científica;
- k) participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid).

Art. 6° Em atendimento ao disposto no Art. 13 da na Resolução CNE/CP n. 2, de 01 de julho de 2015, serão exigidas 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo, que serão cursadas nas seguintes disciplinas:

- Pesquisa em Educação (2 Cr)
- Educação Inclusiva (1 Cr)
- Educação Infantil (1 Cr)
- Processos de Alfabetização e Letramento (2 Cr)
- Didática Fundamental (2 Cr)
- Escolarização de Surdos (2 Cr)

Organização da Educação Brasileira (1 Cr)
Educação de Jovens, Adultos e Idosos (2 Cr)
Educação Matemática I (2 Cr)
Currículo (2 Cr)
Educação, Tecnologia e Comunicação (1 Cr)
Ensino de História, Identidade e Cidadania (2 Cr)
Ensino de Ciências e Tecnologia I (2 Cr)
Ensino e Aprendizagem da Língua Materna (2 Cr)
Educação em Geografia I (2 Cr)
Gestão das Organizações Educativas (1 Cr)

- Art. 7º O tempo de permanência no curso será de (8) oito semestres, no mínimo, e de 14 (quatorze), no máximo. O número máximo de créditos cursados em um semestre letivo não poderá ultrapassar 28 créditos, e o número mínimo previsto é de 16 créditos.
Parágrafo único. Esses limites não serão considerados quando as disciplinas pleiteadas forem as últimas necessárias à conclusão do curso ou quando o discente estiver realizando estágio obrigatório.
- Art. 8º A defesa de um Trabalho de Conclusão de Curso constitui-se em condição indispensável para a formação do aluno.
Parágrafo único – As normas referentes ao Trabalho de Conclusão de Curso são estabelecidas por Resolução específica da Câmara Setorial de Graduação.
- Art. 9º O estudante deverá ser aprovado em tantas disciplinas obrigatórias, optativas, e atividades complementares quantas sejam necessárias para integralizar o total de créditos apontado neste Regulamento.
- Art. 10. A coordenação didática do curso caberá ao Coordenador de Curso de Licenciatura em Pedagogia a Distância, indicado pela Direção da Faculdade de Educação.
- Art.11. Este regulamento entrará em vigor na data da aprovação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia, na modalidade a distância pelo Conselho da Faculdade de Educação da UnB.